Conferências e Deliberações do 36^{0} Encontro Nacional CFESS/CRESS

Tema Central

A Ofensiva de Desregulamentação no Capitalismo Contemporâneo:

Tendências Destrutivas das Reformas Neoliberais no Serviço Social

02 a 05 de setembro de 2007

Natal – RN

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador)

Brasília – DF

2009

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Gestão 2008-2011

Atitude Crítica para Avançar na Luta

Presidente: Ivanete Salete Boschetti (DF)

Vice-presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (CE)

1ª. Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)

2ª. Secretária: Neile d'Oran Pinheiro (AM)

1ª. Tesoureira: Rosa Helena Stein (DF)

2ª. Tesoureira: Telma Ferraz da Silva (BA)

Conselho Fiscal

Silvana Mara de Morais dos Santos (RN); Pedro Alves Fernandes (MG); Katia Regina Madeira (SC)

Suplentes

Edval Bernardino Campos (PA); Rodriane de Oliveira Souza (RJ); Marinete Cordeiro Moreira (RJ); Kênia Augusta Figueiredo (MG); Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PE); Maria Elisa dos Santos Braga (SP); Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS); Marylúcia Palmeira Mesquita (CE)

Organização da Publicação: Conselheira Ivanete Boschetti

Assessoria de Comunicação: Bruno Costa e Silva

Projeto Gráfico: Márcia Carnaval

Revisão: Mione Hugon

Capa: Marcelo Vilodres Dias, a partir da arte do XXXVI Encontro Nacional CFESS/CRESS

Diagramação: Marcelo Vilodres Dias

Impressão: Gráfica e Editora Renascer

Brasília, setembro de 2009

Tiragem: 1000 exemplares

O XXXVI Encontro Nacional CFESS/CRESS foi organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (Gestão 2005-2008) e pelo CRESS 14ª Região/RN, nos dias 02 a 05 de setembro de 2007.

Comissão Organizadora:

CFESS: Ana Cristina Muricy Abreu; Ivanete Salete Boschetti; Rosanilce Pinto Ribeiro; Ruth Ribeiro Bittencourt; Silvana Mara de Morais dos Santos; Simone Almeida (suplente)

CRESS/RN: Andréa Lima da Silva; Elisângela Brito Fernandes; Luiz Oliveira Júnior; Margareth Rose Rocha Ferrari Amaral; Miriam de Oliveira Inácio; Dalvanir Avelino da Silva (suplente)

Gestão do CFESS 2005-2008: Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia

Presidente: Elisabete Borgianni; **Vice-presidente:** Ivanete Salete Boschetti; **1ª Secretária:** Simone de Almeida; **2ª Secretária:** Jucimeri Isolda Silveira; **1ª Tesoureira:** Ruth Ribeiro Bittencourt; **2ª Tesoureira:** Rosa Helena Stein (DF). **Conselho Fiscal:** Ana Cristina Muricy de Abreu; Joaquina Barata Teixeira; Silvana Mara de Morais dos Santos; **Conselheiros Suplentes:** Ronaldo José Sena Camargos; Juliane Feix Peruzzo; Laura Maria Pedrosa de Almeida; Marcelo Braz Moraes dos Reis; Neile D'Oran Pinheiro; Tânia Maria Ramos de Godói Diniz; Rosanilce Pinto Ribeiro; Maria Helena de Souza Tavares; Eutália Barbosa Rodrigues

Sumário

Apresentação

Programação

Mensagem de Abertura

CRESS 14ª Região/RN – Miriam de Oliveira Inácio

ENESSO – Shanti Maiananda

ABEPSS – Marina Maciel Abreu

CFESS – Elizabete Borgianni

Conferências

A ofensiva de desregulamentação no capitalismo contemporâneo: tendências destrutivas das reformas neoliberais no Serviço Social

Profª Drª Ana Elizabete Mota (UFPE)

Profª Drª Ângela Siqueira (UFF)

Profª Drª Ivanete Boschetti (CFESS)

O Serviço Social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais"

CONLUTAS – José Maria de Almeida

INTERSINDICAL – Ivan Martins Pinheiro

CUT - Denise Motta Dau

Debatedora:

Profª Drª Ângela Amaral (UFPE)

Mesa-redonda

A Questão Étnico-Racial no Brasil: respeito à diversidade e desafios à construção e consolidação de direitos

Profª Drª Maria Palmira da Silva (SEPPIR)

Profº Drº Mario Lisboa Theodoro (Consultor Legislativo do Senado Federal)

Profª Joaquina Barata (CFESS)

Deliberações

Fiscalização

Ética e Direitos humanos

Formação Profissional

Seguridade Social

Gestão Administrativo-Financeira
Comunicação
Relações Internacionais
Deliberações Gerais

Anexos
Carta da Cidade do Natal
Carta da Amazônia
Carta Aberta
Moções

Apresentação

Com imensa satisfação, trazemos a público, em 2009, os anais do 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado na cidade de Natal/RN, no período de 02 a 05 de setembro de 2007. O evento teve como tema central **"A ofensiva de desregulamentação no capitalismo contemporâneo: tendências destrutivas das reformas neoliberais no Serviço Social".** Essa publicação registra as deliberações aprovadas nesse que constitui a maior instância democrática e deliberativa do Conjunto CFESS/CRESS, bem como publiciza os conteúdos abordados nas conferências e palestras.

Além das falas de abertura das entidades nacionais (CRESS/RN, ENESSO, ABEPSS e CFESS), a programação, intensa e densa, está aqui completamente registrada. A conferência de abertura abordou o tema central do evento, e traz importantes subsídios para seguirmos refletindo sobre os impactos das contrareformas de matiz conservadora nas políticas públicas, na formação e no exercício profissional.

Outras duas mesas redondas abordaram temas polêmicos e prementes para o Conjunto CFESS/CRESS. Uma delas focou a discussão sobre "O Serviço Social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais", com representação das três mais importantes centrais sindicais do país: Conlutas, Intersindical e CUT. O debate, extremamente rico nos sinaliza a urgência do fortalecimento do processo de sindicalização para a organização da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que nos aponta as dificuldades ainda presentes nesse processo. A outra mesa redonda dedicou-se a um tema caro para os debates do Conjunto CFESS/CRESS e para a sociedade brasileira: "A Questão Étnico-Racial no Brasil: respeito à diversidade e desafios à construção de direitos". As reflexões nos chamam atenção sobre o longo caminho que temos a percorrer para transformar o Brasil verdadeiramente em uma democracia racial.

O Encontro Nacional CFESS/CRESS é um fórum anual, que tem caráter regimental e deliberativo, estabelecido no Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, configurando-se como um momento para delinear coletivamente a agenda anual do Conjunto, constituindo-se, também, espaço relevante de capacitação de natureza técnica e ético-política. Participaram do 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS 71 delegada(o)s da base, 83 delegada(o)s da direção, 36 observadora(e)s e 54 convidada(o)s, (na sua maioria assistentes sociais que estiveram presentes no momento das conferências e mesas-redondas) totalizando 244 participantes.

Para essa publicação, as palestras foram transcritas e revisadas pela editoria. Os temas e reflexões aqui registrados contribuíram, naquele momento, para o processo de construção coletiva do planejamento do Conjunto CFESS/CRESS.

As deliberações aprovadas revelam a riqueza dos debates, as diversas temáticas que foram objeto de análise e proposições, e indicam a pluralidade e a abrangências da agenda de ação do

Conjunto CFESS/CRESS. Sua socialização, agora, tem o sentido não apenas de registro histórico, mas de contribuir para o aprofundamento dos debates, para o avanço das reflexões, e para o fortalecimento de lutas contra todas as formas de opressão, o que constitui um permanente desafio do nosso projeto ético político profissional.

Brasília, setembro de 2009

Ivanete Boschetti
Conselheira Presidente
Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta - 2008-2011

.

Programação do 36º Encontro Nacional CFESS-CRESS

02/09/2007 - Domingo

9:00 às 15:00 – Credenciamento das Delegações

16:00 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno - CFESS e CRESS/ES

16:30 – Abertura - CFESS – CRESS-RN – ABEPSS – ENESSO

17:00 – Chamada das Delegações - CRESS-RN

18:00 – Conferência

A ofensiva de desregulamentação no capitalismo contemporâneo: tendências destrutivas das reformas neoliberais no Serviço Social

Conferencistas:

Profª Drª Ana Elizabete Mota (UFPE)

Profª Drª Ângela Siqueira (UFF)

Profª Drª Ivanete Boschetti (CFESS)

21:00 – Debate

22:00 – Coquetel e atividade cultural

03/09/07 – Segunda-feira

8:00 às 9:00 – credenciamento das delegações

9:00 h – Mesa redonda

O Serviço Social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais

Expositores:

CONLUTAS – José Maria de Almeida

INTERSINDICAL – Ivan Martins Pinheiro

CUT - Denise Motta Dau

Debatedora:

Profª Drª Ângela Amaral (UFPE)

11:00 – Debate

14:00 às 18:00 – Sessões Temáticas (Grupos de Trabalho)

- Formação Profissional
- Relações Internacionais (14h as 16h) e Comunicação (16h às 18h)

18:00 – Atividade Cultural

Noite livre

04/09/07 – Terça-feira

9:00 às 12:00 – Sessões Temáticas (Grupos de Trabalho)

- Administrativo-financeiro
- Fiscalização Profissional

14:00 às 18:00 – Sessões Temáticas (Grupos de Trabalho)

- Seguridade Social

Exposição inicial: *A Seguridade Social pública é possível e necessária*

Profª Drª Rosa Helena Stein (CFESS)

- Ética e Direitos Humanos

19:00 – Atividade Cultural

19:30 – Mesa-redonda

A Questão Étnico-Racial no Brasil: respeito à diversidade e desafios à construção e consolidação de direitos

Expositores:

Profª Drª Maria Palmira da Silva (SEPPIR)

Profº Drº Mario Lisboa Theodoro (Consultor Legislativo do Senado Federal)

Profª Joaquina Barata (CFESS)

21:00 – Debate

05/09/07 – Quarta-feira

9:00 – Informes CBAS e Conferência Mundial

9:30 às 18:00 – Plenária de deliberações

18:00 às 19:00 – Encerramento

Elizabete Borgianni – Presidente – CFESS

Miriam Inácio – Presidente – CRESS-RN

Mesa de Abertura

Mirian de Oliveira Inácio

Presidente do CRESS 14ª REGIÃO/RN

Boa noite a todas e todos aqui presentes, assistentes sociais e demais convidados, nossos companheiros e companheiras dos CRESS, delegados, convidados e observadores. Pela primeira vez, sediamos o Encontro Nacional CFESS/CRESS. É, portanto, com muito prazer que, nós do CRESS 14ª Região - Gestão *Revoltando a Luta* -, recebemos vocês em Natal. Sejam todas e todos muito bem-vindos e bem-vindas à nossa cidade - uma cidade muito acolhedora, pela qual, com certeza, vocês também vão se apaixonar.

Queria, inicialmente, cumprimentar as minhas companheiras de mesa: a aluna Shanti, Coordenadora Geral da ENESSO; a companheira Marina Maciel, professora e presidente da ABEPSS; e cumprimentar a todos e todas, por meio do nome da Presidente do CFESS, a nossa companheira Elisabete Borgianni.

Este encontro certamente ficará na história, haja vista a desafiadora realidade de enfrentamento das mais diversas formas de preconização das políticas sociais. Já podemos afirmar que o CRESS 14ª Região sai fortalecido desse processo, mesmo com todas as dificuldades e obstáculos que tivemos para a nossa organização coletiva. Temos certeza da importância da atividade dos Conselhos da profissão para firmar um projeto de Serviço Social comprometido com a garantia de amplos direitos aos segmentos majoritários da população brasileira. E sabemos que a realização deste Encontro é mais um passo nessa direção.

Nessa saudação inicial, queremos também mostrar a vocês um pouco das belezas naturais e culturais, que existem em Natal. Natal, como vocês sabem, é a cidade do sol, do mar e também de gente simples, nordestina, hospitaleira - quase provinciana -, e mais, formada por uma incrível diversidade étnico-racial. Temos povos indígenas, africanos e, também, há a descendência européia e branca.

No nosso Rio Grande do Norte, há ainda a Seccional de Mossoró, de onde vem o sal que dá sabor a nossa vida, o qual simboliza a energia da transformação de que tanto precisamos. Precisamos ser o sal da terra, como diz a canção de Beto Guedes. Mas também não podemos deixar de esquecer o que Natal esconde: seus problemas sociais e a miséria de seus bairros periféricos. De fato, são áreas que não estão ao alcance dos nossos visitantes. Este fato contribui sobremaneira pra consolidar a fama de Natal como uma cidade bela, mas que, na verdade, oculta uma contradição profunda, como diz o professor Mardoni, companheiro da UFRN, do Departamento de Estatística, o qual escreveu um texto intitulado “Meu olhar sobre Natal. Tão bela, porém, tão desigual”.

As contradições estão, assim, postas. De um lado, as belezas naturais, já ameaçadas pela especulação imobiliária e pelo turismo devastador. De outro, a miséria, a habitação insalubre, a violência contra a juventude, contra as crianças e adolescentes, a exploração sexual, os crimes homofóbicos, o racismo, a violência contra as mulheres e toda forma de discriminação e preconceito, presentes em nossa cidade.

Esse olhar sobre Natal, expresso na arte1 do nosso encontro, como vocês podem ver, mostra um pouco da beleza e o seu avesso, e também a resistência à exploração do capital, traduzida pela foto "A Morada do Teimoso"2. Essa contradição integra a mola do sistema capitalista, presente nos quatro cantos do globo, tal como tentamos sugerir por meio da arte. Há uma produção coletiva de riqueza, a qual é, porém, apropriada por apenas alguns grupos. Em face dessas contradições, acreditamos, mais ainda, no que aponta o nosso projeto ético-político-profissional acerca da importância de reafirmar um projeto de sociedade verdadeiramente emancipada.

Esperamos, então, que este encontro possa contribuir para o fortalecimento da nossa profissão e dos nossos princípios ético-políticos emancipatórios. Gostaria de terminar, lendo algumas palavras da música "Sol de Primavera", de Beto Guedes, quando ele diz:

Quando entrar setembro
Quero ver nossa voz
No que falta sonhar
Já choramos muito
Muitos se perderam no caminho
Mesmo assim
Não custa inventar
Inventar uma nova canção.

Acrescentaríamos, também: não custa *inventar novas formas de luta*. Por fim, queremos desejar a todas e todos um ótimo encontro, que seja capaz de nos realimentar nossos sonhos, nossas lutas e nossas alianças em torno daquilo que acreditamos.

---

[1] Referência à arte presente no material de divulgação do Encontro Nacional CFESS/CRESS. (N.E.)

[2] Cf. a dissertação *A morada do teimoso: as práticas sócio-ambientais de resistências em Mãe Luíza/Natal - um território (in)sustentável?*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Dept° de SS/UFPE, 2003, da autoria da companheira e conselheira do CRESS-RN, Andréa Lima da Silva. (N.E.)

Shanti Mairananda

Coordenadora Geral da ENESSO

Boa tarde às companheiras da mesa e a todas as assistentes sociais aqui presentes. Gostaríamos de iniciar, agradecendo ao conjunto CFESS/CRESS pelo convite e por garantir a presença da ENESSO, durante todo esse encontro.

Nós da ENESSO entendemos que a participação dos estudantes e do movimento estudantil de Serviço Social nos espaços de discussão da categoria contribui muito para a nossa formação acadêmica, e também para o futuro exercício profissional. Nesse sentido, queremos colaborar com a discussão e expor alguns posicionamentos.

No XXIX ENESS, realizado de 14 a 19 de julho em Contagem-MG - momento em que a gestão "Ousar é Unir – 2007/200 foi eleita pelos estudantes -, foram debatidos e deliberados posicionamentos e ações frente a atual conjuntura neoliberal e imperialista. Felizmente, os trabalhadores e trabalhadoras têm mostrado resistência a esses ataques, como podemos ver na Venezuela e na Bolívia.

No Brasil, porém, o governo Lula vem seguindo à risca as orientações dos organismos internacionais, indo contra o mandato que lhe foi dado pelo povo, qual seja, o de atender os interesses dos trabalhadores e da juventude. Por isso, colocamo-nos contra essa política econômica, que privilegia os lucros dos banqueiros e dos grandes empresários, em detrimento da classe trabalhadora e da juventude.

A Reforma Universitária, o REUNI, o Ensino à Distância, a Universidade Nova apontam um quadro, no que tange à educação, de desmonte do ensino superior, o que constitui uma ameaça, também, à nossa formação profissional e ao projeto ético-político.

Frente a essa situação, entendemos que os trabalhadores e a juventude têm que se organizar mais, donde a importância, por exemplo, de fortalecer, no âmbito da categoria, a articulação entre as entidades ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO. No que se refere às estratégias de enfrentamento, os delegados presentes no XXIX ENESS decidiram pela luta contra o exame de proficiência no Serviço Social, por entender que não podemos punir os estudantes pelas más condições do ensino e, sim, responsabilizar o Estado. Queremos, todavia, aprofundar ainda mais esse debate com os profissionais, docentes e discentes.

Nesse sentido, no ENESS foi aprovada ainda uma proposta de construir um Seminário Nacional com as entidades representativas da categoria, a fim de debater as consequências da reforma universitária na nossa formação profissional.

Nós da ENESSO, colocamo-nos à disposição para essa construção coletiva, em parceria com as demais entidades. Desejamos a todos vocês um ótimo encontro.

Marina Maciel Abreu

Presidente da ABEPSS

Boa tarde a todos e a todas presentes. Em nome da ABEPSS quero cumprimentar todos e todas as assistentes sociais que participam deste XXXVI Encontro Nacional CFESS/CRESS. Quero saudar também as companheiras que compõem esta mesa: a querida companheira Bete Borgianni; Miriam, do CRESS-RN e Shanti, representante estudantil. Agradeço à Presidente do CFESS e à Comissão Organizadora deste importante evento nacional da nossa categoria pelo convite para participar desta mesa de abertura, na condição de presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Este fato me honra duplamente e oportuniza trazer uma mensagem a todos os participantes que estão aqui representando o Conjunto CFESS/CRESS, o qual constitui uma referência muito importante para todos os assistentes sociais brasileiros.

A ABEPSS, na sua atual estrutura, configura-se com um organismo acadêmico profissional, que articula unidades de ensino, pesquisadores, professores, estudantes e também, assistentes sociais. Nos últimos dez anos, ou seja, a partir de 1997, a ABEPSS passou a incorporar, na sua estrutura, a dimensão da pesquisa e, com isso, também se constituiu como uma associação científica na área do Serviço Social. Naquele momento, atingiu-se o cume de um longo trabalho em torno da questão da pesquisa em nossa profissão, cujo marco anterior foi a experiência desenvolvida pelo CEDEPSS / Centro de Documentação e Estudos em Política Social e em Serviço Social. O CEDEPSS, como vocês sabem, foi uma entidade criada em 1987, a qual, uma década mais tarde, foi incorporada à estrutura da ABEPSS, e simultaneamente a ABESS se constitui como ABEPSS.

A história da ABEPSS confunde-se, assim, com a história do Serviço Social brasileiro. São 60 anos de história, visto que a ABESS foi criada em 1946; 60 anos de forte protagonismo nas questões da formação e da pesquisa, entre outras que envolvem a profissão. A ABEPSS, mais o CFESS e os CRESS, a ENESSO e as organizações de Centros Acadêmicos/CA dos estudantes são, portanto, entidades parceiras, as quais constituem uma das mediações fundamentais da organização política em Serviço Social.

Nessa oportunidade, então, de abertura do XXXVI Encontro Nacional CFESS/CRESS, queremos reafirmar os compromissos históricos da ABEPSS com a luta dos assistentes sociais brasileiros pela construção de um “projeto profissional, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, tal como consta no nosso Código de Ética. Para tanto, cabe levar em consideração as *diretrizes curriculares* mais a inserção do Serviço Social, através do exercício profissional, na vida social, isto é, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, de pesquisa, da produção do conhecimento, da formação profissional e da organização política da categoria.

Essa *perspectiva societária* explicita-se, como disse acima, no nosso Código de Ética de 93, mais precisamente em um dos seus princípios fundamentais. Ela integra, assim, a base deste

projeto profissional, que se consolida nos anos 80, na direção estratégica das lutas e conquistas democráticas e emancipatórias do povo brasileiro e de todos os demais povos. São lutas que passam necessariamente pela organização, luta e resistência da classe trabalhadora no mundo todo.

Essa direção vai se colocar no âmbito do Serviço Social, no contexto da ascensão das lutas sociais no final dos anos 70 e primeira metade dos anos 80. Ela acha-se, porém, profundamente tensionada nos anos 90, em virtude das transformações impostas pela necessidade que teve o capital, em crise, de se reestruturar econômica, política e socialmente. Sob a orientação neoliberal, tais transformações fizeram sua entrada no Brasil nos anos 90, de forma que ocorreu toda uma mudança no mundo do trabalho e na vida dos trabalhadores. Como disse o Ricardo Antunes, na nossa última jornada internacional[3], "*a reestruturação do capital é a própria desestruturação do trabalho*". E isso traz um conjunto de problemas, se considerarmos sobretudo o agravamento da questão social, o qual se expressa no aprofundamento das desigualdades sociais, que, por sua vez, se manifestam concretamente na vida dos trabalhadores via ampliação da pobreza, negação dos direitos conquistados, precarização do trabalho, cronificação do desemprego, tendência à assistencialização sob a ótica da ajuda solidária, que tem sido uma marca da atuação do Terceiro Setor.

Portanto, essa perspectiva que assumimos desde os anos 70, como norte do projeto ético-político profissional que defendemos e que vimos construindo, vem sendo duramente tensionada por essas transformações. Trata-se de uma perspectiva que, embora, sendo golpeada - inclusive desde a derrocada da experiência socialista do leste europeu, o que acarretou, em muitos setores da esquerda, um desânimo e uma perda -, resiste. Ela resiste graças ao movimento social dos trabalhadores, não obstante a guinada conservadora das forças de esquerda em todo o mundo, intensificada e acelerada, simbolicamente, depois da queda do Muro em 1989.

O mais importante a destacar aqui é que, embora essa inflexão conservadora tenha contado com a adesão de muito intelectuais brasileiros, os intelectuais do Serviço Social ou, pelo menos, os setores mais influentes desses intelectuais vêm resistindo bravamente, tendo as entidades organizativas da categoria como mediações fundamentais.

Por essa via, reafirmamos a opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia e raça. Ilustrativo, nesse sentido, foi, por exemplo, o lema da campanha comemorativa do Dia dos Assistentes Sociais em 2006: "70 anos de Serviço Social no Brasil, construindo uma história de luta, por uma nova sociedade". Essa proposta consta na *agenda* do ano de 2006, como o resultado de um levantamento junto a todos os CRESS, e foi a proposta que saiu vencedora. Como os CRESS representam os assistentes sociais

[3] Refere-se à Jornada Iternacional de Políticas Públicas, organizada bianualmente pelo Programa de Pósgraduação em Políticas Públicas da UFMA (NE).

brasileiros, isso significa que os assistentes sociais brasileiros reafirmam essa perspectiva de luta e este horizonte para o projeto profissional.

Portanto, o nosso grande desafio hoje é avançar nessa direção, o que impõe a necessidade de construção de condições intelectuais, através da formação profissional, da pesquisa e da produção do conhecimento. Trata-se ainda de aprofundarmos o compromisso, por meio do fortalecimento da organização política e da articulação das lutas no âmbito da profissão e junto às demais forças da sociedade, no intuito de contribuir para a construção de respostas adequadas às contraditórias demandas colocadas ao Serviço Social pelas classes sociais em luta.

É preciso também e, principalmente, combatermos, radicalmente, certas expressões da questão social que atravessam, em todas as suas dimensões, a nossa profissão, mas particularmente experimentadas ora pelos usuários das políticas sociais ou pelo próprio assistente social. Quero destacar, rapidamente, algumas: 1) a precarização das condições de trabalho profissional, objetivada na superexploração da força de trabalho, via terceirização, sub-contratações e outras formas, que tendem a destituir o trabalhador da sua condição de trabalhador e a negar direitos conquistados. Isto implica, por exemplo, transmutar o trabalhador à *condição de pessoa jurídica de empresa*, para poder vender a sua força de trabalho no mercado de trabalho; ou à *condição de pobre*, como forma de aceder aos beneficios vinculados às respostas assistencialistas nas esferas públicas e privadas, que marcam o nossa realidade e são reduzidas, porém, a estratégias e respostas a *mínimos sociais* em detrimento do atendimento à necessidades básicas.

Ademais, como o principal e pior desdobramento dessas relações, tem-se a incidência dessa investida e ofensiva nas formas de luta e de resistência dos trabalhadores, resultando no enfraquecimento da organização política. Diante disso, constata-se também o crescimento da *perspectiva classista* das organizações sindicais, as quais, como diz Ricardo Antunes, “acomodadas dentro da ordem, tendem a reforçar estratégias corporativistas”, bem ilustrada na retomada dos sindicatos por categoria, frente ao atual padrão de exploração da força de trabalho.

Destaco ainda um outro campo de questões que dizem respeito à precarização e à flexibilização das políticas sociais, consubstanciadas na afirmação da filantropia como padrão assistencial, ou seja, na negação de direitos, na medida em que há o deslocamento dos atendimentos sociais do campo do *direito ao serviço público* para o campo da *ajuda solidária,* na medida em que o assistencialismo, nas suas diferentes formas de expressão, desde os anos 60, vem sendo superado no interior do Serviço Social, mesmo se, no âmbito da sociedade capitalista, ele pode ser considerado ineliminável.

Um outro campo de questões que requer o nosso combate de uma forma radical, diz respeito à precarização e à privatização da formação profissional. Merece destaque, nesse sentido, para uma análise as propostas de expansão de cursos de graduação à distância, essa modalidade de ensino, ao lado de outros mecanismos, que são forjados, no contexto da atual contra-reforma

universitária, já mencionado por Shanti. Destacaria ainda, dentro dessa mesma problemática, os mestrados profissionais, as substituições dos currículos por diretrizes curriculares, os cursos seqüenciais e outros mecanismos, que têm sérias implicações em termos de rebaixamento da formação e da qualidade do exercício profissional. Esse processo de desqualificação em marcha do ensino contrapõe-se frontalmente, como é de se imaginar, às exigências de avanço e consolidação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, e subsequentemente à perspectiva de superação das desigualdades sociais e do fortalecimento das lutas sociais democráticas e emancipatórias da sociedade.

Essas distorções acabam, portanto, gerando outras distorções, como é o caso do exame de proficiência, uma paradoxal resposta à precarização do ensino. O Serviço Social tem, no entanto, enfrentado a política privatista neoliberal do MEC com uma arma muito importante, a saber: as nossas diretrizes curriculares, as quais foram elaboradas pelas unidades de ensino, sob a coordenação da ABEPSS e aprovadas no âmbito profissional, em 1996, e no do Conselho Nacional de Educação – CNE, em 2001. Embora profundamente afetadas pelas contra-reformas que precarizam e flexibilizam a formação profissional, tais diretrizes mantêm-se sob a direção social do projeto ético-político profissional do Serviço Social, como referência de luta e de resistência na defesa de uma educação referenciada pelo apoio e solidariedade às classes subalternas, tendo como perspectiva histórica a superação da ordem e ótica capitalistas mais a construção de uma nova sociedade.

Por fim, desejo a todos os participantes um excelente encontro, de muito trabalho e discussões, com profícuos debates, que conduzam a importantes resultados, a partir do aprofundamento do conhecimento sobre as questões abordadas, no sentido, principalmente, do fortalecimento do compromisso com a luta e a resistência social, e em defesa do projeto ético-político profissional que defendemos.

Elisabete Borgianni

Presidente do CFESS

Em nome de toda a direção do CFESS, funcionários e assessores, saúdo as queridas companheiras de mesa: Mirian, com quem já tivemos uma ação aqui em Natal, participando de entrevista com a imprensa local, que publicou nossas declarações do encontro; Shanti, que traz as posições da ENESSO; e Marina, a qual representa uma importantíssima entidade da nossa categoria, a ABEPSS. Saúdo, também, a comissão organizadora deste XXXVI Encontro Nacional, que teve como representantes do CFESS - Cristina, Ivanete, Rosanilce, Ruth, Silvana Mara e Simone - e do CRESS 14ª região - RN, Andréa Lima, Dalvanir, Elisângela, Luís, Margareth e Miriam. Todos fizeram um trabalho fantástico. Saúdo, sobretudo, os quase 200 e poucos

participantes deste que é o último Encontro Nacional de nossas gestões, o qual, certamente, será, como bem disse Mirian, um dos mais importantes de toda a história desse Conjunto.

Como todos sabemos, é grande o elenco de contradições e dilemas que estamos tendo que enfrentar, particularmente, no que diz respeito à enorme avalanche de precarização que se avizinha para a nossa profissão no Brasil. Essa precarização será analisada e debatida por nós e pelos nossos convidados, assim como as formas e estratégias de enfrentamento que já deflagramos e aquelas que ainda podem ser deflagradas como novas alternativas.

De fato, desde o XXXV Encontro Nacional, realizado em Vitória/ES, o CFESS vem desencadeando ações, tanto de análise da situação que estamos vivendo, como também de intervenção na questão da precarização. Realizamos duas plenárias ampliadas com os CRESS: uma em 2006, a qual foi o palco do nosso primeiro debate, no Conjunto, sobre o exame de proficiência e eventuais formas de resistência; uma outra plenária ampliada em 2007 foi palco de importantes discussões sobre o Fundo Nacional de Apoio aos CRESS/CFESS e também sobre a Política Nacional de Fiscalização.

Realizamos reuniões com a ABEPSS e com a ENESSO, para discutir alternativas de enfrentamento à precarização do ensino, jurídico sobre as implicações do Ensino a Distância no país; participamos, juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, de uma difícil reunião no MEC para questionarmos sobre o controle que ele tem ou não quanto à qualidade dos cursos à distância. Encaminhamos uma notificação ao MEC e a todas as Secretarias Estaduais de Educação, solicitando informações sobre os cursos a distancia e seus respectivos pólos. Estamos, nesse momento, recebendo as respostas do MEC e dessas secretarias, as quais, depois de analisadas, serão socializadas imediatamente com os CRESS e com entidades parceiras. Construímos uma proposta de Plano Nacional de Fiscalização, que será debatida aqui nesse encontro, e que é um forte instrumento de enfrentamento da precarização do exercício profissional.

O CFESS participou ainda de vários debates, a convite dos regionais, levando à categoria nossa visão acerca da precarização e das alternativas de enfrentamento. Publicizamos nesses debates, amplamente, nossas análises e nossas posições enquanto CFESS, tendo participado também de audiências públicas no Congresso Nacional, que versaram sobre o exame de proficiência e sobre a regulamentação profissional. Socializamos, em cada ocasião, junto aos CRESS, todos os principais informes sobre tais eventos e matéria. Em nosso último pleno, em Brasília, organizamos um fórum interno de debates, com a presença de sete convidados, que nos ajudaram a discutir em profundidade as questões que estão postas, e os vários desafios que temos, por exemplo, quanto à organização política da categoria, com o retorno da sindicalização por categoria, mais o significado de tudo isso, e quais podem e devem ser as nossas posições a respeito. Discutimos nesse fórum as diferentes respostas às expressões da crise das políticas sociais (previdência, SUAS/Sistema Único de Assistência Social, programas de repasse de renda, etc.) colocadas hoje. Discutimos o enfrentamento da desregulamentação e da fragilização dos

mecanismos de controle para um ensino de qualidade e um exercício profissional também qualificado. Os resultados desse fórum serão, enfim, publicizadas o mais rapidamente possível.

O CFESS vem cumprindo, portanto, com o seu papel - fundamental nessa conjuntura -, que é o de promover e de participar dos debates e das análises sobre a ofensiva precarizadora tanto da formação quando do exercício profissional.

Chegamos ao nosso encontro nacional, instância máxima de deliberação do Conjunto CFESS/CRESS, certos de que será possível, com tranqüilidade e respeito ético-político entre todos nós que formamos esse valoroso conjunto, construir a agenda de resposta e de estratégias comuns, para fazermos um trabalho de crítica e de resistência social, com muito mais eficácia e, o quanto for possível, com unidade. Falamos principalmente de unidade do Conjunto e das entidades parceiras ABEPSS e ENESSO. Essa unidade - assim como a autonomia das nossas entidade em relação a governos políticos - tem sido a nossa grande força e não podemos nem devemos colocar em risco essa unidade e autonomia, de forma alguma.

O CFESS deseja a todos, então - como sugerem as doces e sábias palavras da nossa conselheira Silvana Mara -, tranqüilidade e muita inspiração militante. Queremos e desejamos também a inspiração que vem da natureza, da beleza do mar de Natal - cidade nordestina, que, apesar de sofrer as determinações da sociabilidade vigente, como disse Mirian, traz, na história de vida de parte do seu povo, a capacidade de resistir e de olhar adiante. Exala, bem sabemos, por todos os seus poros a indignação com o tempo presente. Que possamos, assim, enfrentar mais esse desafio, com capacidade militante e sensibilidade.

A partir dessas expressivas palavras de nossa conselheira do CFESS, Silvana Mara, conselheira local, declaro aberto, o 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS

Conferência

A ofensiva de desregulamentação no capitalismo contemporâneo: tendências destrutivas das reformas neoliberais no Serviço Social

Conferencistas:
Profª Drª Ana Elizabete Mota (UFPE)
Profª Drª Ângela Siqueira (UFF)
Profª Drª Ivanete Boschetti (CFESS)

Ana Elizabete Mota
Profa. UFPE, Presidente ALAEITS

Quero agradecer o convite para participar desse 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS, enaltecendo o enorme prazer em poder, mais uma vez, dividir com vocês conhecimentos, experiências e idéias. Essa é a expressão de uma grande confiança dessa categoria, representada aqui pelos CRESS de todo o país. Sinto-me lisonjeada e tenham certeza que fiz todo esforço para tentar responder as expectativas de vocês.

É também uma reiterada alegria fazer essa fala em Natal, minha cidade, onde me defronto com paisagens que integram a emoção trazida pelos lugares que freqüentei na infância e adolescência, como é o caso de Ponta Negra – "essa praia dos ricos", como diziam meus pais. É bom ainda poder constatar a hospitalidade dos meus conterrâneos e fazer uma homenagem às mulheres libertárias da minha terra.

Bem, nessa exposição, vou abordar a dinâmica do capitalismo contemporâneo, enfatizando aspectos que considero centrais para enriquecer o debate, para o qual o nome da mesa – "*A ofensiva de desregulamentação do capitalismo contemporâneo, as tendências destrutivas das reformas neoliberais e seus rebatimentos no Serviço Social*" - já nos convida.

Realizarei uma discussão a partir de dois grandes eixos: primeiro, a atualidade dos mecanismos de enfrentamento da crise, que, iniciada nos finais dos anos 70, acha-se pautada pela reestruturação produtiva, pela mundialização financeira e pelos mecanismos de gestão do trabalho. Trata-se de uma reflexão que se insere mais amplamente no âmbito da relação Estado e Sociedade. A outra questão diz respeito às estratégias utilizadas pelas classes dominantes brasileiras na atual conjuntura. Destacarei os mecanismos econômicos e ideopolíticos, que dão amparo à reforma social e moral levada a efeito pela burguesia, o que estou chamando - parafraseando a professora Lúcia Neves - de "pedagogia da hegemonia", e que é parte da ofensiva do capital para construir uma cultura e sociabilidade compatíveis com seu atual projeto.

É necessário, então, que se pontue minimamente o significado desse processo de restauração capitalista, que se desenvolve em resposta à crise de acumulação dos anos 70. É importante ter claro, quer seja a crise tratada como crise econômica ou como crise orgânica, cuja

dimensão política também alimenta todas as dimensões da crise econômica, é à crise de acumulação que estou me referindo. Não temos dúvida, por exemplo, de que as crises são funcionais ao modo de produção capitalista, constituintes de um mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação e sempre o faz em níveis mais complexos, assegurando, dessa maneira, a continuidade do processo de reprodução dessa ordem.

As crises não levam a um colapso do sistema capitalista, mas deflagram um período histórico de acirramento das contradições fundamentais desse modo de produção, que afetam o ambiente político e a correlação de forças entre as classes. Por ocasião das crises, tanto podem ser acionadas iniciativas restauradoras do processo de reprodução social como pode haver um quadro de acirramento das lutas, que apontem as possibilidades de superação do sistema, mas não é o que aconteceu com essa crise dos anos 80 e 90, a qual perdura até hoje. De acordo com a análise de Gramsci - um dos grandes teóricos do fenômeno da "crise" capitalista - presente principalmente em seu texto "Americanismo e Fordismo"[4], é central entender no interior das crises o lugar das lutas de classes, a exemplo da estratégia da *revolução passiva,* um mecanismo sempre mobilizado no processo de restauração, como forma de se obter o consenso de classe, em face das necessidades de se restaurar e reproduzir o processo de acumulação.

Em conjunturas de crise, a principal tarefa das classes dominantes passa a ser a de construir *contratendências*, as quais afetam a vida dos trabalhadores, sobretudo porque engendram as bases para que tais classes tentem tornar os seus interesses particulares em interesses universais, supostamente de todas as classes. Trata-se, portanto, de um meio de atualização da hegemonia das classes dominantes, que atinge substantivamente a dinâmica de reprodução social, o que configura, tal como foi dito acima, uma verdadeira *pedagogia da hegemonia*. Essa é a principal tese que vou defender aqui.

Ora, a dinâmica crise/restauração incide, sem nenhuma dúvida, nas relações sociais e tem como principal foco não só as mudanças no processo produtivo, mas o redirecionamento da intervenção do Estado. O Estado redefine, então, mecanismos legais e institucionais de regulamentação ou de desregulamentação da produção material, da riqueza e das políticas, instituindo, ao fazer isso, renovadas formas de intervenção, como foi presenciado no caso do sistema de proteção social, da legislação trabalhista, da legislação sindical e da desregulamentação da economia. Trata-se, enfim, de medidas que afetam não só a esfera estritamente econômica, mas resvalam e deságuam em todo o sistema de reprodução social.

Nesse contexto, redefinem-se as relações Estado/sociedade e mercado, as quais aparecem, porém, sob a forma de medidas de ajuste econômico; medidas que vão depender, em cada caso específico, das particularidades da formação social e da correlação de forças entre as classes.

---

[4] Ver GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (1929-1935), Vol. 4. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. RJ, Civilização Brasileira, 2001.

O grau de socialização da política, historicamente construído pelas classes trabalhadoras, nesse momento está em xeque. Falar em crise e em reestruturação é, assim, falar também em democracia. Todos sabemos que, desde o final da Segunda Guerra Mundial até os anos 70, aconteceu um desenvolvimento intensivo da economia capitalista, o qual teve um pilar de sustentação. Qual foi esse pilar? Foi a organização política dos trabalhadores e a capacidade que eles tiveram de fazer com que o capital absorvesse suas demandas, que se transmutaram e apareceram aos olhos de todos como parte do ideário da social-democracia. Dentre elas, pode-se citar, por exemplo, a capacidade de articular desenvolvimento e capitalismo com justiça social. Tratou-se, no fundo, porém, de um processo de reprodução da ordem capitalista, o que fez, portanto, o capitalismo crescer, mas para cujas bases de legitimação foi importante recuperar, reconhecer e instituir um conjunto de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, que, em meio a uma dinâmica contraditória, foi também responsável pela expansão do capitalismo.

Numa sociedade capitalista, é impossível analisar trabalho e capital fora de uma relação. Ao negar o trabalho, estamos afirmando o capital, ao negar o capital, estamos afirmando o trabalho. Por isso, é impossível haver, nos limites da reprodução da ordem capitalista, iniciativas que não tenham repercusão nas relações e nos projetos de classe. O que estava posto no processo que veio a constituir o "Welfare State", com base no chamado pacto fordista keynesiano? Estava em foco ali o papel do Estado. A intervenção econômica e social do Estado foi o pilar do desenvolvimento do capitalismo nos chamados "30 anos gloriosos". A incorporação das demandas do trabalho fez-se através da alocação de fundos públicos para a constituição de políticas econômicas e sociais, as quais tiveram ainda um segundo pilar, calcado na ampliação da capacidade de consumo de parte dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, na desmercantilização de parte dos serviços responsáveis pelo atendimento das suas necessidades.

Em que consistiu, portanto, esse grande pacto fordista-kenesiano? Pode-se dizer que ele contou com a base dos grandes sindicatos e dos grandes partidos. Foi possível acumular, só que com alguma distribuição de riqueza, pois era preciso humanizar o capitalismo, como uma resposta ao que acontecia nos países do Leste Europeu, logo sob a forma de *contratendência*. E dentro desse processo de humanização do capitalismo, o que aconteceu? Os trabalhadores não eram mais exclusivamente os únicos responsáveis pela reprodução da sua força de trabalho, ou seja, não era apenas através do *salário* que se tinha acesso à saúde, educação, à moradia, ao vestuário, entre outros. A partir de então, as necessidades deixavam de ser individuais e se transformavam em necessidades coletivas e públicas. O Estado, doravante, atenderia, assim, as necessidades do trabalho como parte e exigência do processo de reprodução social, repartindo com o capital o custo da reprodução da força de trabalho. Tratou-se, porém, inegavelmente de um ganho histórico significativo do ponto de vista da qualidade de vida dos trabalhadores.

Constituiu um novo patamar da emancipação política, o qual teve o seu mérito, embora seja um campo reiterativo da reprodução social. Por que estou dizendo isso? Porque

tivemos, a partir dos anos 90, um crescimento inaudito da produtividade do trabalho, um crescimento da riqueza, uma concentração de riqueza e poder, mas agora sem este pilar, com o argumento de que, para restaurar os níveis de lucratividade e desenvolvimento do capitalismo, era necessário - inversamente -, retirar a presença e intervenção social do Estado. Então, tem-se aqui um primeiro novo acordo: se, até os anos 70, o Estado era o pilar fundamental do desenvolvimento econômico, associado ao que, na época, se discutia como desenvolvimento social e como mecanismo de proteção social, o que se vai presenciar nos anos 80 é a reversão deste processo. Por isso, é importante de se perguntar como foi possível acontecer essa inversão, que resultou na reforma do Estado, com forte impacto, em termos de mudanças, no mundo do trabalho, na cultura, nas ideologias e na prática política organizativa dos trabalhadores.

Ora, fica claro que essa experiência da intervenção social do Estado que desembocou no Welfare State não foi a nossa experiência brasileira e na periferia do capitalismo. Embora tenhamos tido algumas políticas a partir dos anos 40, de fato não foi o assalariamento massivo e a inserção em políticas sociais o que marcou o desenvolvimento capitalista brasileiro. O nosso desenvolvimento capitalista, desde os anos 50, depois de forma reiterada nos anos 70 e agora na década de 2000, sempre foi de subordinação ao capital estrangeiro e transnacional. É claro que isso se expressou de acordo com as particularidades históricas de cada momento. A nossa transição para o capitalismo deu-se, então, à base de um processo de modernização conservadora, porque antidemocrático e calcado no anti-reformismo da burguesia, fazendo com que, em todos os picos de desenvolvimento da economia brasileira, não existisse - como até hoje não existe - um horizonte de socialização da riqueza, do poder econômico e político.

Foi com base nesse marco e trajetória, que se deu, embora com novas particularidades, a integração do Brasil à ordem econômica mundial no início da década de 90. Se a inserção brasileira no capitalismo internacional nos anos 70 resultou no desenvolvimentismo e no milagre econômico no contexto da ditadura, nos anos 90 a questão se redefine, agora sob os imperativos do capital financeiro e do neoliberalismo, responsáveis pela reorganização das estratégias de acumulação, associadas a um conjunto de medidas que afetam a economia e a esfera da reprodução.

Três grandes movimentos ajudam-nos a entender essa conjuntura. O primeiro é o da reestruturação dos capitais. É importante lembrar que o mundo hoje possui 770 corporações empresariais e apenas 470 bilionários. Vivemos no planeta Terra, reconhecidamente de enormes dimensões espaciais e populacionais, no entanto, para fins de contraste, vale a pena sinalizar que a riqueza mundial – ou seja, o conjunto de pessoas mais ricas do mundo - cabe hoje apenas num "*boeing*".

A segunda questão são as radicais transformações no mundo do trabalho. Trata-se não só da reestruturação produtiva, mas de uma divisão internacional do trabalho, em que se redefinem conceitos preciosos pra Marx, quando de sua reflexão sobre a passagem do capital concorrencial

para o capital monopolista. Não se sabe mais o que é *subsunção real* e *subsunção formal*. Quando se vê um *trabalhador-empreendedor*, diz-se: ele é um autônomo, afinal de contas, ele não vende força de trabalho. Mas quando se analisa para quem e como ele produz, e sobre onde está localizado, descobre-se a formação de *novos consensos*. Temos, na nossa categoria, um grande exemplo: quando alguém critica a expansão da assistência, ouve-se: "Mas isso era tudo pelo qual lutávamos!". Não há dúvida de que era pelo que lutávamos, que a assistência fosse uma política de acesso a outras políticas, mas nunca lutamos para ter uma sociedade que viva às custas da assistência social. O que significa isso? Pela via do *transformismo*, ou seja, por dentro do processo de formação de culturas, valores e práticas, bandeiras nossas históricas são assumidas por outros setores sociais, que lhes imprimem, por sua vez, outro conteúdo e tentam ainda nos envolver, como se a resposta autoritária de concentração do poder e de ausência de participação da população, no sentido de socialização de decisões, fossem resolvidas com medidas técnicas e gerenciais.

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação do Estado, neste momento, se retrai. Logo, apesar de estar expandindo a assistência social, não se enganem: a ampliação da assistência não significa a *publicização do Estado*. Não significa mais democracia nem a socialização da economia e da política, mas revela a presença de uma nova estrutura. Ela visa, *a priori*, atender a necessidades estratégicas, no entanto quando há um investimento na assistência, ninguém discute, paralelamente, o saneamento básico, nem a política de habitação, nem como se dá a educação na área rural das crianças que recebem o Bolsa Escola. São necessidades estratégicas, mas que, paradoxalmente, não são priorizadas no âmbito das ações assistenciais.

Há ainda um outro aspecto dessa dinâmica que se refere ao papel dos organismos financeiros internacionais. É importante saber que já não é suficiente dizer apenas quem é o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio), a OPAS (Organização Panamericana de Saúde) ou a ONU (Organização das Nações Unidas). Houve uma grande mudança no papel dos organismos internacionais nos anos 80 e 90, também em curso no momento atual. Se lermos os relatórios do Banco Mundial, do FMI, as apresentações do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a declaração do milênio, paramos e dizemos: quem é o nosso inimigo? Porque não há muita distinção entre o que eles escrevem e o que dizemos, como, por exemplo, o discurso "pela justiça", "contra a barbárie", "de que o mercado não resolve o problema", entre outros. O fato é que tudo muda para que tudo permaneça como está.

O Banco Mundial, o FMI e outros organismos internacionais estão, portanto, na prática, nos pautando. E como isso vem acontecendo? A partir do momento que assumimos uma atitude "proudhoniana", qual seja, a de nos posicionarmos pelo mal e risco menores; ou ainda, a de pensar: " já que não pudemos fazer isso, vamos fazer aquilo". E como isso se apresenta concretamente? A palavra de ordem do Banco Mundial e dos demais organismos hoje é

desenvolvimento, crescimento e eqüidade, a qual consiste na negação da ortodoxia de outrora do Banco Mundial e no reconhecimento de que o mercado não deu conta, de que o Estado não pode suprir as deficiências do mercado e que as metas do milênio até 2015 não serão atendidas.

Mas, por dentro desse mesmo caminho, vão sendo tecidas outras idéias, como desenvolvimento social, desenvolvimento humano, empoderamento, capital social, desenvolvimento democrático do território e políticas de minoria. Se fizermos uma pesquisa, poderemos constatar que não se trata mais do discurso dos anos 70. O discurso de hoje é outro. É a autocrítica do Banco Mundial e a necessidade de apostar no desenvolvimento e no crescimento como forma de inserção e exclusão. Há, então, no horizonte, um novo tratamento da *velha questão social*. Mas o discurso mudou e é preciso que tenhamos clareza disso, o que nos exige muito mais competência teórica e política, visto que ele incorpora parte do que dizemos – a categoria, os movimentos sociais, entre outros -, mas voltado para o processo de reprodução.

Um outro elemento preocupante diz respeito à nova estratégia de acumulação - legitimada, inclusive por políticas sociais -, a qual não constitui mais apenas uma acumulação flexível, mas uma *flexível espoliação*.

As fraturas Norte-Sul, periferia e centro, vêm sendo repostas mais do que nunca. Se nos anos 70, éramos espaço de investimento de capital, contraíamos dívidas do empréstimo internacional para crescer a economia, nos anos 80, transformamo-nos em devedores. Ficamos com uma montanha de dívidas e eles com os juros e lucros. Neste momento, vivemos um tremendo processo de mundialização do exército industrial de reserva. A China, o Brasil, a América Latina, parte da África, somos, hoje, um exército mundial de reserva. E a *acumulação por espoliação* passa por isso.

O investimento dos ativos financeiros que mandamos para o exterior, voltam pra cá através de uma grande espoliação da força de trabalho, em áreas, por exemplo, como o litoral do Nordeste e o do Rio Grande do Norte, que não são mais nossos. A Carta Capital e a Folha de São Paulo disseram que o Rio Grande do Norte, no Brasil, é o primeiro estado em intervenções estrangeiras diretas. Na praia de Pitangui, está sendo construído, dentro desses moldes, um tremendo campo de golfe, com um consórcio internacional, traindo toda e qualquer história e cultura locais. O que temos a ver nós, que nunca fomos ingleses, com um campo de golfe no litoral do Rio Grande do Norte? Natal é, assim, hoje, a metrópole com o preço do m² de contrução mais alto do pais. Nem a Vieira Souto tem esse m². Por quê? Porque a segunda residência dos espanhóis, portugueses, noruegueses e italianos transformaram o litoral. Em que consiste isso? É o que vimos chamando *acumulação por espoliação*. Ademais, vale lembrar que os nossos bancos de genes são todos privados. Não há um só banco de genes público. Isso significa também acumulação por espoliação.

Um outro aspecto que merece atenção é a mercantilização da vida cotidiana. O Fast-Food, a creche, a escola, as lavanderias, os cuidadores sociais, tudo se transforma em objeto de

mercantilização. Ao mesmo tempo, para liberar a força de trabalho, as mulheres das classes populares transformam-se nas *novas tutoras do Estado,* constituindo-se um fenômeno de superexploração. Se não há segurança, a mãe leva o filho pra escola. Se não tem carro, leva de bicicleta. Se não tem água, a dona de casa vai para o açude. Se não tem energia, ela vai cortar lenha. As necessidades públicas coletivas e de infra-estrutura transformam-se, intensificadamente no presente, em obrigações privadas das mulheres. Não é à toa que elas são as principais recebedoras do Cartão do Bolsa Família.

No âmbito do processo de trabalho, são também grandes as mudanças. Encontra-se em construção, por exemplo, um *novo trabalhador coletivo*. Não se trata mais do trabalhador da aglomeração fabril. O novo trabalhador coletivo vive, porém, um paradoxo: se tem concentração de riqueza e de capital, há desterritorialização do trabalho. O que está acontecendo com a indústria de confecção no Nordeste, no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe? Todas as grandes cadeias (Wal-Mart, Zara, C&A, etc.), hoje, vendem confecções fabricadas, dentro do sistema de facções, por mulheres e homens que trabalham em sua própria casa. A produção de roupas (*prêt-à-porter*) está, assim, desterritorializada. O que está sendo costurado aqui pode ir para os Estados Unidos, para a Índia ou para China. O que está sendo fabricado na China, por sua vez, chega aqui para comprarmos. Então, há uma desterritorialização da produção e uma territorialização do trabalho.

Por tudo isso, o Banco Mundial publicou, em 2007, um documento defendendo a *informalidade do trabalho*. É preciso, então, pensar o seguinte: é impossível essa população sobreviver com a Bolsa Família que está sendo paga. Ela sobrevive justamente porque a condição do Bolsa Família é não ter carteira assinada. Logo, para quem trabalha em domicílio ou faz trabalho doméstico e não tem carteira assinada, o Bolsa Família virou renda complementar, sendo evidente a presença do trabalho precário nesse processo.

Surgem, assim, novas questões sobre as quais precisamos refletir. Não foi por acaso que utilizei, por exemplo, a expressão *desterritorializar o trabalho*. Por quê? Surge, no nosso universo, uma categoria empírica - posto que não se trata exatamente de uma categoria teórica -, conquistando corações e mentes, a saber, o *território*, de modo que a tendência agora é referirmo-nos a ele, para tudo, quase indistintamente. E por que isso? Trata-se de um processo de superacumulação e de criação de novas oportunidades de riqueza, que tem requerido *novos modos de organização espacial* e de expansão geográfica dos processos de acumulação. Quer dizer, cidades, locais e comunidades que não tenham nenhuma expressão passam a ser apropriadas, por dentro do processo de expansão econômica, como *novos territórios de acumulação*. Há, assim, nesse contexto, um novo e contraditório mecanismo de desterritorialização da força de trabalho em marcha, o qual expulsa a força de trabalho das grandes empresas e corporações, mas, pelo mesmo caminho, reinsere essa população na produção, dessa vez não mais como trabalhador assalariado, mas como um determinado trabalhador. A grande diferença é

que esse trabalhador, do mesmo local de trabalho, podia se organizar e tinha uma identidade a partir de suas condições e relações de trabalho. Já o *trabalhador fragmentado e pulverizado* vai procurar sua identidade na Igreja Universal.

Essa é, portanto, uma outra conjuntura, com a qual temos que lidar e sobre a qual devemos ter clareza. O que aconteceu é a reedição de algo que estava posto no século XVII, ou seja: a expansão desmesurada da *superpopulação relativa*, a qual vem sendo conceituada, de acordo com a "pedagogia da hegemonia", como população excluída. O *excluído*, em tese, pode ser incluído. A superpopulação latente ou estagnada é uma condição do desenvolvimento capitalista. Portanto, é impossível incluir os excluídos. Eles podem, temporariamente, se inserir em alguns arranjos de políticas, mas a possibilidade de serem incluídos, de forma permanente, está absolutamente fora desse processo. Dentro deste quadro e dos principais vetores em que as classes dominantes estão investindo a fundo por meio da *pedagogia da hegemonia*, exige-se mais do que nunca a nossa capacidade de distinguir a aparência da essência. Isto porque, esses projetos podem nos confundir e nos separar. Não podemos, portanto, nos deixar cair nessa armadilha.

Vale dizer que essa *nova pedagogia da hegemonia* está fundamentada na despolitização de todo o movimento que marcou o período fordista keynesiano: grandes lutas e movimentos sociais, pactos, intervenção do Estado, políticas e direitos. Mas onde e como pode se dar a *repolitização da política*? Ela se encontra em várias esferas, mas diria que a principal estratégia é fazer com que essa superpopulação seja mais que usuária e consumidora de determinadas políticas focais, pois, assim, ela se torna apenas mera colaboradora dos mecanismos de consenso. Numa situação contrária, ela poderia, no entanto, representar uma ameaça ao *status quo*.

Não é de estranhar, então, a leitura da mídia acerca da popularidade do governo Lula, todavia a nossa leitura não pode se resumir a isso. Nossa leitura e crítica têm que apontar o investimento feito, via *pedagogia da nova hegemonia*, nos mecanismos de cooptação, assédio e passivização daqueles que teriam um poder de tornar públicas e coletivas as suas necessidades. Primeiro, o conceito de democracia tem sido subsumido no "participacionismo". Nunca se fez tanta conferência[5] neste país, e, no entanto, nunca se percebeu tanta arbitrariedade no âmbito das políticas públicas. Todas as conferências de saúde que estão sendo realizadas e toda a discussão da assistência social e a expansão do SUAS são apresentados como "territórios da cidadania". Na área da previdência, por sua vez, conselhos, conferências e associações estão sendo conduzidos a se transformarem em associações do estilo americano. Uma segunda questão é a da *refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia*. Refiro-me aqui a sindicatos, centrais sindicais e outras organizações políticas que passam a servir aos fins da legitimação estatal. Em

[5] A autora refere-se às conferências *nacionais, estaduais e municipais* determinada pela legislação de diversas políticas sociais (Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Direitos de Crianças e Adolescentes, etc.) (N. do E.).

terceiro lugar, as lutas extra-econômicas podem conviver com as lutas econômicas, mas o que acontece é uma ênfase nas lutas extra-econômicas, que não afetam a questão *strito sensu.*

Ainda uma outra questão refere-se às políticas sociais. Nesse universo, há uma nova inflexão, ou seja, há um deslocamento do debate do campo do direito ao trabalho e do direito à reprodução da vida para o do acesso às políticas de assistência e esse acesso se faz com a negação da maior política de redistribuição de renda deste país, que é a Previdência Social. No entanto, a reforma da política de Previdência está a caminho. Quando a Globo começou a fazer reportagens, em fins de 2006 ou início de 2007 sobre a Previdência na América Latina, estava preparando já o terreno.

As greves da saúde no Nordeste não estão sendo resolvidas, porque é preciso que a população pense como governo. A saúde está um caos e só tem solução, se houver a criação de fundações estatais. É esse o recado do caos de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. O que estamos presenciando é o desenvolvimento de uma aliança invisível entre a manutenção do anti-reformismo, mais a preservação da dinâmica capitalista e o atendimento de necessidades imediatas da população, sem que se acene no horizonte com qualquer medida de mudança substantiva nessa ordem. Por isso, vale repetir: tudo muda para que tudo permaneça como está.

Penso que, ao lado disso, temos que voltar nossa atenção também para o que está sendo discutido, pesquisado e elaborado, sob a forma de teses e dissertações, acerca do *desenvolvimento regional e local sustentável*, com suas variantes de empoderamento, capital social e capital humano. Estão, mais uma vez, como se pode ver, nos pautando, na medida em que a academia está discutindo isso.

Para aqueles que se colocam, à maneira de Gramsci, com o “otimismo da vontade e o pessimismo da razão”, é preciso saber que estamos enfrentando uma das conjunturas mais difíceis para a nossa profissão e para os movimentos de esquerda neste país. O cenário é de transformismo e de confusão, e temos, cada vez mais, dificuldade de deslindar a complexidade desse processo. Nessa conjuntura, é, portanto, a firmeza dos princípios que deve determinar a flexibilidade das nossas estratégias. É preciso retomar o real, identificar o que é aparência e essência, para podermos saber quais são os desafios que temos, de fato, a enfrentar. Do contrário, o risco é transformarmos em desafios nossos os desafios de outrem, isto é, os desafios da classe dominante.

Ângela Siqueira

Profa. UFF

Em primeiro lugar, agradeço o convite. É uma honra estar aqui e poder discutir, lembrando o que o poeta Carlos Drummond de Andrade falou: “não nos afastemos muitos, vamos de mãos dadas”, porque a situação está difícil. Quero abordar o tema das reformas neoliberais na educação

superior, visto que isso vai afetar profundamente a universidade. Há o risco, por exemplo, de acabar com a pesquisa. Então, trata-se de um algo muito sério.

Antes, porém, de comentar sobre a política educacional e a educação superior, gostaria de tecer algumas considerações acerca do Banco Mundial (BM), que servem de pano de fundo para a reflexão sobre as contra-reformas globais em curso no Estado Brasileiro.

Para começar, é importante mostrar a mudança do discurso do Banco Mundial, em termos de conceito de desenvolvimento, quanto ao papel do Estado e sobre o que é ser moderno. Pode-se dizer, assim, que a retórica do BM mudou dos anos 60 para cá, desde aquela visão de *modernização* como industrialização e todos aqueles projetos desenvolvimentistas de construção de fábricas e de financiamentos. Enquanto a nossa dívida externa ia crescendo, pontes, viadutos, fábricas, diques eram erguidos pelo mundo todo. A partir da crise do "deflot" do México - crise que, aliás, não era nossa - eles empurraram dinheiro para os países pobres, a princípio baratinho, depois elevaram a taxa de juro. Foram eles mesmos, portanto, que criaram as dívidas externas.

Todavia, em função do pagamento da dívida, houve todo um processo de mudança no *conceito de desenvolvimento*. País desenvolvido não era mais aquele que pegava empréstimo para fazer estradas e pontes, mas aquele que pegava empréstimo para fazer *ajustes estruturais*. Portanto, quanto mais ajustado, mais desenvolvido e mais moderno passou a ser o país. Dentro desse contexto, vêm as reformas dos Estados e, por conseguinte, a idéia de que a universidade de pesquisa não é adequada aos países pobres e em desenvolvimento. Desde os anos 80, ouve-se, portanto, essa cantilena, muitas vezes baseada em estudos feitos na África, principalmente pelo Banco Mundial, e depois transpostos para os demais países do mundo, inclusive o Brasil.

Em relação ao discurso atual, tive a oportunidade de participar de debates on-line no Banco Mundial. Um deles chamou-se *Attacking Povert,* ou seja, "Enfrentando a pobreza". Foi organizado, posteriormente, em vários volumes, resultando num relatório anual. Foi interessante ali perceber a mudança do discurso do BM, quanto ao capital não dar conta de tudo, de que precisa haver um certo financiamento, mas sobretudo no sentido de contornar a própria crise gerada pelos ajustes estruturais.

Assim, quando o Banco Mundial refere-se a *empoderamento* não significa realmente dar mais poder aos pobres, mas dividir as migalhas que existem. Quer dizer, as decisões maiores sobre orçamento do Estado não cabem aos mais pobres. O empoderamento dado à população, na área da educação e do conselho escolar, corresponde a uma ínfima quantia de dinheiro, que vai diretamente para a escola, embora haja muitos brigando por essa verba.

Agora, quanto ao REUNI / Programa de de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e à reforma escolar sobre a qual vou falar, o governo diz, à maneira de um mágico cabalístico, que vai haver dois milhões para as universidades que aderirem ao REUNI. Isto implica, portanto, as universidades competirem umas com as outras e pressupõe a adesão ao

projeto de diretrizes do governo. No fundo, trata-se de uma chantagem em nível federal: só há dinheiro, se forem seguidas as diretrizes; do contrário, não tem recursos.

Assim, quando o Banco Mundial muda de discurso e começa a falar de empoderamento, não significa um poder de fato, mas o estímulo a disputas internas. Libera-se um "dinheirinho" para a escola dividir e aplicar: se vai contratar mais professor, se vai pintar um parede ou deixar de pintar outra. No entanto, não se discute o orçamento global da educação, a fim de se evitar reflexões do tipo: por que até hoje não foram aplicados os 7% do PIB/Produto Interno Bruto, como foi previsto no Plano Nacional de Educação? Não cabe discutir, porque ainda existe a DRU/ Desvinculação de Receitas da União[6], que retira dinheiro da educação e da saúde. O empoderamento de que fala o Banco Mundial refere-se realmente a ser senhor do próprio destino, mas implica, na prática, decidir apenas sobre coisas mínimas e em repartir a miséria.

Quando o Banco Mundial fala também de inclusão social, a retórica gira sempre em torno de políticas focalizadas, de ajuda aos mais pobres para evitar o confronto social. Quer dizer, a lógica do Banco é criar coesão social. Logo, o Bolsa Família, nessa linha, objetiva evitar que os mais pobres - basicamente os mais prejudicados pelas reformas estruturais dos anos 80 - se revoltem e façam rebeliões incontornáveis no mundo todo.

O Banco Mundial começou, no entanto, a mudar a forma e o discurso, depois da Reunião de Seatle, primeira reunião conjunta do Banco Mundial e do FMI, a qual contou com uma grande manifestação nas ruas, o que não havia nos Estados Unidos desde a década de 60. Com esse susto, Paul Wolfowitz, que, naquela época, ainda era o presidente do BM, mudou o discurso, dizendo que era preciso ter uma visão maior do social, pois somente o aspecto econômico não era suficiente para resolver as grandes problemáticas do mundo. Entra, então, em pauta a questão do meio-ambiente como uma preocupação do Banco Mundial. Ele defende, por exemplo, mecanismos de venda de créditos de poluição e não a redução, efetivamente, do consumo e a produção dos países mais ricos. Ao lado disso, prevalece a expectativa de que os países mais pobres não produzam nem tentem nunca chegar ao nível dos mais ricos, mas de que preservem sua natureza, para que os ricos possam continuar poluindo e consumindo.

Então, dá para perceber que, quando o BM fala de empoderamento e inclusão social, não tem nada a ver com o conceito que era defendido pela maioria da população e outrora um discurso da esquerda. A retórica atual do Banco Mundial tem, por sua vez, muito a ver com a mercantilização, a parceria público-privada, o terceiro setor, o voluntariado, entre outros. Tem, inclusive, um documento que se chama *Do Confronto à Colaboração* – Relações entre a sociedade civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil (J. W. Garrison, 2000), bastante claro a respeito, ou

[6] DRU – mecanismo, criado em 1994, o qual permite ao governo Brasileiro usar como quiser até 20% do total de impostos arrecadados pela União. Há, porém, uma promessa por parte do Governo Lula às entidades e movimentos sociais do setor de educação de reduzir esse percentual gradualmente até a sua extinção em 2011 (N. do E.).

seja, propõe-se ali evitar o confronto e passar à colaboração. Vamos todos ser voluntários e trabalhar junto com o Terceiro Setor, pois o Estado é gigante e ineficiente.

Visto esse quadro panorâmico das pressões políticas, institucionais e financeiras sobre as políticas sociais dos países em desenvolvimento, pelo ângulo das falácias do discurso do Banco Mundial, cabe analisar a especificidade da reforma da educação superior. Como falei, a partir do momento da decisão de pagamento da dívida e do corte de recursos, em especial do setor social, a *universidade de pesquisa* passou a ser considerada caríssima, logo inadmissível no seio dos países pobres e em desenvolvimento. O ideal de universidade para esse tipo de países na América Latina deveria ser regido pela neutralidade do conhecimento, sem uma conexão específica com a diversidade local, regional e nacional. Uma universidade da América Latina daria, então, conta de tudo.

O próprio Banco Mundial e outros organismos começaram a financiar grupos nacionais de pesquisa. Aqui no Brasil, foi o caso do NUPPS / Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e do IETS / Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade, do Rio de Janeiro. Simão Schwartzman, por exemplo, membro do IETS, teve um trabalho financiado pelo Banco Mundial. Foram organizados, a partir daí, dois encontros, um em 1989 e outro em 1991. Em 91, o próprio Banco elaborou um documento sobre a Reforma da Educação Superior no Brasil, no entanto esse documento não foi divulgado, permaneceu secreto. Não sei por quê. Tenho uma cópia dele, mas não foi publicado. Houve ainda um outro. Desses documentos saíram todas as diretrizes que o Brasil deveria adotar.

Esses documentos foram elaborados com base nos seminários do NUPPS, o que significa que o Simão Schwartzman, Elisa Wolineck e Eunice Durham escreveram grande parte da *crítica à universidade pública brasileira*, como: perdulária; aquela que não utiliza bem o espaço físico; tem baixa relação professor-aluno; excessivamente democrática (dada a eleição para reitores com a participação de alunos, professores e funcionários), enfim. Criticavam ainda o fato de que os funcionários da universidade fossem vinculados ao Estado, e por isso, contassem com privilégios, como a isonomia salarial e também estabilidade. Tudo isso atrapalhava, na visão do Banco Mundial, a reforma necessária para a universidade, se é que ela deveria continuar a existir no Brasil. As poucas universidades que permanecessem, de acordo essa visão, deveriam ter, portanto, apenas uma face. Logo, não foi à toa que tal documento foi feito no contexto da reforma do Estado no Brasil, no governo Fernando Henrique, embora a proposta de reforma tenha já começado sob a Presidência Collor de Mello, cujo ministro da educação vai ser justamente o José Goldemberg, ex-reitor da USP. Durante a gestão deste último na USP, por exemplo, operou-se uma grande mudança no sentido da administração universitária. Se nos anos 60, havia o “livro negro” da USP, onde constavam os nomes dos que eram perseguidos pela ditadura, nos anos 90, vai haver a “lista dos improdutivos” da USP. Quer dizer, a caça não é mais aos comunistas, mas aos ditos “improdutivos”.

Começa, então, a penetrar na universidade o viés da produtividade. O governo Collor, mais que o de Fernando Henrique, teve esse discurso e, por isso, colocou no Ministério da Educação/MEC o Goldemberg e, na Secretaria de Educação Superior, a Elisa Wolineck, assim como incentivou a divulgação dessas propostas. Na passagem de Collor para Fernando Henrique, houve ainda o governo Itamar Franco no meio, o qual, para atender as demandas do Banco Mundial, fez a proposta de aumentar as vagas do ensino noturno.

Todavia, foi no governo de Fernando Henrique que se deu uma mudança mais substancial, com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado/MARE, tendo à frente Bresser Pereira. A partir de então, o controle da reposição de pessoal, antes feito via MEC, dependia agora também da aprovação da Secretaria de Planejamento e do Ministério da Administração e Reforma do Estado. O que aconteceu, foi, na prática, uma política de não reposição de pessoal e de redução do quadro docente e, ao mesmo tempo, conforme prescrição do Banco Mundial, presente em documentos de 1991, a não autorização da construção de nenhuma universidade, enquanto não houvesse utilização da capacidade máxima das universidades federais. Ficamos, assim, muitos anos, aqui no Brasil, sem novas universidades. Em contrapartida, no governo Lula, estão sendo criadas mais de 14 universidades, no fundo, porém, são "escolões" de terceiro grau.

Mas voltando à era Fernando Henrique, na gestão dele, não houve nenhuma criação de universidade e foi criada ainda, por exemplo, a GED/Gratificação de Estímulo à Docência[7], introduzindo, em 1998, um velho princípio liberal, depois reforçado nos documentos do Banco Mundial, de que o professor, como qualquer trabalhador, é "preguiçoso". Se ganha um salário fixo, não vai trabalhar ou produzir mais, por isso a necessidade alegada de se introduzir a GED.

A primeira coisa, então, feita no governo Fernando Henrique - que usou bastante medidas provisórias, como o Lula continua usando decretos - foi mudar a forma de escolha dos dirigentes universitários. O BM considerava-a muito democrática. Para tanto, foi preciso mudar a proporção para 70-20-10. Quer dizer, a proporção de peso dos professores passou a ser 70%, dos alunos 20% e dos funcionários 10%.

Ele acabou também com o Conselho Federal de Educação / CFE e criou o Conselho Nacional de Educação / CNE, devido a fraudes na liberação de autorizações para criação de universidades privadas, donde o seu enorme crescimento, mas não mudou a composição do Conselho. O atual Conselho Nacional de Educação, em especial a Câmara de Educação Superior, é composto por pessoas que defendem os interesses do setor privado da educação, que continua se expandido. Por isso, a proposta da Reforma da Educação Superior está parada no Congresso. Ela contém uns artigos em termos de número de alunos por sala, qualidade do professor, com mestrado e doutorado, o que decididamente não interessa ao setor privado.

---

[7] A GED foi instituída pela Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.668/98, de 13 de julho de 1998 (N. do E.).

Mas, dando prosseguimento a história, para que seja possível ter uma noção de como esse processo vem avançando e vai se tornar ainda mais intenso no governo Lula, embora mude um pouco o caráter, no governo Fernando Henrique, foram feitas essas mudanças em relação à Educação Superior Pública, na mesma medida em que houve a "farra" do crescimento do setor privado. Tenho aqui alguns dados: em 1992, no início do governo Fernando Henrique, tínhamos 227 *instituições públicas* de educação superior e, em 2002, quando acabou o governo dele, havia apenas 195. Tinha diminuído, porque: 1) ele deixou de criar universidades; e 2) algumas faculdades municipais foram fechadas (vale dizer que as *municipais* têm características muito mais de privadas do que de públicas). Nesse mesmo tempo, as instituições privadas cresceram de 666 para 1.442. Logicamente, esse crescimento desenfreado das instituições privadas de educação superior vai ter conseqüência no período do governo Lula. Muitas delas, como se sabe, oferecem cursos de qualidade bastante duvidosa, apesar do FHC ter criado o Conselho Nacional de Educação.

Cabe lembrar que foi na gestão Fernando Henrique que se criou também o "provão" - o Exame Nacional de Cursos/ ENC (1996-2003), o qual deveria ser utilizado para "ranquear" as instituições, tal como estabelecido pelo Banco Mundial. FHC previu no documento de reforma que deveria haver uma prova para avaliar os resultados, só que o Banco relacionava essa prova com a distribuição de recursos para as instituições. Assim, as instituições que tivessem a melhor nota, teriam mais recursos e vice-versa, como foi feito na Educação Superior do Chile. Contudo, no Brasil, esse poder de atribuir uma nota e repassar verba para o Conselho Nacional de Educação não se efetivou, embora a estratégia de constituição de um *ranking* de universidades tenha sido bastante defendida pelo então Ministro Paulo Renato.

A discussão e o processo de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação /LDB foram bastante complicados no governo Fernando Henrique, porque ele tinha um projeto de LDB. Quem não leu a versão original do projeto, de autoria do Otávio Elísio, e todas as modificações subsequentes, pode até pensar, como se diz nos documentos do Banco Mundial, que o texto é amplo. No entanto, se se examinar a versão original, verá o quanto foi cortado, em termos de reforma do Estado, para incorporar o projeto do governo. Quando Darci Ribeiro entrou com o projeto de LDB, concomitantemente muitas coisas foram cortadas da educação, cuja legislação, segundo Eunice Durham - naquela época secretária da educação superior - era muito minuciosa e tinha muitos direitos. Por isso, o projeto Darci Ribeiro tramitou de uma forma bastante esquisita. Foi aprovado, mas deixando espaço para as medidas provisórias que o governo já tinha lançado e outras que ainda iria lançar.

Já o governo Lula, de 2003 a 2006, vai manter a mesma política econômica de Fernando Henrique, em termos de ajuste estrutural. Vai aprofundar todas as outras medidas, com a única diferença que esse governo conta com uma base sindical. Então, para os movimentos ditos de esquerda, será muito mais fácil a mobilização e uma reação contrária. E muitas pessoas não

acreditam e dizem: “Puxa, elegemos e ele está fazendo isso!”, mas, quando assinou a *Carta ao Povo Brasileiro*, já mostrava a mudança de intenção. Ele havia tentado por três vezes ser eleito presidente e só com a população e o discurso da esquerda não conseguiu. O Lula só foi eleito, portanto, quando assinou essa carta manifesto, por isso tinha realmente que prestar contas a esse outro setor que o apoiou e que tem mais força financeira.

Em relação ao aperto fiscal, assim, o governo Lula manteve a DRU - Desvinculação da Receita da União que retira recursos da educação e da saúde. Na educação, isso equivale geralmente, considerando os 20% da base de cálculo, mais ou menos de 3 a 4 bilhões por ano. Ademais, continuou pagando em dia a dívida externa e até de forma adiantada, mantendo a taxa de juros elevada, a qual somente agora está caindo.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, em 2002 o gasto social foi de 70 bilhões e o pagamento do débito foi 119 bilhões. No governo Lula, o pagamento dos gastos sociais foi mantido, em 2002, em 70,9 bilhões. Em 2003, 70,8 bilhões. Em 2004, caiu para 60,249 bilhões. Em 2005, foi, mais ou menos, 99 bilhões. Enquanto o pagamento da dívida, em 2002, na gestão Cardoso, foi 119,547 bilhões. Em 2002, foi 132 bilhões. Em 2004, 124 bilhões e em 2005, 139 bilhões. O que é investido no pagamento da dívida pública é, assim, muitas vezes, quase o dobro do gasto social. Já os gastos com educação ficam em torno de 10% do que o governo gasta com o pagamento da dívida. Para pagar esses juros da dívida, foi preciso, então, reter dinheiro da DRU, visto que os recursos para a educação e saúde são vinculados à receita dos impostos. A saúde ainda tem a CPMF/Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e de Direitos de Natureza Financeira, criada somente para este fim e que deveria, a princípio, também ser usada para a previdência. Geralmente, é dito todo ano, em todos os discursos, que o orçamento da União é muito deficitário, contudo, de fato, nunca é deficitário. Na realidade, retira-se recursos para o pagamento dos juros.

Em termos de pagamento de juros da dívida externa, portanto, foi tudo pago certinho, sem contestar e tentar negociar a dívida. Desse modo, se o Brasil estava tão bem no cenário internacional, até melhor que a Argentina, que estava bem, teve poder de força e de barganha para negociar um longo prazo, um perdão da dívida, alguma coisa assim. Mas isto não foi tentado. Foi, inclusive, pago adiantado e, para fazê-lo, retirou-se dinheiro da saúde, educação e saneamento. Retirou-se dinheiro também das pistas dos aeroportos que estão caindo, dos médicos e de tudo mais quanto é lugar. E ainda continuam tirando dinheiro.

Como houve aquela expansão do setor privado da educação superior, aconteceu que, em 2004, o setor privado tinha oferecido 2,19 milhões de vagas e só tinha 1 milhão de estudantes matriculados. O setor estava com um percentual de vagas ociosas em torno de 50%. O governo federal resolveu criar, então, o Pro-Uni (Programa Universidade para Todos), que, ao meu ver, não é universidade nem é para todos. A maioria das instituições que oferecem bolsas do Pro-Uni é constituída por faculdades privadas e não universidades. Não fazem pesquisa, logo são apenas

instituições de ensino superior e muitas ainda de qualidade discutível. No entanto, o governo Lula vai dar para essas instituições, como forma de transferência de recursos públicos para o setor privado, isenção de impostos por dez anos. Houve também como incentivo, para as instituições que aderissem, imposto de renda de pessoa jurídica, contribuição social do lucro líquido, COFINS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e PIS/Programa de Integração Social, por dez anos, renovável por mais dez. Em vez de ampliar as vagas, naquela época, nas instituições públicas, preferiu dar isenção de impostos, embora o discurso fosse o de que já havia *capacidade* (demanda, condições humanas e materiais) instalada na universidade privada. As vagas ociosas, porém, nem sempre são tão reais assim, porque, muitas vezes, oferece-se a vaga, mas a turma só existe, de fato, se tiver efetivamente um número de alunos matriculados. Se não tem, tais cursos não existem, não vingaram como oferta, logo a demanda é fictiva. Por isso, essas ditas "vagas ociosas" nem sempre são tão verdadeiras assim.

Além dessa forma de parceria público-privada, o governo Lula vem incentivando que grupos internacionais, como o Grupo Apolo - agora dono de 50% do Grupo Pitágoras - recebam isenções de impostos do Pró-Uni. O governo brasileiro está, dessa maneira, dando isenção de impostos, de forma indireta, para empresas estrangeiras. Ademais, a Estácio de Sá agora virou uma Sociedade Anônima /S.A., lançando ações na bolsa de valores. É claramente, portanto, um processo maior de mercantilização da educação. Se tem uma empresa na bolsa de valores, seu acionista só quer o lucro. Por isso, ao invés de se ter uma sala de aula com poucos alunos, um professor mais caro e mais qualificado, vai-se ter um curso mais rápido, com professor mais barato. Essa é a lógica cada vez mercantil do setor privado.

Em 2004, o governo Lula aprovou uma Lei de Inovação Tecnológica. A Lei de Inovação Tecnológica permite o uso do espaço público, os laboratórios, equipamentos, professores, pessoal, funcionários, até alunos, para desenvolver pesquisas para empresas privadas, que depois vão obter patente e receber o dinheiro a ela correspondente. Permite, também, a remuneração extra para os funcionários públicos. Então, daqui a pouco, o professor não terá mais tempo para dar aula, nem para fazer pesquisa ou atender aluno, porque estará ocupado, fazendo pesquisa para o laboratório, visto que ele vai, assim, ganhar um dinheiro extra. Isso se chama privatização interna da universidade. A Lei de Inovação Tecnológica, ainda por cima, exige o segredo da invenção e da patente. Logo, esvazia-se e bloqueia-se a lógica da troca acadêmica, em que se realiza uma pesquisa e, a partir daí, escreve-se *papers*, faz-se palestras, entre outros, porque doravante não se pode fazer mais nada sem a autorização da empresa que financia a pesquisa.

Em 2005, foi aprovado o Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010). O Plano Nacional de Pós-Graduação, que ainda está em vigor, tem uma ênfase estritamente no ensino. A pesquisa destina-se, portanto, a apenas algumas áreas. Pesquisa agora significa preferencialmente parceria com empresas. Vai ser lançada, em breve, inclusive, uma nova legislação (se a autora puder atualizar essa informaçao, seria interessante), conforme foi publicado no Jornal da Ciência. Trata-

se da *Lei de Incentivo Fiscal à Pesquisa*, uma parceria público-privada em educação para empresários, reitores, brasileiros e americanos, formadores de opinião, divulgada por ocasião de uma palestra do Ministro da Educação. As universidades vão, então, desenvolver projetos em seus campus que vão constar de um *banco de pesquisas.* Assim, as empresas que quiserem financiá-las podem ter isenção fiscal, descontando Imposto de Renda. Essa nova legislação vai aprofundar a Lei de Inovação Tecnológica, agora transferindo, mais que recursos públicos via isenção de impostos, o próprio conhecimento da universidade para as empresas privadas. Certamente, isso interfere na autonomia das pesquisas, na medida em que haverá, por parte do setor privado, doravante, um controle ainda maior na definição do que, na sua opinião, seria pesquisa, assim como na escolha do assunto e do referencial teórico, sem falar no controle dos resultados.

De volta ao Plano Nacional de Pós-Graduação, vê-se que ali a ênfase também é na educação à distância, no treinamento em serviço e no mestrado e doutorado profissional. Ou seja, esse é o caminho a ser seguido pela Pós-Graduação no Brasil de 2005-2010.

Em 2006, Lula começou a criar algumas universidades federais, como mostra uma matéria da Folha de São Paulo, de 15 de julho de 2007, a respeito da situação dessas novas universidades. Diz assim: “das 59 unidades criadas pelo governo desde 2005, apenas 14 delas têm sede”. Quer dizer, o governo está criando universidades apenas no papel, populisticamente. Essa é a idéia do Banco Mundial. A universidade , além de ensino, pesquisa e extensão, tem uma nova função chamada de “inclusão social”, mas, no fundo, é puro engano - e aí já vou entrando na crítica ao REUNI -, pois visa transformar as universidades federais em “escolões” de terceiro grau.

A proposta do REUNI /Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) foi apresentado em 2006, pelo reitor da Universidade Federal da Bahia, como um projeto de universidade nova e teve um decreto inicial chamado Plano Universidade Nova de Reestruturação da Expansão das Universidades Federais. Como a Universidade Nova foi muito criticada, na versão final do decreto, eles abandonaram esse nome e só ficou o Plano de Reestruturação da Expansão das Universidades Federais. Esse plano, aliás, foi um decreto. Um Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE propriamente não existe. Foi lançado com pompas e circunstância, mas ele é apenas uma série de decretos, ou seja, não foi discutido com ninguém, mas simplesmente baixado.

Em relação à Educação Superior, tem esse projeto do REUNI e o Banco de Professor Equivalente. Vale lembrar que mudaram a nomenclatura da Secretaria de Ensino à Distância para Educação Superior, em que fica nítido o viés atual da educação superior no Brasil: formar mais rápido e, em especial, à distância. Em documento de 2003 do governo Lula, no momento da mudança do Ministro Cristovam Buarque para o Tarso Genro, a ênfase era ainda na expansão da educação superior pública – o PDE, por exemplo, previa que se deveria aumentar a oferta de vagas públicas na educação superior -, visto que o setor privado crescera muito. Todavia, a forma de crescer encontrada foi via criação da Universidade Aberta do Brasil (curso de educação à

distância) e agora dessas universidades públicas, que, como vimos, de 59 somente 14 têm campus.

A universidade que o governo vem citando com maior referência é a Universidade Federal do ABC (Santo André- SP), que tem *bacharelado interdisciplinar*, o qual, no entanto, está com um grande problema agora, pois muita gente entrou no primeiro ciclo desse bacharelado e não tem como ir realmente para o ciclo profissional, porque não tem vaga. Como disse o reitor da UFRJ, Aluísio Teixeira, quando entrevistado sobre essa proposta de reformulação, disse ele que realmente ia-se permitir a entrada de muitas pessoas, mas passar e avançar no sistema seria somente para alguns que iriam ter realmente acesso ao ensino profissional. O REUNI - esse plano de reestruturação - vai surgir, portanto, dizendo que as nossas universidades são ultrapassadas, elitistas e, apesar de produzirem pesquisa, estão fora do contexto mundial. Precisaríamos, assim, nos modernizar. Claramente ele está se referindo ao acordo de Bolonha, que propôs um sistema 3-2-3: três anos para a graduação, dois anos para o mestrado, três anos para o doutorado. A UNESCO teve um papel decisivo no acordo de Bolonha. O modelo é o dos Community Colleges americanos, que propõem dois anos de estudos para o bacharelado - seria essa a ideia do *bacharelado interdisciplinar* -, no qual o aluno é formado numa área: bacharel em artes, em ciências, entre outros. Nos Estados Unidos, eles aproveitam os estudos feitos nesses Community Colleges como créditos depois na universidade, que é mais cara. Mas a maioria dos alunos fica apenas nesses dois anos. Então, quando se diz que 80% ou 90% da população americana têm educação superior, na verdade eles têm Community College, que são dois anos a mais no ensino médio, o que poderia ser chamado de *ensino pós-médio*, mas não de educação de nível superior. Contudo, eles chamam esse ensino de superior para fazer com que a população se sinta mais importante, ao cursá-lo. O governo Lula, portanto, está fazendo a mesma coisa, através do REUNI: dar uma educação de segunda categoria, supostamente educação superior, para atender o desejo dos mais pobres de ter acesso à universidade.

Então, concluindo: o aumento de vagas nas universidades e as diretrizes do REUNI são essas. Todas as universidades que aderirem têm que aumentar as vagas em 20%. Numa universidade, por exemplo, que tem 26 mil alunos, a proposta é que, em 2012, venha a ter 46 mil alunos. Como parte do crescimento dessa montanha - educação à distância, tutoria, etc. - é fundamental aumentar a relação aluno-professor. O MEC diz que a relação aluno-professor é muito baixa, assim temos que passar, em 5 anos, da média atual, de 9 para 1, para 18 para 1, o que significaria dobrá-la. Isso implica não somente mais alunos por sala de aula - 60, 100, 120 ou 150 alunos - como também novas formas de ingresso, diferentes do vestibular. Para a população, o discurso é, no entanto, sedutor.

O reitor da Bahia está fazendo palestras com pais de alunos do 2º grau para colocá-los favoráveis ao REUNI e contra a universidade, dizendo que vai democratizar o acesso, vai haver mais vagas, vai acabar com o vestibular e com a profissionalização precoce, pois o *bacharelado*

interdisciplinar não é um curso profissional, mas um curso de formação geral. É, porém, uma mentira, porque se ele amplia o acesso para todas as áreas, a seleção, no entanto, persiste. Em vez de ocorrer no ingresso, dar-se-á ao longo do próprio bacharelado interdisciplinar, o qual tem duas partes: a formação geral e a formação específica. Logo, para se passar da formação geral para a formação mais específica, vai se depender do CR/Coeficiente de Rendimento. Aqueles que tiverem uma formação mais fraca, não vão atingir o CR exigido. Muitas vezes, vão, inclusive, acabar numa área que não queriam.

Esse *bacharelado interdisciplinar* não está no foco agora dos reitores, por conta das polêmicas, mas ele vai prejudicar muito - se for implantado - a própria formação dos professores, porque ele prevê três anos ou dois anos e meio dessa formação geral e, para professor, mais um ano de formação específica. Então, imaginem um físico, um químico, um biólogo, com três anos de cultura geral, ética, estética, filosofia pelo bacharelado interdisciplinar e um ano dos cursos que são dados em quatro anos. Vai piorar, então, muito mais a formação de professores.

A situação é, portanto, muito triste e séria, por isso comecei a minha fala, lembrando do poema do Drummond, sobre a importância de dar as mãos para lutar, porque a luta vai ser difícil. Vem aí a lei de greve, justamente porque, com a reforma fiscal, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, há toda uma possibilidade dos trabalhadores se revoltarem e quererem fazer greve. A lei de greve vem, então, justamente para proibir a greve, porque não se pode fazer greve que prejudique o empregador e o capital. Como greve que não prejudique o capital não existe, está enunciada a sua proibição, visto que esse é o princípio que subjaz à proposta de regulamentação de leis de greve.

Ivanete Boschetti

Profa. UnB, Vice Presidente CFESS

É uma enorme satisfação falar para o Conjunto CFESS/CRESS[8], esse conjunto combativo e participativo, que não se furta aos desafios e que coletivamente vem construindo respostas firmes, seguras e aguerridas contra a ofensiva neoliberal, que é extremamente destrutiva, mas não nos abate.

Queria agradecer, desde já, o carinho e a confiança dos companheiros e companheiras do CFESS, que me delegaram a tarefa de discutir essa ofensiva de desregulamentação do capitalismo contemporâneo e suas tendências destrutivas no Serviço Social.

As colegas e professoras Ana Elizabeth e Ângela Siqueira já falaram com muita propriedade, respectivamente, sobre as determinações mais estruturais desse cenário avassalador,

[8] Diz-se do agrupamento e ação política e profissional dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) de todo o Brasil, em articulação com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).(N. do E.)

que nos coloca hoje desafios nunca antes colocados, e sobre a reforma específica do ensino superior.

Gostaria de abordar cinco pontos. Um primeiro ponto, que precisa ser ressaltado, é o *significado desse processo de desregulamentação*. O segundo ponto diz respeito à relação que esse processo de desregulamentação, em algumas áreas, e de regulamentação em outras, tem com uma política econômica específica ao Brasil, e, ao mesmo tempo, com uma política comum aos diversos países capitalistas. É importante levar em conta, é claro, o conjunto de particularidades relativas a cada país, em função da sua fase e momento de desenvolvimento. Referimo-nos sobretudo a uma relação com uma política econômica extremamente conservadora, o que nos conduz ao terceiro ponto: qual o impacto das reformas de tendência neoliberal, num primeiro momento, no âmbito do trabalho e da Seguridade Social e, num segundo momento, na política de educação, relacionando-se sempre esse quadro com as implicações para o Serviço Social? Esse último equivaleria ao nosso quarto ponto. E, por fim, procederemos à discussão da agenda de lutas do conjunto CFESS/CRESS, face a essa ofensiva conservadora e destrutiva.

Em relação ao significado do processo de desregulamentação, esse período já foi aqui muito bem caracterizado pela professora Ana Elizabete como crucial à reestruturação do capital. Foi visto também como isso se expressa na relação entre Estado e mercado. O ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior vem apresentando uma análise de como essas contra-reformas ou reformas neoliberais submetem o Estado nacional aos ditames internacionais. Mas o ANDES sinaliza que essas contra-reformas surgem não somente para atender as demandas do capital, mas para possibilitar que os países do chamado G-8[9] controlem todas as formas de produção humana. Isto equivale a controlar todas as formas de regulação das relações econômicas e sociais. Ou seja, trata-se de um controle efetuado pelas elites - os detentores do poder e do capital - sobre as classes trabalhadoras, assim como sobre os chamados *países em desenvolvimento* - países que, historicamente não conseguiram instituir relações econômicas e sociais nos moldes que se estabeleceram nos países capitalistas desenvolvidos, os quais integram e constituem o G-8.

O ANDES também realiza uma análise bem interessante desse quadro, em que situa e distribui a totalidade dessas contra-reformas em três grandes conjuntos. Um primeiro que ele chama de *contra-reformas nas funções típicas do Estado*, isto é, nas áreas da segurança nacional, de emissão da moeda, de corpo diplomático e de fiscalização. Um outro conjunto de contra-reformas das políticas públicas envolveria as políticas de saúde, cultura, ciência e tecnologia,

[9] Trata-se de um grupo de discussão e de parcerias econômicas, com uma agenda política definida a partir de encontros de cúpula regulares, composto por oito das principais economias do mundo, ou seja, países que detêm 61% da riqueza mundial. São eles : Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Reino-Unido, Itália e Rússia. Há uma reivindicação de que esse grupo se amplie para a entrada de potências emergentes, como a China, Índia, África do Sul, Brasil e Egito. O movimento *altermondialista* opõe-se a esse fórum, acusando-o de querer dirigir o mundo e desenvolver uma política neoliberal, em detrimento dos demais países. (N. do E.)

educação, trabalho, previdência e assistência Social. E um último grande conjunto de contra-reformas no setor de serviços: as empresas estatais, os setores estratégicos de energia, mineração, telecomunicações, recursos hídricos, saneamento e outros. Isso mostra como essas contra-reformas não são ações fragmentadas, tópicas ou esporádicas em alguns setores, mas, sim, um conjunto articulado de formas de estruturar as relações entre o Estado e o Mercado, numa determinada fase de desenvolvimento do capitalismo.

São contra-reformas que atuam numa perspectiva muito diferenciada do modelo keynesiano-fordista e que atingem todas as dimensões objetivas e subjetivas da vida. Por isso, elas incidem duramente tanto nos processos de formação quanto nos processos de estruturação dos espaços sócio-ocupacionais das classes trabalhadoras de um modo geral. Queremos discuti-las, assim, de modo particular, segundo o ponto de vista dos assistentes sociais.

Do ângulo de uma análise do Brasil, essas tendências mais gerais não podem ser dissociadas de como isso se expressa na constituição da política econômica, cujo modo de organização conservadora impõe estritos limites no desenvolvimento e na expansão dos direitos e das políticas sociais.

Este momento de organização do capitalismo financeirizado, o qual favorece o capital financeiro em detrimento do capital produtivo, privilegia uma lógica de juros altos, de maneira que hoje o setor de maior lucratividade se localiza no setor bancário. Este setor, no Brasil, age em perfeita sintonia com uma visão e dinâmica do dinheiro que gera dinheiro, sem nada produzir. Trata-se de uma lógica que privilegia a produção de dinheiro, porém sem investir no sistema produtivo, o que tem uma implicação clara, não somente para a organização da classe trabalhadora, mas para a estruturação das condições de vida da classe trabalhadora.

No Brasil, não podemos dizer que a chamada crise do capitalismo tem provocado longas e profundas crises de recessão. Vivemos momentos de baixo ou reduzido crescimento, contudo de elevada captação e produção de aumento de carga tributária, no Brasil, como nunca antes visto na história do país.

Temos uma crise de investimento no setor produtivo, entretanto isso não impede que o Estado deixe de ampliar a arrecadação da carga tributária, o que é uma das maiores expressões e contradições da dinâmica do capitalismo brasileiro. A arrecadação da carga tributária, no Brasil, saltou de 29% do PIB/Produto Interno Bruto, em 1995, para 37% do PIB, em 2005. Podemos dizer, assim, que essa elevada arrecadação, no país, poderia significar ou levar ao fortalecimento do Estado produtor e regulador, e ao investimento forte nas políticas sociais e na ampliação dos direitos e políticas públicas. Contudo, essa arrecadação tem um caráter estritamente conservador, pois é, no fundo, uma arrecadação regressiva. Ela onera muito mais o trabalho do que o capital. De toda ampliação da arrecadação brasileira, só 4% provêm da tributação sobre o patrimônio ou sobre a propriedade privada; 29% provêm da renda, dos rendimentos derivados do trabalho e 67% provêm do consumo. Ou seja, atinge a todos indiscriminadamente, independentemente da sua

inserção no sistema produtivo e da sua capacidade de rendimento resultante do trabalho. Essa arrecadação, por uma opção de uma política fiscal conservadora, não vem se dedicando ao investimento em políticas públicas, como foi o caso do papel do Estado no período entre 1940 e 70, o que marcou e caracterizou o Estado produtor e investidor nas políticas públicas, a partir de uma forte arrecadação. Nesse momento, acontece o inverso. Mantém-se uma forte arrecadação, graças a um aumento de tributação e taxação do rendimento e do consumo. O problema é que esse consumo tem que ser bancado de alguma forma, donde o papel dos *programas de transferência de renda* é determinante nesse processo. Todavia, essa arrecadação, diferentemente do chamado período do Welfare State - período dos anos de ouro, após a Segunda Guerra Mundial - não vem sendo investida nas políticas sociais, mas, ao contrário, vêm sendo utilizada para manter a política de juros altos e o pagamento da dívida pública, em patamares acima do determinado pelos próprios acordos assinados pelo Brasil e o FMI/Fundo Monetário Internacional.

Para se ter um parâmetro de análise, em 2005, o governo federal pagou 157 bilhões somente de juros da dívida, o que corresponde a 65% do gasto com a Seguridade Social, que, neste mesmo ano, foi de 250 bilhões. Ou seja, essa arrecadação não se presta a aumentar o orçamento da educação, da Seguridade Social ou das políticas sociais, mas a permitir a manutenção do compromisso assumido entre o governo brasileiro, nas últimas quatro gestões do governo federal, e o FMI. Quem lê os acordos com o FMI, vê, claramente, que a receita está lá, ponto a ponto, para cada uma das políticas. Ela está lá para educação, está determinada para a Previdência, para a reforma trabalhista, entre outras. O fato é que as alterações sugeridas pelo receituário do FMI, em cada uma dessas políticas, têm um efeito profundamente destrutivo, do ponto de vista das condições de vida, com o impedimento à ampliação da geração do emprego e renda, mais o aumento da violência e das desigualdades sociais. A partir das reorientações na estruturação das políticas sociais, estas últimas revelam-se incapazes de responder, minimamente, às determinações da questão social, apenas atendo-se às manifestações mais fenomênicas.

Queremos abordar, agora, as repercussões dessa reorientação das políticas no âmbito da Seguridade Social e, posteriormente, no da educação e, por fim, as implicações pro Serviço Social.

Essa política de juros altos, extremamente regressiva e conservadora, atinge diretamente as esferas produtivas, que se retraem, o que provoca o aumento do desemprego ou a sua estabilização, ou ainda a geração de atividades de trabalho que não são empregos estáveis, absolutamente precarizadas e com baixos rendimentos. Quanto às políticas de geração de empregos no Brasil, todos os dados disponíveis, oficiais e não oficiais, revelam que não conseguem inserir acima de 50% da população economicamente ativa em contratos de trabalho estáveis, com carteira de trabalho assinada, que garantem os direitos do trabalho e os direitos derivados do acesso ao trabalho, como previdência, pensões, seguro desemprego e os próprios direitos do trabalho, como salário mínimo, 13º, férias, entre outros.

Hoje, temos 35 milhões de trabalhadores que vivem submetidos a relações precarizadas de trabalho. Isto significa, portanto, que 50% da população economicamente ativa, ou seja, daqueles que têm mais de 16 anos e se acham em condições de trabalhar, recebem menos de 3 salários mínimos mensais. Ou seja, 35 milhões de trabalhadores e suas famílias, hoje, vivem, no Brasil, com menos de 3 salários mínimos mensais. Não se trata apenas de dados numéricos, isso expressa pessoas; pessoas que cotidianamente estruturam sua vida, com esses recursos. No entanto, divulgou-se nos jornais o relatório publicado pelo governo brasileiro, com base numa pesquisa feita em conjunto com a ONU/Organização das Nações Unidas, que mostra e comemora a redução da miséria ou a redução da pobreza absoluta no Brasil. Diz o relatório, que se encontra disponível na internet, em todos os sites dos ministérios federais: "condição de extrema pobreza caiu de 9,5% em 1992 para 4,2% em 2005. Além disso, houve a ampliação da renda dos 10% mais pobres, que cresceu à taxa anual de 9,2% entre 2001 e 2005". Além disso, consta ainda no referido relatório que houve ampliação da renda dos 10% mais pobres, a qual cresceu à taxa anual de 9,2% entre 2001 e 2005[10].

Essa análise comemorativa da redução da pobreza absoluta considera como patamar a população com rendimento abaixo de ¼ do salário mínimo *per capita*, ou seja, a grande comemoração, hoje, no Brasil, é a de que reduzimos o percentual da população que deixa de viver nas condições de apenas *sobrevida* e passa a viver em condições um pouquinho melhores. Essa população passa a ter direito de comer carne uma vez por semana, quando antes só podia comer uma vez por mês. Embora seja absolutamente significativo para a população obter melhorias na alimentação, seu impacto nas mudanças das condições de vida e estrutura da desigualdade brasileira é quase ínfimo. Como diz o relatório, os responsáveis por este elevado patamar de mudança das condições sociais, no Brasil, são os programas de transferência de renda. Não são o aumento de emprego, nem a redução das desigualdades sociais, tampouco o aumento do trabalho e do acesso à Previdência Social, nem ainda o aumento ao acesso à saúde ou o aumento do acesso à educação. São os programas de transferência de renda, sobretudo o Bolsa Família, que teve um pequeno aumento agora, publicado recentemente, mas o qual, mesmo com todas as condições atendidas, não ultrapassa R$100,00 por mês.

Sabemos, todos, porém, sobretudo os assistentes sociais que trabalham cotidianamente com essa população em seus espaços profissionais, que essa redução da pobreza, além de mínima, e esse salto qualitativo na garantia desse rendimento, não só não garante o atendimento das necessidades básicas, como não garante direitos permanentes e fundamentais para essa população. Basta um deslize no preenchimento das condições de elegibilidade ou uma *blitz* da fiscalização do MDS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome numa residência sem avisar, para que essa população possa perder o benefício. Fiquemos atentos, pois os próprios

[10] Relatório disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index. Acesso em 26/08/2007.

assistentes sociais são demandados a realizar o *controle dos pobres*, o que faz com que muitos usuários percam o direito ao acesso ao Bolsa Família - considerado, hoje, segundo o relatório, o principal redutor da pobreza no Brasil.

A ênfase nos programas de transferência de renda, em detrimento de investimentos produtivos e na geração de empregos estáveis, tem uma implicação direta na restrição de acesso aos direitos previdenciários. E isso ocorre num contexto, não de ampliação de materialização daquela Seguridade Social prevista na Constituição de 1988, mas de desmantelamento da Seguridade Social. O opção pela ampliação de programas de transferência de renda em detrimento de empregos estáveis concentra renda visto que não altera o padrão de sua distribuição, e agrava as condições de vida e desigualdade social. Como já foi colocado, 20%, hoje, do orçamento da Seguridade são retirados anualmente pelo mecanismo da DRU/Desvinculação das Receitas da União. Isso significa que uma média de 17 bilhões por ano saem da Seguridade Social. Em 2006, a título comparativo, o orçamento destinado à Saúde foi de 15 bilhões, ou seja, o que é retirado da Seguridade Social é superior ao investimento na política de saúde.

Ao invés de manter e ampliar os recursos para a Seguridade Social, esta *contra-reforma* na área do trabalho e da Seguridade Social, pois não podemos dissociá-las, tem uma nítida repercussão na redução dos direitos, o que se expressa de várias formas: 1) na política de Previdência, a qual já sofreu duas reformas, em 1998 e 2003, restringiu direitos tanto dos trabalhadores do setor privado quanto do setor público e mesmo da proposta de reforma em curso, já amplamente debatida no Fórum da Previdência, cuja principal proposta era a desvinculação dos benefícios do salário mínimo. Isso significa acabar com uma das grandes conquistas constitucionais; 2) no âmbito da LOAS/ Lei Orgânica da Assistência Social implica em ter, muito rapidamente, um BPC/Benefício de Prestação Continuada que passe a valer menos do que o salário mínimo, regredindo aos patamares do Bolsa Família. Cairia, assim, do valor que é hoje, equivalente ao salário mínimo, para R$ 100,00 ou R$150,00, que são as propostas em discussão; 3) na desvinculação dos *benefícios dos segurados especiais* da Previdência, que são os trabalhadores rurais, os quais também recebem um salário mínimo mensal por determinação constitucional e que passarão a receber benefícios em patamares próximos ao que é o Bolsa Família, hoje.

A *contra-reforma* em curso significa, portanto, concretamente, em síntese, redefinir o valor do pagamento de benefícios que, hoje, são direitos objetivos, assegurados constitucionalmente e que garantem um valor que permite comprar medicamento, alimentação para idosos e pessoas com deficiência, para lhes atribuir um novo valor – inferior aos níveis atuais -, que vai lhe garantir apenas a sobrevida, que é o patamar que hoje garante o Bolsa Família.

No âmbito da saúde, vimos observando não somente uma redução da participação da saúde no âmbito da Seguridade Social. Para que se tenha uma idéia, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), em 2005, representaram um crescimento de 10% em relação a 2004, só

que, deste percentual de crescimento, 6,26% desse recurso eram destinados para o Bolsa Família e não para ações de assistência médica do SUS/ Sistema Único de Saúde. Se retirarmos os recursos do Bolsa Família desse valor, veremos que o FNS/Fundo Nacional da Saúde só teve um crescimento de 3,4%. Isso significa uma redução de participação e um deslocamento dos recursos da saúde no âmbito do orçamento da Seguridade Social. Por outro lado, isso quer dizer que houve, também, uma ampliação do orçamento da Seguridade Social para área da Assistência Social. Isso se dá tanto pela ampliação do Bolsa Família como pela ampliação do BPC e da renda mensal vitalícia.

A tendência na Seguridade Social, assim, é de fragilização da política universal de Saúde, de redução dos benefícios previdenciários vinculados ao trabalho e de ampliação dos programas de transferência de renda, o que desloca o foco da redução da desigualdade social para o da minoração da pobreza extrema. Isso, em termos de implicação para o Serviço Social, especificamente, sem falar na implicação para o cidadão, para o trabalhador.

Para o Serviço Social, todos esses elementos vêm, especificamente, significando uma reconfiguração do seu campo sócio-ocupacional, com a restrição e redução de postos de trabalho na Previdência. Dá-se uma estagnação, manutenção ou restrição de postos de trabalho na Saúde, mais a ampliação imensa de postos de trabalho na área da Assistência Social. Trata-se, porém, nesse caso, de uma ampliação contraditória, porque permeada por uma contratação precarizada, a qual não assegura os direitos trabalhistas que são garantidos aos trabalhadores que realizaram concurso público.

O outro elemento é a contra-reforma na educação e sua implicação para o Serviço Social. Não vou me deter a respeito de cursos de graduação à distância e sobre o REUNI, porque já foi aqui abordado, mas talvez diria ainda que as reformas implementadas na Educação tem sido avassaladoras. Essas outras políticas sociais são todas destrutivas para as políticas dos direitos quanto para o Serviço Social, mas penso que a contra-reforma da Educação vem, hoje, nos inquietando assustadoramente. Por quê? Porque ela está implicando a possibilidade de reestruturação completa da formação profissional, não só pelos cursos de graduação à distância nas faculdades privadas e nas universidades públicas, dentro do projeto de Universidade Aberta, mas também pela reestruturação à partir do REUNI, já mencionada.

Historicamente, o Serviço Social, e notadamente nas últimas quatro décadas no âmbito do conjunto CFESS/CRESS e das entidades nacionais da categoria, a nossa busca maior tem sido apreender as determinações mais profundas de todos esses processos que são colocados pela reestruturação do capital, os quais incidem e conformam a vida cotidiana. Por isso, as nossas lutas e estratégias vêm sendo construídas no sentido de não perder de vista a perspectiva de totalidade; de termos o cuidado de não nos atermos apenas às nossas lutas e estratégias, em suas expressões diárias e pragmáticas, visto que é preciso que haja potencialidade de enfrentar esses processos na raiz, naquilo que eles têm de mais destrutivo. Queria, então, entrar no quinto e último

ponto, a saber, na agenda que o conjunto CFESS/CRESS vem desenvolvendo para o enfrentamento dessas questões.

Não podemos deixar de reconhecer que, no âmbito da Seguridade Social e do trabalho, temos tido um posicionamento de defesa intransigente da concepção da Seguridade Social ampliada, de manifestações políticas contrárias à sua restrição, de defesa da inserção em movimentos sociais, fóruns e conselhos participativos. Temos manifestações públicas contrárias a essa política econômica de reestruturação orçamentária. Nossa participação nos conselhos se dá com uma perspectiva distinta do "participacionismo". Nesse caso, o objetivo é tensionar, problematizar o papel e limite dos conselhos no enfrentamento dessas questões.

Queria, assim, problematizar aquela estratégia que vem se colocando como uma estratégia nova para enfrentar essa contra-reforma no âmbito da educação, que é o *exame de proficiência*. Esse debate tem ocupado muitas das nossas análises e reflexões, por isso gostaria de socializar algumas das problematizações que vimos fazendo no âmbito da diretoria do CFESS e a partir de diálogos construídos em diversos fóruns e no seio do próprio conjunto CFESS/CRESS.

Gostaria aqui de sinalizar *cinco aspectos* relativos ao exame de proficiência: o primeiro aspecto que nos parece importante avaliar é a possibilidade deste exame se constituir numa estratégia que, de fato, possa influir na qualidade da formação e restringir a proliferação dos cursos à distância. Nesse sentido, a defesa do nosso projeto requer lutar contra as investidas que submetem a formação e exercício profissional aos ditames do mercado, porque tal sujeição compromete o teor crítico, indispensável à análise da realidade, à formulação de propostas de trabalho e coloca riscos à formação e ao exercício profissional.

Nessa perspectiva, inclusive, vimos defendendo a realização de uma pesquisa sobre o perfil profissional do assistente social, com vistas a aprender essas tendências, refleti-las de modo crítico e preservar um distanciamento estratégico entre formação e mercado de trabalho, como uma condição fundamental para afirmar um *projeto de formação profissional abrangente, de caráter generalista e crítico da sociedade vigente.* Para tanto, é necessário saber impor limites ao atendimento imediato e pragmático das exigências do mercado de trabalho. O que estou querendo dizer com isso? Que vimos tendo uma preocupação em submeter a formação aos ditames do mercado.

É importante, ao nosso ver, considerar as demandas postas à profissão, pela estruturação e reestruturação dos espaços sócio-ocupacionais, sim, mas não submeter a formação e a produção de conhecimento aos seus ditames. Nesse sentido, uma das questões que gostaríamos de propor é em que medida a *instituição de um exame* não passa, a partir do seu conteúdo, a determinar, ainda que indiretamente, as linhas e conteúdos da própria formação, o que significa haver uma determinação externa à formação e não a que é considerada necessária enquanto forma de produção de conhecimento.

Um segundo aspecto, ainda dentro dessa questão da influência do exame de proficiência na qualidade da formação, é que, em geral, se considera que a formação individual pós-curso leva indiretamente os cursos a se qualificarem. Vimos acompanhando as análises apresentadas pela OAB/Ordem dos Advogados do Brasil e os resultados do "provão", e mais recentemente do ENAD/ Exame Nacional de Admissão. O que temos observado é que não ocorreram melhorias na formação a partir da instituição desses exames. Isso é reconhecido pela própria OAB e pelos relatórios do MEC/Ministério da Educação. O que se reconhece que existe é o investimento das escolas em equipamentos, mas do ponto de vista da qualidade de formação, do investimento em profissionais e professores titulados, da intensificação dos currículos e ampliação das discussões de conteúdo, nenhum relatório aponta isso.

Uma outra questão ainda em relação a esse tema é que, apesar da evidente e necessária relação entre formação e exercício profissional, não podemos deixar de considerar as particularidades e especificidades de cada uma dessas dimensões. Temos, assim, que nos perguntar, em meio a essa reflexão, a quem compete regular e assegurar a qualidade da formação. Perguntamo-nos: em que medida, de fato, o exame de proficiência provoca a melhoria da qualidade da formação? Quais são os seus efeitos reais? Cabe aos *conselhos profissionais* realizar esse exame na perspectiva de avaliar a formação profissional e credenciar o profissional para acesso ao mercado de trabalho? Essas questões remetem-nos a um segundo aspecto relativo ao exame de proficiência, que também gostaria de apresentar, a saber: o papel dos conselhos de profissões regulamentadas na formação profissional e na regulação do exercício da profissão.

O exame de proficiência, segundo os moldes e a experiência em curso junto à OAB, atribui aos conselhos a responsabilidade de um controle de qualidade da formação adquirida na universidade. Todavia, essa atribuição já vem sendo questionada legalmente, na medida em que vários juristas vêm apontando que o papel legal de regulamentação, tanto da avaliação quanto da qualificação profissional, é da Educação e das instituições de ensino superior, conforme diretrizes e orientações do MEC.

Mais regulatória dos conselhos, a nossa Lei de Regulamentação (Lei 8.662/93), no seu art. 7º, estabelece que o CFESS e os CRESS têm o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de assistente social em todo o território nacional. No art. 8º, por sua vez, determina ainda que o CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior, tem a competência de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social.

A nossa *política nacional de fiscalização*, revista recentemente (abril de 2007), e que esperamos seja aprovada nesse Encontro Nacional CFESS/CRESS, junto com o Plano Nacional de Fiscalização, reafirmou, em consonância com a nossa lei e com os princípios do nosso Código de Ética, o caráter preventivo da fiscalização, na perspectiva de assegurar as condições adequadas e necessárias ao trabalho e à qualidade do trabalho profissional. Nesse sentido, não

cabe prosseguir com esse tipo de reflexão, pois o papel do *conselho* - do Conselho Federal e Conselhos Regionais -, em suas respectivas instâncias, é regular e buscar formas para avaliar e acompanhar o exercício da profissão, mantendo exatamente as particularidades que lhe são estabelecidas por lei. O Conjunto CFESS/CRESS, no entanto, pode cooperar e participar ativamente nesse monitoramento, mas não assumindo uma atribuição de avaliação da formação que é papel do MEC e das instituições de ensino.

Um outro aspecto que gostaria de sinalizar é o da *qualidade do exame de proficiência*. Melhorar a qualidade do exercício profissional e dos serviços prestados aos usuários é um outro argumento utilizado em defesa do exame. Temos feito uma reflexão de que a qualificação do exercício profissional não depende exclusivamente do profissional, pois seria um reducionismo considerar que a responsabilidade pelo exercício competente e qualificado do trabalho, fosse atribuído, exclusivamente, à apreensão do conhecimento pelos trabalhadores durante o processo formativo.

Na perspectiva das diretrizes curriculares da ABEPSS/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a formação deve garantir as competências teóricas, éticas e técnicas, sabendo-se, ademais, que os conteúdos de formação profissional devem abordar dimensões complexas e diversificadas. Entendemos, a partir daí, que a qualidade do exercício profissional passa pela apropriação dessas diferentes dimensões pelo profissional, e que só poderá exercê-las no cotidiano, se lhe forem asseguradas as condições adequadas ao exercício do trabalho. Ou seja, não basta o profissional ser detentor do melhor dos conhecimentos e de todas as capacidades e competências técnicas e de habilidades, se ele encontrar limites para o exercício com qualidade do seu trabalho e, consequentemente, para o serviço prestado aos usuários, enfim, se não forem asseguradas todas as condições necessárias para o desenvolvimento daquele trabalho.

Nesse sentido, a questão que apontamos é em que medida um exame pós-curso tem condições de avaliar todas as dimensões inerentes ao exercício profissional: a questão da formação e da capacitação, como também as habilidades técnicas e as posturas éticas necessárias ao desenvolvimento no cotidiano do compromisso com o trabalho, mas tendo em mente também as condições adequadas à sua realização. Vimos com base nisso que o *exame de proficiência*, ao se tornar um pré-requisito para o exercício do trabalho, considera apenas uma dimensão do conhecimento, ou seja, aquele conhecimento apreendido apenas durante o processo de formação na universidade e não todas as dimensões do conhecimento ou o conjunto de dimensões e condições necessárias para o exercício do trabalho com qualidade. Desse modo, ele não tem necessariamente um impacto no exercício ou na melhoria da qualidade prestada aos usuários.

Um quarto aspecto que não podemos deixar de considerar nesse debate, e que já vem sendo amplamente discutido e avaliado, são as *funções perversas* de um exame de proficiência, não só do ponto de vista teórico, mas naquilo que conhecemos por meio da experiência de

realização dos exames pela OAB. Sabemos que a educação tem um caráter classista e desigual no capitalismo. Temos profundas críticas a esse processo. O movimento docente (via ANDES) também já expressou seu posicionamento contrário quanto? as formas de ingresso e os critérios de permanência seletivos, que estabelecem credencialismos[11] e mecanismos de filtro. O movimento docente, inclusive, tem propostas de alteração desse quadro.

A Universidade Nova, os cursos de graduação e o REUNI instituem ainda outros mecanismos de seleção para o acesso ao emprego no mercado de trabalho. Consideramos, então, que o exame de proficiência neste contexto da educação no capitalismo reforça essa função *credencialista*. Configura-se como mais uma credencial e exigência, a mediar a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Por isso, avaliamos que o exame de proficiência, mais do que qualificar o exercício profissional e os serviços prestados aos usuários, ou mais do que provocar uma melhoria na formação, acaba encobrindo o problema que temos, de fato, que enfrentar: *a luta pela qualificação da formação, da garantia das condições adequadas ao exercício profissional e pela qualificação permanente processual*, que assegurem concretamente o exercício profissional, com competência e com qualidade para todos os trabalhadores.

E, para finalizar, gostaríamos de problematizar um último aspecto ainda que envolve o exame de proficiência: as *questões políticas*, que não podem ficar ausentes do nosso debate num encontro tão importante, que tinha, aliás, a incumbência, a partir de uma deliberação do encontro passado, não só de discutir, mas de se posicionar em relação a esta estratégia. Quais são, portanto, as questões políticas que dizem respeito à assunção dessa estratégia pelas entidades? E que entidades a vêm assumindo?

A compreensão das complexas e avassaladoras ofensivas, que se descortinam no horizonte das contra-reformas, tanto do ensino quanto das políticas públicas, como já colocamos aqui, constituem uma estratégia fundamental para orientar uma ação segura no enfrentamento crítico, por parte das entidades da categoria. Esse, como todos já afirmamos, é um momento extremamente regressivo e destrutivo, e precisamos garantir uma unidade na luta. Foi esta unidade que permitiu a construção coletiva do projeto ético-político nas décadas de 80 e 90. Consideramos, assim, que o Conjunto CFESS/CRESS precisa resistir e avançar na articulação com as entidades nacionais, ABEPSS e ENESSO/Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, nossas parceiras estratégicas nas respostas a essas ofensivas, e com os movimentos sociais combativos, que continuam investindo na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Em sendo assim, não podemos deixar de nos perguntar o que significa para o Conjunto assumir e adotar uma

[11] De *credencialismo*, refere-se ao processo de regulação da entrada e ocupação de postos-chave no mercado de trabalho, com base nos títulos acadêmicos e diplomas. O saber crítico e a competência são, assim, sobrepujados pelas credenciais escolares, como parte da cultura meritocrática e formalista e da tradição corporativista. (N. do E.)

estratégia que não é comum a todas as entidades da categoria. O que significa adotar uma estratégia que possa romper a unidade histórica de luta construída entre a ABEPSS, CFESS e ENESSO. Por outro lado, creio que não podemos também nos furtar a avaliar quem são, hoje, as entidades que estão na luta em defesa do exame de proficiência.

No âmbito dos movimentos sociais, há aqueles que são nossos parceiros na luta contra as reformas aqui anunciadas, como o ANDES, a FASUBRA/Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras e muitos outros movimentos sociais que são também contrários ao exame. No âmbito dos conselhos das profissões regulamentadas, os conselhos profissionais, que são nossos parceiros em outras lutas, como o Conselho Federal de Psicologia - o qual está publicando conosco agora a cartilha sobre os parâmetros de intervenção dos assistentes sociais no SUS -, e o Conselho Federal de Biologia (que nos apoio no âmbito do FENTAS), também são contrários ao exame e já manifestaram sua posição. Os conselhos que tem se posicionado de forma favorável ao exame de proficiência, por sua vez, integram o bloco dos conselhos de profissão mais conservadores e corporativos, inclusive no fórum de discussões que envolvem os conselhos. São os Conselhos de Administração, Conselhos de Corretores de Imóveis, Conselhos de Contabilidade e Conselho de Veterinária.

Gostaria que, com toda a tranqüilidade e maturidade que vem conduzindo todos os nossos debates, nos detivéssemos tanto nos argumentos favoráveis quanto contrários, que problematizássemos todas as questões, no sentido de construir uma posição - seja ela qual for - que possa gozar de legitimidade frente a toda nossa categoria.

A construção democrática e coletiva da qual este Conjunto, com as demais entidades da categoria, vem participando ao longo dos anos, é um patrimônio e uma pérola que temos que preservar. Então, pensemos em que medida uma estratégia que pode nos dividir e pôr em xeque esse patrimônio construído é uma estratégia adequada num momento tão destrutivo social e economicamente com esse, em que precisamos unir forças para enfrentá-lo. Esse combate deve se dar como sempre fizemos, por meio da reafirmação dos nossos princípios e do projeto ético-político, sem nos render às pressões, por mais duras e mais pragmáticas que sejam, e por maiores que sejam as demandas que ele nos coloque, em termos de respostas imediatas.

Temos que fazer essa reflexão, mas considerando o que significa para o Conjunto todas essas questões e tomar uma decisão segura, seja ela em que direção for. Uma posição segura e da qual possamos, lá na frente, dizer que foi uma decisão discutida, amadurecida e construída com legitimidade junto à categoria. O objetivo é que não seja apenas uma decisão de direção de entidade, mas de todos os 75 mil assistentes sociais brasileiros, que representamos, que expressamos e que, coletivamente, queremos defender os direitos.

Para finalizar, este Conjunto, até o momento, sempre esteve unido para lutar pela universalização das políticas. Não vamos, pois, perder de vista este princípio. Não vamos nos render à seletividade, ao credencialismo e ao filtro. Vamos continuar juntos, “de mãos dadas”,

como disse o Drummond, para assegurar educação com qualidade, trabalho com condições, direitos e qualidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras, para todos os assistentes sociais, mais serviços e direitos universais para todos os cidadãos e cidadãs.

Conferência

O Serviço Social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais

Conferencistas:

CONLUTAS – José Maria de Almeida

INTERSINDICAL – Ivan Martins Pinheiro

CUT - Denise Motta Dau

Debatedora:

Profª Drª Ângela Amaral (UFPE)

José Maria Almeida

Conlutas

Inicialmente, pensei em fazer uma análise acerca do processo de reorganização política dos trabalhadores em curso no país, mas tenho a impressão de que será necessário modificá-la à luz do que estou percebendo como o interesse fundamental de discussão desse encontro: buscar formas de organização que respondam as demandas concretas, ligadas ao trabalho e à profissão dos assistentes sociais, e que estejam em sintonia com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

Tentarei, então,colocar algumas opiniões e também extrair algumas conclusões da experiência que vivemos nos últimos anos no Brasil, como contribuição à reflexão que está sendo feita nesse evento.

O primeiro passo que me parece essencial resgatar, quando se trata de organizar os trabalhadores ou um determinado segmento dos trabalhadores, é o de buscar identificar o conteúdo daquilo que se quer construir e os objetivos que se tem. Esse problema, pela sua importância, vem antes da definição da *forma de organização* que se quer construir ou adotar. Por exemplo, os assistentes sociais acertaram quando buscaram a CUT/ Central Única dos Trabalhadores para organizar a sua luta anos atrás, da mesma forma que talvez, hoje, para prosseguir, vão ter que sair dessa central sindical. Isto porque não é mais possível organizar a luta dos trabalhadores atualmente, dentro da CUT, haja vista a diferença dos objetivos que se tem.

Falou-se antes do problema da estrutura sindical e da forma atual de organização sindical no Brasil. Existente em nosso país, desde o primeiro governo Vargas, aquela estrutura constituída na década de 30 permanece até hoje. Houve mudanças importantes na Constituição de 1988, mas, praticamente, mantém-se a mesma estrutura. E para entender o modelo de organização que o Vargas conseguiu implantar, impondo uma derrota significativa para a classe trabalhadora naquele momento, é preciso conhecer os objetivos que ele tinha. Quem estudou um pouco a história, particularmente no que diz respeito a esse processo de organização dos trabalhadores, constata isso. Há um livro de uma professora da USP, Heloísa Helena Martins - primeira diretora técnica do

DIEESE -, em que ela faz uma discrição bastante precisa do processo de constituição da estrutura sindical varguista. Ela reproduz, inclusive, vários discursos do Getúlio Vargas e das autoridades do Ministério do Trabalho naquele momento, os quais diziam expressamente:

(...) precisamos de uma estrutura de organização, para disciplinar a força do trabalho e constituir uma organização sindical, que colabore com o Estado e com o empresariado, para quê? Para criar estabilidade e condições, de forma que haja investimento no país, para desenvolver o processo de industrialização nacional.

Era o projeto econômico de Getúlio Vargas, ainda vinculado aos interesses da burguesia agrária, o qual consistia eminentemente em industrializar o país. Para isso, era preciso disciplinar a força de trabalho e organizá-la, de maneira que sua ação fosse sintonizada e voltada para a colaboração com os objetivos estabelecidos pelo Estado – a política econômica naquela conjuntura – e o empresariado. Esse era o objetivo.

O objetivo dessa estrutura de organização nunca foi, porém, o de organizar os trabalhadores, para lutar em defesa dos seus direitos e interesses. A necessidade e o objetivo político que se tinha eram o de eliminar o sindicalismo combativo que havia naquela época no país. As conquistas todas que estão na CLT/ Consolidação das Leis do Trabalho, por exemplo, foram arrancadas com muita luta pelo movimento sindical (principalmente os setores dirigidos por socialistas e anarquistas), nos primeiros trinta anos do século passado. Getúlio Vargas precisava, portanto, acabar com tudo aquilo.

Do contrário, não haveria como construir um processo de industrialização, dar segurança de retorno de lucro para o empresariado, para que eles investissem no país. Construir uma forma de organização adequada a esse fim significava, portanto, evitar a luta e o conflito coletivo, disciplinar os trabalhadores e organizá-los dentro da lógica da colaboração com o Estado. Por isso, os sindicatos eram, naquela altura, proibidos por lei de fazer política. A direção de sindicato, que se imiscuisse com a participação política, seria cassada, porque não lhe cabia discutir as políticas do país, mas apenas administrar os conflitos gerados pela política econômica estabelecida pelo Estado (leia-se: Estado a serviço dos patrões e do capital).

Agora, por que estou me referindo a isso? O contexto da reorganização que vivemos no Brasil, hoje, é indissociável do advento do governo Lula em 2003. Por causa de quê? O governo Lula não só deu continuidade à aplicação, no Brasil, da ofensiva do imperialismo, mas assume, em 2003, sob o signo de uma ofensiva do capital, levada a cabo sobretudo pelos seus representantes políticos: o governo dos Estados Unidos e dos principais países industrializados da Europa. Tal ofensiva atua no sentido de ampliar e intensificar mundialmente a espoliação dos trabalhadores, e de se apropriar de recursos naturais e riquezas dos povos de todo o globo. Com qual objetivo? Aumentar a taxa de rentabilidade dos grandes monopólios. Segundo a ótica deles, é, dessa forma,

que se combate a crise do capitalismo. Em contrapartida, crise, para os trabalhadores, é desemprego, é o serviço público destruído, é a miséria, é a fome, enquanto, para eles, crise é outra coisa: é quando o lucro começa a diminuir. Então, para aumentar a taxa de lucros, intensifica-se a exploração dos trabalhadores, apropriando-se das riquezas dos países pobres ou em desenvolvimento.

Essa política aplica-se de forma diferenciada de região para região do planeta. No Oriente Médio, no Iraque e no Afeganistão, por exemplo, foi na ponta da baioneta. O objetivo ali, via invasão e ocupação militar, era o de se apropriar das reservas de gás, na região do Afeganistão, e de petróleo no Oriente Médio. Na nossa região, América Latina, essa política aplica-se via receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). São as reformas neoliberais, que privatizam o serviço público e reduzem o gasto público, para que o Estado possa passar mais recursos para o capital. Isto se faz, por meio do pagamento da dívida externa, através dos subsídios que se dá para o grande empresariado, e ainda pelas privatizações, que são uma transferência de patrimônio público, para aumentar a rentabilidade dos grandes grupos econômicos. A Vale do Rio Doce é, nesse sentido, algo evidente. Ela foi vendida por 3,3 bilhões de reais. Só no primeiro semestre desse ano, porém, a Vale lucrou 10 bilhões de reais. Ou seja, é óbvio que a empresa foi doada. Só as reservas de minérios que ela tem no norte do país são avaliadas em cerca de 100 bilhões de reais. As privatizações, então, de forma geral, foram e são fruto das reformas neoliberais.

Essa política econômica implantada em nosso país acha-se voltada basicamente para reunir recursos e seguir pagando uma dívida impagável: a dívida externa e a dívida interna. É desse modo que se dá no Brasil a ofensiva econômica do império. Na América Latina, ela tem resultados óbvios. Só no ano passado, o Brasil enviou para os grandes investidores, banqueiros sobretudo, 275 bilhões de reais. O Lula, nos quatro anos do seu primeiro mandato, remeteu 700 bilhões de reais, ente juros e amortização da dívida. Foi muito mais do que o Fernando Henrique Cardoso (FHC) pagou nos oito anos de governo dele. De todo modo, é possível ver que há uma tendência de crescimento nessa espoliação, a partir dos saques que se faz contra os nossos países. No primeiro ano do seu segundo mandato, a previsão é de que o Governo Lula efetue o pagamento de 270 ou 280 bilhões, novamente.

Por isso, não há dinheiro para aplicar na saúde, na educação, na geração de emprego, nem no saneamento ou na reforma agrária. Por essa razão, o serviço público brasileiro está esse descalabro, porque os recursos são todos para alimentar essa sanha de lucro do capital.

Vale dizer que o Lula assume a Presidência da República, contrariando todas as expectativas, visto que foi eleito por uma população, cuja maioria esperava que ele, uma vez chegando ao poder, mudaria o país, para que as pessoas tivessem uma vida digna. No Brasil, a classe trabalhadora, em particular, acalentou durante 20 anos essa ideia - a qual foi crescendo aos poucos -, de que os problemas da sociedade brasileira seriam resolvidos, quando o Lula assumisse

a direção do país. Se pudéssemos resumir em uma frase o projeto político do PT/ Partido dos Trabalhadores**,** nos últimos 15 ou 20 anos, para o Brasil, seria: “eleger o Lula Presidente da República, para mudar o país e para que o povo possa ter uma vida digna”. Cada vez mais, uma parcela maior da classe trabalhadora acreditou e investiu nessa ideia, votando nele e o elegendo em 2002.

No entanto, o Lula foi eleito e seguiu aplicando o mesmo modelo econômico do FHC ou de Fernando Collor de Mello, sem nenhuma diferença. Aliás, as diferenças, do ponto de vista da economia, são todas para pior. Se tomarmos, como exemplo, o *Bolsa Família*, conhece-se muito bem o significado desse tipo de política social compensatória; apenas uma continuidade do governo anterior, só que agora proporcionalmente com menos recursos, porque o que se aprofundou foi o volume de dinheiro que se usa para pagar a dívida. A continuidade do desmonte do serviço público e a reforma da previdência em 2003 são expressão disso. Houve a eliminação de direitos históricos do funcionalismo público, mas para quê? Apenas para aumentar os ganhos dos bancos, na medida em que se elevou o volume de recursos para pagar a dívida e que se regulamentou o fundo de aposentadoria complementar. Sabemos muito bem, afinal, quem ganha dinheiro nessa história.

O problema é que isso teve conseqüências em todas as esferas da nossa vida. Os trabalhadores do setor público federal e os do setor público, de maneira geral, enfrentaram isso, em 2003, na ocasião da reforma da previdência, mas não foi somente esse setor. A política econômica de continuidade tem conseqüências. Quem era privilegiado na política econômica do governo FHC? Eram os banqueiros e grandes empresários. Se a política econômica é a mesma, quem é privilegiado no governo Lula? Não constitui nenhuma surpresa: banqueiros e grandes empresários. Nos jornais, toda semana anuncia-se um recorde de rentabilidade de um banco no país. Na outra ponta da corda, alguém, no entanto, tem que pagar essa conta. O que significa que hoje são os mesmos que pagavam a conta antes, contribuindo para que haja sempre uma parcela desigual e em franca desvantagem nesse processo.

Não há clareza no conjunto da classe trabalhadora acerca do papel que o governo Lula cumpre. É um processo difícil. A decepção e a desilusão geram confusão na consciência dos trabalhadores, o que por si só não ajuda a fazer avançar a luta. Mas, há parcelas cada vez maiores que chegam à compreensão de que as mudanças que esperavam para a sua vida não vão vir pelas políticas do governo. O que será preciso fazer é, como antes, lutar contra ele, para buscar impor no país as mudanças que são, de fato necessárias, de modo a que o trabalhador seja o privilegiado e não o banqueiro.

Ao buscar o caminho da luta, do que os trabalhadores se dão conta? De que os instrumentos que construímos para unir as nossas forças e organizar nossa mobilização, no momento histórico anterior, estão, atualmente, na trincheira do inimigo. O contexto da *organização dos trabalhadores* no Brasil hoje é esse: quando eles tentam lutar em defesa dos seus direitos que

estão sendo atacados pelo governo e pelos empresários, e em busca de mudanças na política econômica aplicada no país, os trabalhadores percebem que os instrumentos gerais que conseguiram anos atrás não servem mais. O PT, por exemplo, está na chefia do governo, o qual aplica, “sem tirar nem pôr”, o mesmo programa do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial da era FHC. Depois, a CUT - a maior central sindical do país e a quarta maior do mundo - construída coletivamente na década de 80, hoje, está na trincheira do governo, defendendo as suas políticas.

Nessa mesa, inclusive, a companheira da CUT-Nacional conseguiu descrever a ofensiva que se faz contra os direitos de greve dos servidores, mas sem citar o nome do Lula. No entanto, há alguma autoridade nesse país que tem se esmerado mais do que ele, a atacar na imprensa o direito de greve do funcionalismo? Contudo, isso não pode aparecer na fala da CUT. Depois vamos tentar entender por quê.

Na reforma da previdência de 2003, o que escutamos do governo como justificativa? Ele disse que havia um monte de “marajá” no serviço público, enquanto na outra ponta da corda havia o cortador de cana, um trabalhador miserável, que nunca conseguia acessar a aposentadoria. Então, era preciso acabar com os privilégios do setor público, para poder ajudar esse tipo de trabalhador. Quantas vezes escutamos esse argumento do cortador de cana, lembram?

Em função disso, o Lula propôs estabelecer o teto para aposentadoria dos servidores, acabar com os “marajás” e regulamentar o fundo de aposentadoria complementar. A essência daquela reforma era eliminar, pelo menos, uma parte dos direitos previdenciários dos servidores, para reduzir o custo que o Estado tinha com o pagamento da aposentadoria. A partir daí, seria possível abrir o processo de privatização da previdência, com a regulamentação dos fundos de aposentadoria complementar, uma exigência dos bancos. O discurso, porém, era esse: ajudar o cortador de cana e acabar com os “marajás”.

Qual é a situação que temos hoje? Os “marajás” permaneceram todos, o teto dos salários dos altos cargos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário continua em 24.000 reais. Enquanto isso, o cortador de cana, um pobre desgraçado, tem a mesma dificuldade de antes, para acessar a aposentadoria, e quando consegue, não recebe nenhum real a mais por isso. Quem ganhou dinheiro nesse processo? Se analisarmos o crescimento dos lucros dos bancos e o papel dos lucros dos fundos de aposentadoria complementar nesse crescimento. foram, sem dúvida, os banqueiros.

Do ponto de vista político e da organização sindical, qual é o problema? Os servidores foram à guerra pelos seus direitos. Houve, inclusive, uma importante greve dos servidores federais naquele momento. Mas onde é que estava a CUT? Estava defendendo o estabelecimento do teto para aposentadoria dos servidores e a regulamentação dos fundos de aposentadoria complementar, embora dizendo que estava do lado dos trabalhadores. Tal como disse a representante da CUT-Nacional aqui: “organizamos uma jornada e fizemos um acordo político com

o governo, para que ele estabelecesse uma política de reajuste do salário mínimo". Ela esqueceu, contudo, de falar que por essa política que eles acertaram com o governo, levará 50 anos, para o salário mínimo chegar aquele cálculo que o DIESE faz, que é o salário mínimo vital necessário. A CUT faz um acordo desses e depois ainda tem coragem de dizer que é uma vitória. Então, infelizmente, foi esse o papel que a CUT cumpriu naquele momento. Os servidores federais ficaram sozinhos na greve. A iniciativa privada ficou fora desse processo, porque ajudou a isolar os trabalhadores do setor público e fomos derrotados. Depois veio a greve bancária. Foi a mesma coisa: um mês de greve, sustentada pela oposição sindical contra a Confederação dos Bancários e depois veio a reforma sindical, que precipitou a divisão da CUT. Essa foi a reforma sindical a que a representante da CUT se referiu como desejável para corrigir os problemas da estrutura Getulista. O problema é que a proposta de reforma sindical negociada pela CUT, o Governo, a Força Sindical e os empresários, tinha um sentido oposto do que ela apresentou aqui.

Quanto ao problema da contextualização, quando Getúlio Vargas impôs aquela estrutura de organização, tinha os seguintes objetivos: eliminar o sindicalismo combativo da época, reduzir drasticamente o volume de greves e de lutas que havia no país, e organizar os trabalhadores de acordo com a lógica de colaboração com o patrão e com o Estado. Por isso, o Estado impôs uma determinada forma de organização.

A companheira da CUT também disse que o tripé fundamental que caracterizava aquela forma de organização era o imposto sindical, a unicidade sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho, entretanto ela esqueceu de falar sobre o seu conteúdo político, pois, na prática, o tripé da estrutura sindical getulista é outro e não os que foram citados. As três questões por ela destacadas referem-se à forma organizativa que o processo adquiriu, mas o tripé propriamente dito consistia, em primeiro lugar, na concepção de colaboração com o Estado e com os patrões. Tratava-se de uma filosofia e de uma prática assentadas na contraposição ao sindicalismo de contestação da exploração do capital, predominante no país até então, dirigido por anarquistas e socialistas.

Havia, no começo do século passado, uma parte do movimento sindical que também era pelega, mas havia um setor importante muito combativo.O governo queria, então, erradicar a concepção de ação sindical de luta, contestadora das regras do capitalismo, porque punha em evidência a exploração do trabalhador, ao não querer simplesmente administrá-la.

O segundo elemento do tripé que compunha a estrutura de organização do Getúlio Vargas visava eliminar a independência da organização sindical em relação ao Estado. Para a organização desse projeto, foi preciso colocar o sindicato sob a égide estatal, condicionando a sua criação a uma carta sindical de autorização do Ministério do Trabalho. Assim, se este último não estivesse contente com a gestão do sindicato, poderia cassar a diretoria e nomear outra. Esse tipo de estrutura e de prática prevaleceu até 1988, cuja reforma sindical proposta pela CUT quer agora, paradoxalmente, restituir.

O terceiro elemento tinha a ver com uma forma de organização sindical apartada dos trabalhadores da base. Costuma-se, inclusive, falar que, no início do século passado, os trabalhadores, em relação às suas organizações sindicais, “votavam com os pés”. Quando a organização sindical não servia mais, eles atravessavam a rua e criavam outra, que servisse aos seus interesses. Depois, deixou de existir isso. A representação sindical passou a ser outorgada pela lei, ratificando-se, para a direção do sindicato, a chapa que ganhasse a disputa eleitoral da entidade. Pergunta-se: a partir daí, a diretoria passava a ter poder de negociação e de contratação, em nome dos trabalhadores? Não necessariamente, pois, com esse acordo, o poder de representação dos sindicatos era outorgado pela lei e não mais haurido a partir do cotidiano dos trabalhadores.

A estrutura burocrática de funcionamento dos sindicatos, fora do controle das bases, e com o poder concentrado nas mãos das direções da entidade, atendia a necessidade da concepção de organização sindical de colaboração com o patrão e com o Estado, e não de representação, de fato, do trabalhador.

Cabe dizer que os três elementos centrais daquele modelo de estrutura sindical implantado no país estão presentes no projeto de reforma sindical que o governo, a Força Sindical e a CUT apresentaram ao Congresso Nacional, em fevereiro de 2005. Foi essa a proposta produzida no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, aqui citado.

Por que era necessária uma reforma da organização sindical no Brasil, segundo o ponto de vista do Governo Lula e da CUT? Pela mesma razão que o Getúlio Vargas o fez no começo da década de 30. Portanto, o que distingue e justifica o governo Lula, se ele deu continuidade à ofensiva do império sobre os nossos povos – em particular no Brasil –, que lhe exigia a manutenção da aplicação no país de um modelo econômico, centrado no pagamento da dívida, às custas da precarização, cada vez maior, das condições de vida do povo; se ele prosseguiu o processo de privatização dos recursos, do patrimônio e do serviço público; se ele teve que realizar reformas neoliberais que eliminam o direito dos trabalhadores e reduzem o papel do Estado como provedor de serviços públicos para a população? Para assegurar tudo isso, ele precisava de estabelecer controle sobre a organização sindical. O Lula sabe melhor do que ninguém o papel que teve a luta do movimento sindical brasileiro na década de 80 e final da década de 70. A greve dos servidores federais, ainda em 2003, demonstrou a ele, inclusive, que, se a política do governo seria essa, haveria resistência e luta, tal como houve contra o modelo do Getúlio Vargas em 1930. Por isso, ambos tinham que eliminar as condições dos trabalhadores lutarem.

O que propunha exatamente a *reforma sindical* que o governo Lula e essas centrais (CUT e Força Sindical) apresentaram? Essa proposta de reforma sindical possuía quatro pilares básicos: em primeiro lugar, ela modificava o sistema de negociação e contratação, de modo a estender o

poder de negociar e contratar em nome dos trabalhadores, que pela lei hoje somente o *sindicato*[12] tem, mediante assembléia da base. Estender esse poder de negociar e contratar para as centrais sindicais e confederações nacionais significava, portanto, um primeiro passo na alteração da correlação de forças a seu favor. Em segundo lugar, tencionava disponibilizar os direitos trabalhistas para o processo de negociação coletiva. FHC tentou fazê-lo, no seu segundo mandato, por meio da mudança que propôs no artigo 618 da CLT. Esse artigo regulamenta o processo de contratação e negociação coletiva e estabelece limites. Por exemplo, hoje, o sindicato não pode fazer uma negociação com o empresário e assinar um acordo, eliminando o Fundo de Garantia, o 13º ou as férias do trabalhador.O sindicato pode até fazê-lo, mas, se o trabalhador recorrer à justiça, ele ganha, porque a lei lhe garante esse direito.

Que mudança FHC propôs? Manteve tudo como está, mas acrescentava um parágrafo que dizia o seguinte: "o que for negociado entre sindicatos de empregados e empregadores prevalece sobre aquilo que está na lei". Era uma mudança pequena, porém entregaria nas mãos dos sindicatos o poder de flexibilizar, eliminar e diminuir todos os direitos que levamos mais de um século para conquistar. Naquele momento, todos - a CUT inclusive -, resistimos contra isso e impedimos a aprovação dessa mudança do artigo 618.

Na proposta atual de reforma sindical, essa artimanha voltou e ainda mais ampliada. Primeiro, dá direito às centrais sindicais de negociar e contratar em nosso nome, depois disponibiliza os direitos para negociação e contratação, e estabelece, aproximadamente, o seguinte: "nas negociações mais amplas, em caráter geral, o fórum de decisão sobre qual acordo pode ou não ser assinado é aquele da entidade mais ampla, envolvida na negociação". O que isso significa? Numa negociação que as centrais sindicais fariam com o governo e as confederações patronais, por exemplo - acho até importante que façam -, sobre o nosso 13º, na qual eles avaliassem que esse salário a mais está prejudicando muitas empresas, diminuindo a competitividade e gerando desemprego, e propusessem doravante diminuí-lo pela metade (uma reivindicação histórica do empresariado no Brasil), para ver se aumentava o volume de emprego no país, pergunta-se: onde seria decidido que esse acordo pode ou não ser assinado? Seria decidido no âmbito da direção nacional da CUT ou da Força Sindical. Assembléia de base? Nem pensar. Para quê? A proposta, no caso, seria privilegiar o fórum da entidade mais ampla, porque seria supostamente mais ágil e representantivo. No entanto, vale lembrar, o fórum mais democrático que uma central como a CUT tem são os congressos nacionais da entidade, a cada três anos. O último que participei tinha dois mil e poucos delegados, para representar 3.000 sindicatos, logo menos de um representante por sindicato e apenas a cada 3 anos. Nesse intervalo, é a direção nacional que decide e representa o conjunto dos membros da Central, ou seja, a mesma que aprovou aquela

[12] Pela legislação, federação, confederação e central sindical não podem assinar acordo no nosso país.

proposta de reforma da previdência de 2003. Então, esse é o primeiro pilar da reforma sindical que a CUT e a Força Sindical propuseram, junto com o governo, no Congresso Nacional.

Como segundo pilar, constata-se a necessidade de engessar a organização sindical, ante o grande problema do número de sindicatos que se tem no Brasil, visto que Getúlio Vargas fragmentou os trabalhadores para facilitar a sua dominação. Qual é o problema que os gestores do poder têm hoje? Ele precisam concentrar o processo de negociação, para facilitar essa flexibilização. O objetivo que eles têm, portanto, com essa reforma sindical, que chamamos também de trabalhista, é o de avançar na flexibilização dos direitos. Por qual via? Pela via da negociação, que os especialistas chamam de vias autônomas de flexibilização, com a participação dos trabalhadores. A outra forma mais nua e crua, porém mais complicada de fazer, seria simplesmente o governo mandar um projeto para o Congresso Nacional, acabando com o 13º, as férias e a licença maternidade, mas isso implicaria num desgaste muito grande. Então, é melhor manter a lei como está e dar o poder ao sindicato ou às centrais sindicais para administrar isso. Qual é o problema? Temos por volta de 18.000 sindicatos de trabalhadores no país. Como vai-se, então, garantir que esse montante de sindicatos negocie os direitos dos trabalhadores, flexibilize-os e ainda os aprove na assembléia de base? Como é muito difícil e demorado realizar todo esse processo, torna-se preciso simplificá-lo e abreviá-lo via centrais sindicais.

Esse projeto de reforma sindical restabelecia, portanto, um controle das centrais sobre os sindicatos, dando a elas, inclusive, o poder de instituir sindicatos na base de entidades que já existiam, o chamado *poder de representação derivada*. Restabelece, também, o poder do Ministério do Trabalho de determinar regras padrões quanto ao estatuto das entidades, e o de intervir novamente no sindicato, cassando, se necessário, a sua representação sindical. Desse modo, o problema dessa reforma é que ela não se propõe a acabar com o atrelamento ao Estado; pelo contrário, reconstitui aquele que tínhamos pré-88. Até a Constituição de 1988, vale lembrar, o Ministério do Trabalho tinha o poder de intervir no sindicato e cassar a diretoria. Isto pode ser conferido nos sites da CUT e do Ministério do Trabalho. Esse projeto constitui a chamada PEC 369, a qual está na Comissão de Trabalho da Câmara dos deputados até hoje.

O terceiro esteio dessa proposta tem a ver com a coerção da luta social e ação coletiva dos trabalhadores. Para que se tenha uma ideia, no âmbito da regulamentação do chamado *direito de greve*, chegou-se a propor que o empresário possa ter o direito de contratar substituto para o grevista, na hipótese de que a greve possa causar um prejuízo irreparável para a empresa. Agora, cabe perguntar: do ponto de vista do empresário, qual prejuízo é irreparável? A resposta dele seria seguramente: “qualquer prejuízo é irreparável, visto que não recupero mais”.

Só poder-se-ia fazer greve, assim, se se aprovasse aquelas regras, se a greve não causasse prejuízo. Então, qual o sentido de fazê-la, se a greve existe justamente para isso? Causo prejuízo para o patrão, para que ele possa tirar suas conclusões, ao fazer as contas: “perco mais dando os 10% de aumento que eles estão pedindo ou ficando com as máquinas paradas ?” Essa é

a finalidade da greve. Uma greve no serviço público serve para criar uma situação de coação contra o governo - o gestor do serviço público -, para que ele possa atender as reivindicações dos trabalhadores, no caso não só a melhoria das condições de trabalho do servidor, mas a melhoria do próprio serviço público. Essa é a tônica da nossa luta no serviço público.

Essa proposta de regulamentação, na verdade, refere-se àquele ponto de causar prejuízo irreparável ao atendimento à população. A pessoa foi ao posto de saúde, por exemplo, e não foi atendida, vai ter que voltar outra vez. Então, o órgão estaria autorizado a contratar um substituto para o grevista.

Esses são, portanto, os três esteios dessa reforma, que a representante da CUT diz estar voltada apenas a superar o *varguismo.* Na prática, reconstitui-se os três elementos básicos daquela estrutura. Em primeiro lugar, a lógica da colaboração, porque a estrutura sindical tem que estar organizada com um sistema de negociação e contratação, que visa simplesmente flexibilizar os direitos dos trabalhadores. O sentido da nossa organização não era lutar para melhorar os direitos? No entanto, retoma-se por meio dessa proposta o controle do Estado e das centrais sindicais sobre a organização sindical, e a pressão pelo acuamento da ação coletiva em relação à greve dos trabalhadores.

Falou-se aqui do imposto sindical ou de certas taxas absurdas cobradas pelos sindicatos, inclusive de quem não é sócio, todavia essa proposta de reforma sindical estabelece uma contribuição, que se chama de *negocial*, a qual pode chegar a 13% por ano do salário de um trabalhador. Por ocasião dessa reforma, acabar-se-ia, então, com aquele imposto sindical, de 3,3% de um salário, o equivalente a um dia de trabalho no mês de março todo ano, e se poderia adotar uma taxa de 13%. Aumentar a flexibilização dos trabalhadores e estabelecer controle sobre as suas organizações para evitar resistência, tal qual Getúlio Vargas procedeu no passado, constituem necessidades básicas do governo Lula, para seguir implementando o seu modelo econômico no país.

Qual é o problema, portanto, da CUT? A contradição e a crise que se abriram nessa central sindical têm a ver com o projeto governamental em curso, pois ela foi construída para fazer outra coisa, a partir da ruptura com as federações e confederações na década de 80. Isto porque, tais formas de organização sindical não representavam nem respondiam às necessidades e interesses dos trabalhadores, quando houve uma onda de greves que varreu o país no final dos anos 70 e começo dos 80. Quase todas as greves possuíam as mesmas reivindicações, no entanto, na prática, era “cada um por si e Deus por todos”, porque não havia uma organização que unificasse todo mundo, a fim de potencializar a luta. As federações e também as confederações negavam-se a cumprir esse papel, porque estavam atreladas ao Estado e aos interesses dos patrões. Construímos, então, a CUT, para romper com esse antigo esquema de conciliação e colaboração de classe, porém hoje essa central encontra-se tão ou mais atrelada ao Estado e aos patrões quanto aquelas entidades.

Qual é o paradoxo que se coloca? A CUT nasceu, defendendo os trabalhadores e lutando contra o imposto sindical e o atrelamento ao Estado, o que era o caso daquelas federações e confederações, as quais eram financiadas por essa forma de contribuição e submetidas à máquina estatal. Hoje, contudo, os dirigentes da CUT têm cargo no governo, foram nomeados administradores de fundos de pensão e, por essa via, tornaram-se eles próprios administradores de empresas. A CUT recebe subsídios financeiros do Estado, em convênios com o Ministério do Trabalho (graças a recursos do FAT/ Fundo de Amparo ao Trabalhador) ou outros ministérios. Pode ser citada, por exemplo, a denúncia que saiu na imprensa acerca de um desses convênios, em que 8 milhões do Ministério da Educação foram repassados para uma instituição da CUT, para dar aulas em São Paulo, que nunca aconteceram.

São milhões de reais que a CUT recebe do Estado, para se domesticar e servir às orientações e interesses políticos que gerem o Estado brasileiro, hoje. Ela está atrelada do ponto de vista da sua relação orgânica (o dirigente sindical cutista Luiz Marinho é a expressão viva disso, mas não apenas ele[13]), sobretudo no que diz respeito aos interesses materiais e econômicos. A CUT recebe muito mais recursos do Estado do que as federações recebiam no passado, logo está, nesse sentido, mais distante da possibilidade de continuar representando e defendendo os interesses dos trabalhadores.

Isso abriu um divórcio entre aquilo que essa organização faz e representa e aquilo que é do interesse dos trabalhadores que estão na sua base. Por isso, há um processo de ruptura e de reorganização do movimento sindical, o que levou à constituição da CONLUTAS/Coordenação Nacional de Lutas e da INTERSINDICAL. Os trabalhadores, na medida que têm que enfrentar o governo e os empresários para buscar a defesa dos seus direitos e interesses, precisam buscar outros espaços para reorganizar e reconstituir a unidade e combatividade do movimento para lutar contra a reforma sindical e trabalhista, e contra ainda a reforma da previdência. Não há como unir os trabalhadores dentro da CUT, porque, como vimos, ela está a favor da reforma sindical e trabalhista, e provavelmente vai estar apoiando a essência da reforma da Previdência que o governo quer fazer, cooptada que se encontra pelas vantagens e relações materiais que se estabeleceram com o governo.

Essa questão da CUT deflagra e abre o processo de reorganização, o qual responde na verdade, a uma necessidade que os trabalhadores têm, hoje, quem sabe, de unidade das duas alternativas da esquerda que estão sendo construídas. Ao meu ver, é uma obrigação nossa, pois não temos o direito de dividir a esquerda e os setores combativos nesse momento. Há, porém, ainda uma incompreensão de alguns companheiros quanto ao que significa o projeto da CONLUTAS. Ao começarmos a construí-la, buscamos resgatar lá de trás o que achamos que era preciso, mas também superar problemas que identificávamos nas formas de organizações

[13] Essa prática de cooptação de líderes sindicalistas por meio da ocupação de postos no Ministério do Trabalho tem sido uma constante desde o estabelecimento da Nova República, em 1985. (N. do E.)

anteriores. Penso que o fato da CONLUTAS agrupar, além dos sindicatos, os movimentos sociais, os desempregados e os estudantes é uma qualidade e não um defeito.

Não podemos, contudo, fazer uma identificação da luta sindical com a luta classista mais geral contra o capitalismo. A classe trabalhadora brasileira é muito mais ampla do que aquela que está organizada nos sindicatos. Hoje, no Brasil, temos cerca de 45% da classe trabalhadora na base de todos os sindicatos do país. São os que estão no chamado *mercado formal de trabalho*, todavia mais da metade está fora dele: os desempregados, os trabalhadores da economia informal, os que estão nos movimentos de moradia, os movimentos de luta pela terra. Todos são parte da nossa classe.

Se queremos organizar uma luta de classe contra o capitalismo, não podemos fazê-lo só com metade da classe trabalhadora. Temos que dar uma resposta para o conjunto dos trabalhadores. Agora, isso significa diluir o caráter de classe e ignorar o papel da classe trabalhadora, particularmente o da classe operária como sujeito social das transformações que temos que fazer no país? Não. Se houver uma consulta às Resoluções do CONAD que fundou a CONLUTAS[14], ver-se-á que está bem claro. O interesse geral da nossa luta é realizar uma transformação social no país, que só pode ser feita por uma revolução, para a qual, conforme entendemos, a classe trabalhadora, e particularmente o seu segmento operário industrial, é um sujeito fundamental. Essa é a nossa opinião. Para tanto, esses setores têm que estender pontes e estabelecer alianças com o conjunto da classe trabalhadora e trazê-la para essa mesma luta, senão não teremos forças suficientes para mudar o país. Essa é a preocupação da CONLUTAS, o que é muito diferente da diluição do caráter de classe. A partir daí, há duas outras coisas que são importantes para o debate e reflexão que estão sendo feitos nesse evento, quanto a apoiar a retomada do sindicato das assistentes sociais ou continuar no ramo da Seguridade, como já foi proposto.

Chamaria a atenção ainda para duas questões que são anteriores. Voltando ao início da minha intervenção, penso que os trabalhadores - dentre eles, também os assistentes sociais - precisam hoje de uma organização que seja capaz de dar *respostas* para aquilo que é a nossa demanda específica cotidiana, a saber: as condições de trabalho, de emprego, de salário, entre outros. É preciso, assim, responder e participar, no dia-a-dia, da luta contra a precarização e a terceirização, mas, ao mesmo tempo, ser capaz de vincular essa luta com a luta política geral contra o capitalismo. Essa dimensão da nossa luta específica cotidiana é fundamental. Por quê? Porque não há nenhuma possibilidade de resolver positivamente os problemas (precarização, terceirização, arrocho do salário, eliminação de direitos, etc.) que afligem a todos nós na base, sem eliminarmos as regras de funcionamento da sociedade capitalista. Trata-se, portanto, de uma luta que é indissociável da outra. A luta imediata cotidiana só tem sentido, se a inserirmos nos marcos

[14] O autor refere-se ao 51° CONAD – Conselho do ANDES/ Sindicato Nacional dos Docentes, realizado em 2006, em Juiz de Fora/MG (N. do E.).

de uma luta geral contra o capitalismo. Sem mudar esse modelo econômico, nem derrotar essa *ofensiva do império* que se aplica em nosso país, não há como reverter as perdas que estamos tendo, no dia-a-dia, nos locais de trabalho. Essa é uma necessidade e tem também que ser uma característica primordial da *concepção de organização* que estamos construindo.

Uma outra característica-chave é a de que deve ser democrática e controlada pela base. A forma que ela vai assumir será a de um sindicato ou de uma associação nacional? No caso dos assistentes sociais, vocês vão continuar no sindicato da categoria ou no digamos sindicato *majoritário* onde atuam?

Diante do grau de dispersão e de falência a que chegaram as organizações gerais que construímos em conjuntura anterior - em particular a CUT, pois a Força Sindical e as outras centrais nunca tiveram a pretensão de organizar o trabalhador para a luta -, vai ser necessário construir uma *organização dos assistentes sociais* no país inteiro. Se vai ser um sindicato de federações ou uma associação nacional, não importa que formato adquira, será preciso ter essas características: 1) a capacidade de vincular a luta específica à luta geral; e 2) o empenho em ser democrática e organizada pela base. A forma *sindicato* historicamente tem uma importância muito grande no Brasil e continua tendo, mas não é qualquer sindicato que serve.

Escrevi um texto discutindo justamente esse problema. Se não revolucionarmos os sindicatos, por exemplo, que temos hoje no Brasil, eles não vão cumprir o papel que queremos que cumpra. Isto porque o sindicato que temos, atualmente, é aquele mesmo organizado por Getúlio Vargas, com apenas poucas diferenças. Temos, portanto, que mudá-lo. O nome em si não quer dizer tudo. É preciso principalmente que tenhamos uma organização que dê conta desses dois conteúdos: democracia e controle pela base. A organização deve, portanto, fundamentalmente, fazer aquilo que a *base* - os representados - quer. Em segundo lugar, tem que haver essa perspectiva de levar a luta específica, lado a lado da luta geral contra o capitalismo, nos marcos do conjunto da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a CONLUTAS pretende aglutinar todos os segmentos que desejam lutar para mudar esse país e as condições em que atualmente estamos mergulhados. Queremos que venham se organizar na CONLUTAS, para que somemos forças na construção dessa alternativa. É muito importante esse gesto da INTERSINDICAL – de acenar um interesse e perspectiva de fusão conosco -, para que possamos avançar, no sentido de combinar os nossos esforços e construir uma alternativa única. Mas a organização de base dos assistentes sociais também torna-se muito importante nesse momento da (re)construção de novas organizações, em que é crucial aprender com o passado para não repetir os mesmos erros.

A CUT, hoje, para poder justificar sua existência, apega-se à forma, ao problema do imposto e da unicidade sindicais, do poder normativo da Justiça do Trabalho e deixa de falar que tem uma prática política igual à dos pelegos que combatíamos na década de 80. Foi contra isso que

erguemos a CUT e estamos, no presente, construindo a CONLUTAS. A organização dos assistentes sociais tem que nascer, renascer ou ser reconstruída sob esse mesmo signo.

Ivan Martins Pinheiro

Intersindical

O tema do debate já apresenta um "pré-conceito", ou seja, uma opinião prévia: "o Movimento Sindical e as Reformas Neoliberais do Governo Lula". Começamos bem, pois sem uma polêmica, visto que estamos de acordo que o governo Lula é neoliberal. Penso, porém, que, ao invés de falar de reformas, seria melhor qualificá-las de *contra-reformas*, porque reforma é uma coisa para melhorar. Trata-se, portanto, de um governo que vem implementando contra-reformas neoliberais.

Nesse sentido, gostaria de colocar alguns elementos, valendo-me de um roteiro, elaborado pelas entidades à frente desse evento, sobre a questão da *organização da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo*: tendências sindicais no Brasil, ações políticas com relação às reformas neoliberais do governo Lula e a organização da categoria por ramo. Vou seguir essa mesma ordem, porque ela é pertinente para o desenvolvimento das idéias que pretendo compartilhar.

Queria dizer, em primeiro lugar, que estamos - a esquerda e o movimento sindical - saindo do fundo do poço, depois de mais de quinze anos de dissabores e vicissitudes. Há, assim, no mundo, hoje, um recrudescimento da luta sindical por uma série de fatores. Queria lembrar, porém, que os problemas que tivemos, entre 1989 a 1995, não se deram por acaso. Ali os trabalhadores de todo o mundo tiveram uma das maiores derrotas de todos os tempos, junto com a derrocada da grande experiência de construção do socialismo na União Soviética e nos países do Leste Europeu. A partir daquele momento, acabou o que se chamava de *bipolaridade*[15] entre os Estados Unidos e a União Soviética, entre o capitalismo e o socialismo.

A burguesia e o capital resolveram, então, vir buscar os anéis que tinham dado aos trabalhadores, para que não fizessem a revolução. Por que os anéis? Porque enquanto existia a União Soviética, os Estados Unidos, com medo da revolução, sobretudo da inspiração da revolução socialista na União Soviética, estabeleceram alguns sistemas, que se convencionou chamar de *social democracia*, Welfare State, com a garantia de direitos e Estado forte, para que os trabalhadores se sentissem apaziguados e não trilhassem o caminho revolucionário. Em outras palavras, não tirassem a burguesia do poder. Isso se deu não nos anos 50 e 60.

(Falha na transcrição)

[15] Dita, « guerra fria » (N. do E.).

Causa-me estranheza que, no Brasil, as pessoas "macaqueiem" experiências externas, com uma mera transposição mecânica. Pega-se o exemplo lá fora e diz-se assim: "agora vamos implantar no Brasil". Hoje, há quem ache que o *bolivarianismo* serve para o nosso país, no entanto os problemas aqui exigem uma solução brasileira. O Brasil é o Brasil. A formação do capitalismo é diferente, assim como a da classe operária, tudo, enfim. Aqui, inclusive, tem partido que, até hoje, se diz social democrata, como o PSDB / Partido da Social Democracia Brasileira, mas também o próprio PT/ Partido dos Trabalhadores, que se tornou ou, pelo menos se diz, um partido social-democrata. No entanto, não existe possibilidade de social-democracia no mundo contemporâneo, porque ela pressupõe, em primeiro lugar, Estado forte e o Estado está cada vez mais fraco. Trata-se, portanto, de uma *social-democracia tardia* e, como tal, de uma mistificação.

Hoje é capital ou trabalho. Ou o governo é do capital ou o governo é do trabalho. Infelizmente esse governo, conforme bem classifica o título do evento, é um governo do capital. Não tem mais empate, nem tampouco vamos ter, "na malandragem", uma social-democracia. Há algumas políticas compensatórias, mas todas acopladas ao capitalismo.

Quanto à derrota de que falávamos, ela é quem traz para a cena política e econômica o neoliberalismo. Começa com Margareth Tatcher na Inglaterra e a política por ela implementada de destruição dos sindicatos, de todos os direitos, de desregulamentação e flexibilização. Essa onda espalha-se, então, no mundo em um momento em que estávamos na defensiva, em razão da derrota da União Soviética.

Continuei no Partido Comunista Brasileiro (PCB), a despeito disso e quero dizer por quê. As pessoas, naquela altura, me perguntavam: como você pode ser comunista, se o comunismo acabou? A impressão que elas tinham é que a derrota daquela experiência representava a negação do socialismo, no entanto não era essa a minha leitura. Aquela derrota mostrou, sim, que havia erros, desvios e sérias deformações naquela experiência de construção do socialismo, o que não significa, porém, que outras experiências tenham que ser assim. Ali cometeram-se erros gravíssimos de hipertrofia do Estado, de subestimação da democracia, na medida em que idéias originais como as dos *soviets* (conselhos de operários, camponeses e soldados, entre outros) implantados pela Revolução Russa, acabaram-se transformando em "aparelhos do partido"[16]. Um partido que tem votação por unanimidade não podia mesmo dar certo.

Deformaram-se, portanto, os ideais dos verdadeiros fundadores intelectuais e teóricos do socialismo. Lenin falava, por exemplo da importância e significado dos *soviets* para a democracia operária, que são, na prática, o poder popular. Marx não dizia para estatizar e fazer capitalismo de

[16] No jargão da esquerda, costuma-se chamar, de forma pejorativa ou não, de « aparelho » uma entidade, organização política ou instituição pública ou privada, que funciona, de forma ambígua ou clandestinamente, como máquina de um *partido* ou grupo religioso, entre outros, ou seja, está inteiramente a serviço dele, logo, sem qualquer autonomia. Essa estrutura promove *benefícios coletivos*, embora privados, porque ligados diretamente a uma *causa, ideologia e sujeitos políticos* específicos, e, portanto, em detrimento dos demais partidos, associações e grupamentos diversos; e indiretamente *vantagens individuais* aos que dela participam, mas já dentro de uma distorção das estratégias e motivações políticas iniciais(N. do E.).

Estado. Ele defendia a sociedade dos livres produtores. No entanto, ali aconteceu assim. A despeito disso, não houve nenhuma sociedade no mundo, em toda a história da humanidade, que tenha garantido tantos direitos para os trabalhadores. Teve ainda outro papel importante: a União Soviética, enquanto existiu, deu suporte às lutas de libertação nacional, de caráter socialista. Cuba não existiria, se não fosse a União Soviética. O Vietnã não teria derrotado os Estados Unidos - como possivelmente também no Iraque e Afeganistão -, se não fosse a União Soviética, naquele momento. A África não teria tido várias experiências de libertação nacional, e talvez não tivéssemos também derrotado a "peste nazi-fascista", se não fosse ela, porque os soviéticos perderam 50 milhões de homens no "altar do sacrifício", para derrotar Hitler e o Nazi-Fascismo.

A partir da queda da União Soviética, deixa, portanto, de haver esse contraponto. A burguesia, que tinha passado décadas "dando anéis", disse, então: "agora quero-os de volta". De lá para cá, então, tem sido só derrota. Somente agora estamos começando a melhorar.

O que aconteceu nesse ínterim? Podemos citar, como exemplo, o processo de privatização. É importante dizer que ele não tinha apenas um lado econômico, isto é, não se restringia apenas à necessidade do capital se apropriar dos lucros das estatais, como a Siderúrgica Nacional e a Petrobrás, criadas para servir aos interesses (ferro, petróleo, etc.) da burguesia nos anos 50, que, isoladamente, não teria recursos para criá-las. Nesse momento, porém, eles queriam tais empresas – essenciais e lucrativas - para si. Havia, no entanto, envolvido ali, ou seja, um componente político-sindical, pois, ao longo do tempo, as estatais, que contavam com uma certa tradição política, inclusive de flexibilidade no emprego, constituíam um celeiro de lideranças do movimento sindical. O Banco do Brasil (que não está privatizado, mas está se privatizando) não é mais um banco inteiramente público. O Banco do Brasil já se "bradescalizou". Nesse sentido, os lucros escandalosos que o Banco do Brasil aufere apontam que ele não cumpre a sua função social, visto que pratica os mesmos juros. Havia, assim, no âmbito das privatizações, um componente político, pois, ao quebrar as estatais, quebrava-se a espinha dorsal do movimento sindical brasileiro.

Uma outra questão diz respeito à flexibilização de direitos e à reestruturação produtiva, ali onde algumas pessoas enxergam apenas a necessidade do avanço tecnológico. O que vem a ser, então? Aprofundaram-se várias formas de extrair mais-valia, inclusive a que incute na cabeça do trabalhador a idéia de *parceria*, de que é preciso "vestir a camisa" da empresa, enfim, uma série de mudanças no mundo do trabalho, com vistas à *polivalência*.

Acrescente-se ainda a terceirização e a dessindicalização, que não são um fenômeno exclusivamente brasileiro. Os sindicatos perderam – e somente agora recuperam - representatividade no mundo todo. Há o exemplo da Europa Ocidental, para que se veja ao que foram reduzidas as grandes centrais, a CGT/ Confédération Générale des Travailleurs francesa, a CGIL / Confederazione Generale del Lavoro italiana, a CGTP portuguesa, todas agora se

recuperando. Pense-se também na Federação Sindical Mundial (FSM), que fazia o contraponto com a **C**IOLS / Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, à qual a CUT, infelizmente, se filiou e a partir do que começam um pouco os problemas de degeneração do seu ideário inicial.

Esse novo formato da hegemonia burguesa acentuou, portanto, o individualismo, arrefecendo entre nós o espírito corporativo, no sentido positivo da palavra, enquanto o individualismo instalava-se na cabeça de cada trabalhador. Hoje sou assessor de sindicato de trabalhadores da classe operária e vejo como a burguesia, por meio de sua hegemonia ideológica, faz com que cada um hoje se preocupe mais consigo do que com o coletivo. Isso também fez diminuir a força dos sindicatos.

Os sindicatos, pelo fato de não conseguirem conquistar mais direitos, estão perdendo sócios. Por isso, estão tendo que inventar novas fórmulas e até mesmo voltar ao assistencialismo. Tem sindicato instalando médico, dentista, jogo de damas, entre outros, para não perder sócio. É uma situação dramática. Hoje uma categoria, quando acaba uma campanha, pega o INPC/ Índice Nacional de Preços ao Consumidor e não perde nenhuma cláusula, faz festa. Não ganhou nada, mas, pelo menos, também não perdeu.

Além disso, o capital tem promovido a desconcentração industrial, “quebrando a perna”, por exemplo, do ABC[17]. Refiro-me à indústria automobilística, que existe hoje no Brasil todo, enquanto antes só havia em São Paulo, na região do ABC. Por isso, o sindicato já não é tão forte quanto era em 1979. Essa desconcentração industrial tem várias vantagens para o capital. A primeira é econômica, porque ele se aproveita da guerra fiscal para se instalar em estados que dão benefícios absurdos, como não pagar impostos durante dez anos, e também para economizar em salários, porque o salário no ABC é bem mais alto, por causa das conquistas históricas que tivemos a partir de 1978-79. Então, por essa mesma razão, leva-se a indústria automobilística para outro lugar, mas sobretudo porque é uma maneira também de pulverizar a classe operária e fazer com que sua força política se dilua, não tendo nenhum centro produtivo que encabece a luta daquela categoria.

Queria falar ainda das contra-reformas neoliberais do governo Lula, o qual foi eleito para mudar, no entanto aderiu à agenda inconclusa do Fernando Henrique Cardoso, a qual se tornou a agenda do governo Lula. Há, então, alguns enganos que é preciso corrigir. Primeiramente, o seguinte: há todo um rumor em torno da Reforma Trabalhista. Quantas vezes escutamos isso? Estava até tentado a discutir, mas não vou fazê-lo aqui, porque não vem reforma trabalhista, nem ela consiste, de fato, numa reforma, mas sim numa contra-reforma. Em segundo lugar, ela não será trabalhista, mas sindical; e em terceiro, porque ela já vem sendo implementada há muito tempo. Essa reforma vem sendo feita de forma lenta, segura e gradual, no Brasil, desde 1990.

[17] Vale lembrar que o ABC paulista é formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano (N. do E).

O governo Fernando Henrique fez várias reformas sindicais, aos poucos, sem apresentar claramente esse nome, “comendo o mingau pelas beiradas”. Alguns exemplos são: o *contrato de trabalho* no Brasil - Fernando Henrique criou umas quatro modalidades precárias, como o trabalho parcial, enfim. Alguns, felizmente, inclusive, não implacaram; a *questão do banco de horas* – para tanto, devemos nos reportar ao artigo 44 da CLT/ Consolidação das Leis do Trabalho, que, desde o Getúlio, dizia que a hora extra tem que ser paga 50% a mais e a jornada não pode ser mais que oito horas, com apenas, no máximo, duas horas extras. O que o governo Fernando Henrique fez? Permitiu que as horas extras, ao invés de serem pagas em dinheiro, fossem transformadas num banco de horas. O problema é que quem vai decidir o dia que o trabalhador vai gozar suas “horas extras” é o patrão, em função das necessidades da produção. Assim, no momento em que as máquinas dele não tiverem encomenda, ele coloca o trabalhador para gozar férias. Dane-se se os filhos dele não estão de férias. Outro escândalo é que a maioria esmagadora dos acordos estabelece que a *hora extra* do banco de horas equivale a uma por uma. Ora, se ele fosse pagar, não seria 50% mais caro? Então, se fiz duas horas, no meu *banco de horas* tem que constar três horas e não somente duas, porque duas mais 50% das duas, corresponde a mais uma hora. Entretanto, o que aconteceu? Acabou o pagamento das horas extras e eles ainda por cima economizaram.

O pior é que um certo tipo de argumento cínico, às vezes, ainda convence os trabalhadores. Estamos, quem sabe, perdendo a guerra ideológica, porque tem trabalhador que diz: “é melhor assim, pois desse jeito asseguro o meu emprego, visto que, na época em que a empresa não tem nada para fazer, corremos o risco dela nos mandar embora”. Eles estão até se apropriando de um termo sofisticado: a produção em função da sazonalidade. Se é uma fábrica de biquíni, vai produzir mais no verão. Uma fábrica de brinquedos vai produzir mais na época do dia das crianças. De cerveja, no carnaval. No entanto, todas as empresas, mesmo as que não têm sazonalidade, estão usando o banco de horas.

Outra questão que pode assustar o pessoal é a de que luto nos sindicatos contra a participação nos lucros e resultados da empresa. Um dia falei isso numa assembléia, e várias pessoas reagiram, dizendo: “afinal, esse cara está de que lado?” Quando acabei de falar, eles entenderam. A PLR/ Participação nos Lucros e Resultados é uma coisa ideológica, para “vestir a camisa”. Economicamente é ótima para o patrão, porque não incide sobre a verba salarial e também não é incorporada no salário, nem implica em nenhum encargo social. É só dar um exemplo: o que é melhor? mil e duzentos de participação nos lucros ou cem reais de aumento no seu salário? Cem reais de aumento no seu salário, porque aumenta sua hora extra, seu 13º, seu Fundo de Garantia e o seu aumento no ano que vem, tal como uma bola de neve. Já os mil e duzentos reais, não. Assim, depois que inventaram a participação nos lucros acabou o aumento real de salários.

Ainda sobre essa derrota que tivemos, estou tentando convencê-los aqui do seguinte: fiz um quadro de descenso, mas quero também dar uma notícia boa. Estou convencido de que estamos no limiar de um grande ascenso do movimento social, e, sobretudo, dos sindicatos. O que está acontecendo, porém, é que, como esse quadro é muito ruim, muitos começam a subestimar a importância do instrumento sindicato. Pensam que já era, que não dá mais, e até mesmo a central sindical. Começam, então, as polêmicas, com alguma razão, porque nos fascina dar mais importância aos movimentos sociais do que aos sindicatos. Eis a fonte, por exemplo, das divergências da Intersindical em relação à Conlutas/ Coordenação Nacional de Lutas, que consistem no espaço mais novo e privilegiado de unidade que temos hoje no Brasil.

Em que consiste, portanto, a divergência? Nós da Intersindical, achamos que o momento agora é de investir nos sindicatos, porque o movimento está sendo retomado. Temos que desmistificar essa falácia de que a história acabou, assim como a luta de classe ou de que o trabalho não é mais central. Temos que desmistificar também a idéia de que a classe operária e o proletariado diminuíram. Isso é uma falácia que estão colocando na nossa cabeça, para pensarmos em outras coisas. O proletariado não pode ser entendido apenas como o homem de macacão que sujava as mãos de graxa e, às vezes, perdia um dos dedos. Isso pode ter diminuído com o avanço tecnológico, com os novos meios de produção, mas, na prática, o proletariado está aumentando. Os assistentes sociais são um exemplo disso. Os advogados também estão se proletarizando. Eles agora são funcionários de escritórios imensos de três andares. Um faz a petição, outro faz uma outra etapa do trabalho, o terceiro acompanha o tribunal e assim sucessivamente. Os médicos também não são mais aqueles doutores que tinham seus consultórios.

O capital, por sua vez, está aumentando. E quanto aos movimentos sociais, desconfio que, nesse quadro, quem vai crescer na área rural é a CONTAG/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e não o MST/ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a menos que o MST mude. O próprio Stédile[18] já reconheceu, no último congresso do MST em Brasília, que a idéia da reforma agrária[19] – divisão de lotes -, num país em que o agronegócio domina, é insuficiente. Por isso, o MST começa a considerar novas experiências.

Na minha opinião, temos que criar uma central que misture sindicato com os movimentos sociais, com as minorias. Vejam a COB/ Central Obrera Boliviana. Ela não tem nada a ver com o Brasil, pois a Bolívia não tem classe operária. Apenas começa a ter agora, mas é ainda muito pouco. O cobre e o estanho, inclusive, já acabaram. Quem tinha força eram os mineiros. Os *cocaleiros*, por sua vez, não têm nada a ver com traficantes. Eis aqui, portanto, o cerne da divergência Conlutas / Intersindical, que tratamos com o maior carinho, porque, no fundo, achamos

[18] João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST (N. do E.)

[19] *Reforma agrária* consiste numa série de medidas políticas, econômicas e sociais, visando: 1) redistribuir a terra útil, sobretudo a privada, desconcentrando a sua propriedade, a sua posse e o seu uso; e, com isso, 2) permitir a democratização do campo, a defesa e garantia dos direitos humanos, a proteção do meio ambiente, a geração de empregos e a produção de alimentos saudáveis (N. do E).

que, um dia, vão ser uma coisa só. Hoje, porém, isso não é possível, senão seria uma unificação por cima, superficial, açodada, e o casamento tenderia a acabar rápido. Isto porque, se não vivermos essa experiência e não compreendermos as divergências, não as resolveremos bem, realizaremos uma unificação burocrática, de cúpula, que vai estourar de um lado ou do outro. Por exemplo, sentir-me-ia absolutamente preocupado de incorporar uma entidade que não tenha uma central sindical com este nome, no sentido da centralidade do trabalho. Por isso mesmo, esses nomes não podem ser jogados fora, porque são dois achados.

Conlutas é um nome lindo e reflete uma necessidade nossa de uma coordenação nacional de todas as lutas, mas, é claro, que com a *questão sindical* à frente, porque a luta - a não ser que não sejamos socialistas – deve se dar no sentido de uma ruptura com o capital. Então, quem pensar que o capitalismo pode ser simplesmente reformado, não deve entrar na Conlutas nem na Intersindical. Deve ficar na CUT. Mas se acha que deve haver uma ruptura, pode vir para o campo Conlutas-Intersindical.

Estou dizendo isso, mas com todo o respeito que temos pela história da CUT. Vamos ler muito sobre ela nos livros de história, porque, na prática, ela está acabando enquanto central sindical classista. Ela pode vir a ser outra coisa, o departamento de alguma outra instituição ou entidade, pode até continuar se chamando central sindical, mas essencialmente não será mais. Queria, lamentavelmente, falar sobre isso, porque senão fica parecendo que não tenho essa críticas.

Por que que acho que a CUT está acabando como central classista? É preciso dizer que a CUT não se degenera apenas a partir do advento do governo Lula. Ela já vinha se degenerando, quando passa a usufruir da estrutura sindical que ela combatia. (Pode-se dizer, não sem melancolia, que bom ela constatar que não era tão ruim assim, como pensava, quando era oposição). Começa, portanto, a se acomodar, quando privilegia o dinheiro do FAT/Fundo de Amparo ao Trabalhador e não o dos trabalhadores; quando se filia à, já citada, CIOLS**,** uma central internacional com hegemonia do sindicalismo americano; quando opta pelo *tripartismo*[20] e quando começa a parecer com a Força Sindical. Penso que a CUT pode ter ainda uma sobrevida, porque ela vai terminar se fundindo com a Força Sindical, ao passo que a Conlutas vai se unir à Intersindical.

O Lula – Presidente Luís Inácio Lula da Silva - tem um papel e uma grande responsabilidade nisso, na medida em que chamou o presidente da CUT para ser ministro.

[20] Consiste numa estratégia de participação, pós-Constituição de 1988, dos sindicatos em fóruns institucionais de políticas e fundos públicos, em que se fazem presentes também o governo e empregadores, tais como Comissões Tripartite de Emprego, Câmaras Setorias, entre outros. A aposta seria tentar impedir a *focalização das ações*, de corte neoliberal, em curso no Estado Brasileiro, desde a era FHC, por meio da singular capacidade das entidades sindicais em visualizar e dar voz aos interesses coletivos. Há o risco, no entanto, de entidades de perfil burocratizado servirem, nesses espaços, a objetivos de cooptação do movimento sindical (N. do E.).

Cooptou, assim, a CUT, transformando-a numa *corrente de transmissão*[21] do Governo - uma espécie de "departamento de efeitos especiais" no Ministério do Trabalho. Indicou o Carlos Lupi, para "botar no bolso", simultaneamente, a Nova Central Sindical de Trabalhadores / NCST e a Força Sindical, na medida em que o PDT/ Partido Democrático Trabalhista está nas duas. Fechou o ciclo, cooptando todo mundo. Ademais, está instituindo uma Medida Provisória (MP), de forma a dar dinheiro do *imposto sindical* – em relação ao qual a CUT foi historicamente contra - para eles sobreviverem. Ninguém pode subestimar tamanha capacidade.

Então, apesar de tudo o que falei, os ventos começam a soprar a nosso favor, a começar pelo mundo. O imperialismo americano já não é mais o mesmo. Nem na economia, ele não é mais hegemônico. O mundo está ficando cada vez mais multipolar, ou seja, há vários pólos. A China, por exemplo, foge ao meu entendimento, pois é um país que cresce com índices capitalistas e é dirigido por um partido que tem um nome igual ao meu. Aquilo é muito complicado. Mas há ainda a Índia, os Tigres Asiáticos, enfim. O imperialismo americano, portanto, já não é mais hegemônico militarmente. Ele está incrustado no Oriente Médio, onde foi à busca de água, de petróleo e de gás. Para tanto, precisavam criar uma guerra, porque toda vez que a crise econômica bate às portas nos Estados Unidos, eles têm que arrumar uma guerra, que é a maneira clássica de sair da crise e de gerar emprego e renda. Satanizam o inimigo primeiro e depois invadem. O próximo da fila é o Irã, porque eles precisam da guerra. Mas só que dessa vez, como o poderio deles está pequeno, eles estão bem "atolados", com um pé no Iraque e o outro no Afeganistão, mas não saem do Oriente Médio tão cedo.

Gostaria, agora, porém, de dar a minha opinião sobre a polêmica em torno da *organização sindical por ramo de produção ou por categoria profissional*, que é um assunto importante na pauta dos assistentes sociais, e tenho opinião consolidada sobre isso.

Como é o sindicato hoje? É organizado por profissões, o que constitui a pior modalidade de sindicato do mundo. Temos hoje no Brasil mais de 10.000 sindicatos de trabalhadores e uns tantos de patrões. Esses números ninguém tem. A base do sindicato pela Constituição é municipal, mas, na prática, o sindicato pode ser municipal, intermunicipal, estadual, interestadual e nacional, que é o caso dos aeronautas. Gosto, particularmente, desse formato de sindicato nacional. Quanto mais amplo for, melhor, desde que ele não perca a perspectiva de que é preciso manter a ligação com as bases. Pode até ter uma delegacia com esse nome, a qual, inclusive, por funcionar de forma

[21] *Correia de transmissão*: trata-se de uma *metáfora* clássica, oriunda do universo da mecânica de motores e, portanto, do jargão operário, empregada historicamente no debate teórico-político marxista, para definir uma relação de colaboração entre partido no poder / Governo e movimento sindical. Segundo o princípio de emancipação dos trabalhadores e de forma contrastante a esse tipo de prática, o que se pleiteia é uma *relação autônoma*, mesmo que o movimento sindical tenha contribuído para eleger um determinado governo de perfil democrático-popular. Consiste, assim, numa das tensões e contradições mais antigas da esquerda e uma estratégia desabridamente utilizada pela direita para cooptar o movimento sindical. Ver, nesse sentido, a história de participação de outras lideranças sindicais nos governos pós-redemocratização no Brasil. (N. do E.)

bastante ativa, pode vir a ser, essencialmente, “mais sindicato” que muito sindicato. O problema, portanto, não é de nomenclatura.

A outra questão é a seguinte. Existem as federações e as confederações, que é como se dispõe a estrutura sindical brasileira, entre urbanos e rurais, profissionais, categorias, entre outros. Os assistentes sociais, como os demais profissionais que possuem 3º grau – nível superior -, têm ainda sindicatos, pois a Lei fala de profissionais liberais, mesmo se o capitalismo mudou e ninguém mais conseguer ser, de fato, profissional liberal (psicólogo, médico, etc.). Sobrevivem hoje em dia trabalhando para planos de saúde.

Mas de volta ao começo, como eu dizia, o pior de todos é o sindicato profissional, porque é um escândalo essa história de organização apenas pela profissão, pela via da corporação. Vamos aos exemplos: todos os aeroportos do Brasil tinham que ter um sindicato apenas - o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Aéreos -, no entanto eles são quatro ou cinco. O *aeronauta* é o que voa; o *aeroviário* o que vende passagem; o *aeroportuário* é o responsável pela estrutura e os *controladores de vôo* seguram os “incêndios”, quando a responsabilidade maior é do governo Lula. Este último, além do mais, deixou a VARIG[22] minguar e não fez nada. O BNDS/ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social estava “abarrotado” de dinheiro, porém ele não foi mobilizado para intervir no caso VARIG, por causa dos credores internacionais, que não gostariam que ela fosse estatizada.

E se voltarmos para o setor de navegação, pode-se contar uns dez sindicatos dentro do navio: os tais “selos”, motoristas de não sei do quê; “remadores”; “radiotelegrafista” da Marinha Mercante. É claro que os patrões não têm interesse algum na existência de apenas um Sindicato das Empresas Marítimas. Chega-se no porto e depara-se com 14: o homem que *dirige guindaste* é de um sindicato diferente do que *dirige caminhão*. Em Santos, até pouco tempo, havia o Sindicato dos Classificadores de Frutas do Porto de Santos. Tinha também o Sindicato dos Ensacadores de Café e o Sindicato dos Ensacadores de Sal e o Sindicato dos Ensacadores, que eram aqueles que não ensacavam nem sal e nem café. Tinha que ter, no entanto, ao meu ver, um só. Agora, sou radicalmente contra sindicato de 3º grau. Falei isso, por exemplo, para os nutricionistas, na ocasião de uma palestra, que o sindicato deles não devia existir, porque cada nutricionista é de uma categoria ou de um sindicato. Deveriam estar, portanto, organizados e filiados no sindicato de metalúrgicos, ou no sindicato dos bancários, e assim sucessivamente. Agora, para esta estratégia funcionar, todos têm que fazer isso.

Houve uma decisão burocrática da CUT de acabar com os sindicatos de 3º grau, mas não foi levada a efeito, dada a dificuldade de unificar os sindicatos. Como é que se vai criar, por exemplo, o Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro? Para isso, é preciso acabar com 14

[22] Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense (N. do E.).

sindicatos. A dificuldade está justamente aí: no “aparelhinho”[23]. As pessoas não querem perder certos privilégios, como passagens de avião para Brasília, cartões onde está escrito presidente, secretário do Sindicato “X” ou “Y”, ou seja, trata-se de um “poderzinho”. Temos, portanto, que conquistá-las politicamente para um outro projeto e cultura de organização política sindical. Não tem nada a ver, nesse sentido, um sindicalista por natureza como eu, alguém formado em sindicatos e que continua acreditando em sindicato ser sócio do Sindicato dos Advogados. Recuso-me. Pergunto, então, para o presidente: qual é a data-base? Quando é a nossa assembléia? E a nossa greve? Esse tem que ser o critério, do contrário é puro elitismo. No Rio de Janeiro, o elitismo e o divisionismo são tão grandes, a ponto de existir o Sindicato de Auxiliar de Enfermagem, separado do Sindicato de Enfermagem, simplesmente porque os enfermeiros – membros deste último - fizeram faculdade.

Pergunta-se, então: onde isso vai parar? Temos que acabar com essa dispersão, mas devagar, porque não pode ser artificialmente. Temos que vencer essa cultura. Vocês, assistentes sociais, vão também ter que encontrar uma mediação, porque o Conselho (CRESS e CFESS) não pode ser um instrumento de luta. Ele é instrumento de regulação. Sei que o de vocês é dos mais combativos no Brasil, mas tem essas limitações. Tem dinheiro público, Tribunal de Contas e não é da natureza dele, enfim.

Penso que vocês têm que criar algo próprio da categoria dos assistentes sociais. Não precisa chamar de sindicato, porque só merece esse nome uma entidade que tenha como adversário o patrão e que tenha como perspectiva a luta entre o capital e o trabalho. Mas por que não chamar de federação, de associação ou de união? Enfim, é preciso encontrar um jeito de também terem um instrumento para lutar e para ajudar a luta, que não precise, necessariamente, ser ou se chamar sindicato. Outra coisa a fazer é cada assistente social virar sócio do sindicato onde trabalha, porque é lá que está a luta de classes.

Denise Mota Dau

CUT Nacional

Agradeço, em nome da Central Única dos Trabalhadores - CUT, o convite para vir aqui fazer esse debate, que é histórico e tão intenso entre nós, assistentes sociais.

Inicio a minha exposição, com uma tela, a qual mostra que, no dia 15 de agosto, a CUT levou milhares de trabalhadores às ruas de Brasília. Lutando pelo quê? Lutando contra o projeto de fundações e estatais, lutando contra o PLP 01/2007 - projeto de lei complementar que limita os gastos do orçamento com a contratação de servidores federais -, lutando pela redução da jornada

[23] Conferir nota 2.

de trabalho no Brasil, lutando pela negociação coletiva e direito de greve dos servidores públicos e lutando pela manutenção do veto presidencial à Emenda 3.

A Emenda 3[24] tira o poder dos fiscais do trabalho de fiscalizar relações fraudulentas e ilegais de trabalho. Por isso, o presidente Lula vetou essa emenda. Nossa mobilização do dia 15 foi justamente pela manutenção do veto e contra diversas propostas que estão tramitando no Congresso Nacional, as quais configuram ameaças de retiradas de direitos.

Nessa pauta, havia, ainda, a defesa de uma previdência pública, com controle universal, e o posicionamento pela manutenção e ampliação de direitos. Portanto, a CUT continua firme na luta e levando milhares de trabalhadores e trabalhadoras às ruas.

Passo agora, então, a falar, de forma breve, sobre a história da organização dos trabalhadores, pois, para chegarmos no debate do Serviço Social, temos que olhar o conjunto da organização da classe trabalhadora. Para começar, é importante dizer que a luta não é somente sindical, mas é uma luta de resistência, a qual possui uma longa trajetória. Foram 300 anos de trabalho escravo no Brasil, por exemplo, combinados às lutas emancipatórias dos negros. A luta, enquanto organização sindical, acontece, assim, bem posteriormente, mas a resistência no Brasil contra a dominação remonta à vinda dos negros para o Brasil.

Depois, entre 1880 e 1910, chegam ao Brasil quase um milhão de imigrantes italianos, entre outras etnias, trazendo para o Brasil o acúmulo da organização sindical dos países europeus. O movimento organizado dos trabalhadores brasileiros passa a contar, portanto, com a participação de comunistas, socialistas e anarquistas. Temos, então, uma forte influência, na nossa organização sindical, do sindicalismo italiano, marcado pela presença dos imigrantes e, por isso também, pelo anarcosindicalismo e comunismo. Em 1906, o Congresso Operário Brasileiro decide criar a COB – Confederação Operária Brasileira, primeira central sindical do Brasil, junto à qual os sindicatos se organizam de forma livre e não institucional.

Com a ditadura Vargas, de 1930 a 1937, o Brasil industrializa-se e altera estruturas, iniciando um processo de modernização e consolidação de um Estado nacional forte, atuante em todas as relações da sociedade. É o período em que se estrutura o Estado brasileiro. É criada uma sólida união entre Estado e empresários, no âmbito do conflito capital e trabalho.

---

[24] Cf. « "No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta Lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial". Para maiores informações a respeito, ver o link : http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9858. Acessado em 26/02/2009. (N. do E.).

Em 1930, um decreto do Presidente Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho. Em 1931, o ministério cria leis para disciplinar o registro de sindicatos, a unicidade sindical, o enquadramento sindical, o imposto sindical, o poder normativo da justiça do trabalho, o estatuto dos sindicatos e a consolidação das leis do trabalho.

Entre 1931 e 1943, são criadas, assim, algumas leis que atendem às reivindicações trabalhistas, enquanto o governo reprime e extermina as lideranças mais combativas, atrelando definitivamente os sindicatos ao governo. Essa medida choca-se justamente com a modalidade de sindicalismo que vinha se construindo no Brasil com sindicatos livres e autônomos, pela influência da luta dos trabalhadores italianos, que, na Itália, haviam enfrentado a "carta Del Lavoro" (1927)[25] do fascismo italiano de Mussolini. Tais sindicalistas italianos ajudaram-nos a construir aqui sindicatos livres e a enfrentar a intervenção do Estado na nossa organização. Houve, desse modo, muita influência dos imigrantes italianos em nossa história sindical. Porém, na década de 30 inicia-se um processo de forte intervenção nos sindicatos. Por essa razão, desde então, fazemos o debatemos sobre a importância de uma reforma sindical democrática. No entanto, a pauta que a CUT negociou recentemente no Fórum Nacional do Trabalho - e que pretende que seja aprovada no Congresso Nacional, para que possamos avançar rumo a um sindicalismo livre e autônomo - estruturou-se, de fato, na década de 40.

Quando falamos, então, em reforma sindical, referimo-nos à necessidade de quebrar essa intervenção do Estado na unicidade sindical. O que é unicidade sindical? É uma determinação política e legal do Estado que diz que só podemos nos organizar em uma categoria profissional e num mesmo município. O imposto sindical, como o próprio nome já diz, é uma contribuição compulsória, que os trabalhadores são obrigados a pagar para os seus sindicatos e não uma contribuição livre, consciente, através do processo de sindicalização, por meio da qual aquele trabalhador ou trabalhadora, filiado, acredita que deve ajudar a manter o seu sindicato. Dali deriva também o poder normativo da justiça do trabalho, que estipula uma data-base para o dissídio coletivo, em detrimento de um processo de negociação democrática. Fez-se uma campanha salarial, não se chegou a nenhum acordo, a justiça julga e ponto final.

Portanto, são esses os três pilares - ou o tripé como costumamos falar - da intervenção do Estado na nossa organização sindical: 1) a imposição da unicidade sindical, dizendo como podemos nos organizar; 2) o imposto sindical, determinando uma contribuição compulsória aos trabalhadores; e 3) o poder normativo da justiça do trabalho. Logo, quando se fala em reforma sindical democrática, segundo a concepção da CUT, trata-se da luta para quebrar esse tripé.

---

[25] A *Carta del Lavoro*, de 21 de abril de 1927, subordina o mundo da produção ao poder do Estado, isto é, à preeminência do interesse da produção nacional, o que leva à criação, por exemplo, do sindicato único como órgão estatal. Trata-se de uma legislação vinculada a uma variante particular do *estatismo* – o corporativismo fascista -, o qual tecia, em conjunto, a política social e a política econômica, na tentativa de representar uma *terceira via*, no caso, marcada pela colaboração de classes. Vale dizer que a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho (1943) é baseada na carta "Del Lavoro". (N. do E.).

O golpe militar de 64 vem e, com ele, traz as intervenções em sindicatos, feitas pelo Ministério do Trabalho, mais cassações e perseguições a dirigentes sindicais, ausência de negociações coletivas, baixo nível de participação política e filiações.

Os sindicatos buscam, porém, ao longo dos anos 70, retomar as lutas. A década de 80, por sua vez, inaugura com a deliberação em favor da autonomia sindical durante a primeira CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras -, realizada em 1981, na Praia Grande (SP). Após o período da ditadura militar, encerra-se, portanto, uma importante etapa da luta pela democratização do país, de maneira que a luta pela liberdade e autonomia sindical retomam a pauta da agenda sindical.

Nesse sentido, vale a pena destacar que o *princípio fundamental* que rege historicamente o debate e a deliberações da CUT a esse respeito aponta que os sindicatos, para atingirem suas finalidades e poderem se constituir em um instrumento de representação autêntica dos trabalhadores, devem ser livres e autônomos, não só em relação ao Estado, como também em relação aos partidos políticos e a credos religiosos.

O *debate da autonomia*, portanto, sempre esteve presente na história e na luta sindical no Brasil. O que une os trabalhadores em torno dos seus sindicatos são as contradições de classes com o patronato. Sua luta comum dá-se contra a exploração e por melhores condições de vida, independentemente de suas convicções religiosas, políticas ou ideológicas.

No início da década de 80, dando continuidade a essa luta e marcando o que chamamos de um *novo sindicalismo* no Brasil, nasce a CUT, buscando construir um *sindicalismo democrático, autônomo e de massas*, de acordo com os princípios da luta pela liberdade e autonomia sindical. A perspectiva era que essa luta, pela construção de uma nova autonomia sindical no Brasil, pudesse, à margem da legislação, aglutinar os trabalhadores.

Lutávamos, assim, também por uma democracia no movimento sindical e contra um sistema sindical tutelado, desde a década de 1930, pelo Estado; um sistema a pedido dos empregadores e inspirado no regime fascista italiano. Portanto, a CUT nasce e se consolida, como a maior central sindical do Brasil, com essa marca e história de lutas. Hoje a CUT representa dezenove milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Ela é a 4ª maior central sindical do mundo e a maior da América Latina.

Diz-se à margem da lei, porque, até bem pouco tempo quando se falava em unicidade sindical, não existia a figura da central sindical[26]. Em outras palavras, a estrutura sindical corporativista no Brasil não reconhecia, segundo os termos de sua legislação, a *central sindical* como uma figura legal e juridicamente reconhecida. Essa foi uma luta que durante muito tempo

[26] Em 08/05/2006, o Presidente Lula reconheceu, através de Medida Provisória, as centrais sindicais. Cf.: http://www.observatoriosocial.org.br/portal/index.php?option=content&task=view&id=755&Itemid=115. Acessado em 26/02/2009. Posteriormente, foi redigido um projeto de lei - PL 1.990/07 que propunha o reconhecimento legal das centrais sindicais, o qual, após o devido trâmite, foi aprovado em 11 de março de 2008, dando lugar à Lei 11.648/2008, publicada em 31/03/2008. (N. do E.).

travamos, mesmo sob o Governo Lula. Foi feito um acordo agora, com o governo recentemente, para que as centrais sindicais, de acordo com critérios de representatividade, sejam reconhecidas legalmente, mas isso ainda não foi aprovado.

O exemplo dessa luta junta-se, portanto, à luta por liberdade e autonomia sindical, que vem desde a Era Vargas. O debate da democratização das relações de trabalho e da organização sindical do Brasil relaciona-se, assim, historicamente com a luta pela alteração da estrutura sindical. Por que a demora em reconhecer as centrais sindicais? Porque a estrutura sindical – de inspiração fascista, criada nos anos 30 - tem uma visão corporativista, logo, segundo ela, só pode haver sindicatos, federações e confederações, representando as categorias profissionais. Não poderia, então, haver uma entidade nacional classista, como as centrais sindicais, que representasse os interesses gerais da classe, no momento da negociação do salário mínimo, da negociação da reforma da previdência, da luta pela ampliação de direitos, das negociações gerais, da luta pela redução da jornada de trabalho, entre outros. Do ponto de vista legal, isso não existia como uma possibilidade e responsabilidade das centrais sindicais, não só no caso da CUT, mas no de todas as demais, que anteriormente também realizaram um acordo coletivo nacional sobre o tema.

Até então, os acordos realizados, como, por exemplo, o da valorização do salário mínimo, realizado entre as centrais sindicais e o governo federal, possuíam apenas um caráter político. Organizávamo-nos, pressionávamos, mobilizávamo-nos o tempo todo, fazíamos diversas ações, tanto nos estados quanto em nível nacional, mas, no final, selávamos um acordo político, verbal, a ser encaminhado para o Congresso Nacional. Do ponto de vista legal, porém, as centrais sindicais não podiam fazer negociação, nem entrar com ADIN – (Ação Direta de Inconstitucionalidade), por exemplo. Então, muitas vezes a CUT queria entrar com ações de inconstitucionalidade, em relação à retirada de direitos, como, por exemplo, a alteração da Emenda 19 acerca da contratação de trabalhadores no setor púbico, enquanto CLT e não estatutários, no entanto, somente quem podia entrar com esse tipo de ação eram as confederações ou os partidos. As confederações filiadas à CUT, que são oficiais, como a CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, muitas vezes entravam com ADINs par ajudar a Central, porque legalmente não tínhamos essa prerrogativa. É importante, a nosso ver, ficar clara essa luta pelo reconhecimento das centrais sindicais.

No 2° CONCUT – Congresso Nacional da CUT, realizado em 1986, no Rio de Janeiro, o que a CUT - criada há apenas 3 anos - define e delibera quanto à organização sindical? Estabelece-se ali que o sindicato será organizado por ramo de atividade econômica, tendo com meta a aglutinação de atividades afins. Na medida do possível, a organização sindical deveria ampliar a sua base geográfica, visando à desmunicipalização dos sindicatos. Os sindicatos poderiam criar, de acordo com as suas necessidades, mecanismos específicos, para tratarem de problemas específicos. Os trabalhadores criarão, assim, suas formas de organização desde os

locais de trabalho até os seus órgãos máximos. Portanto, a CUT nasce, já fazendo o debate da organização, a partir do local de trabalho.

Esse é o debate geral que os trabalhadores com a *concepção cutista* vieram fazendo. Mas e os trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Social - os assistentes sociais -, que debate faziam na época? Primeiro, estavam participando ativamente da Assembléia Nacional Constituinte, lutando pela: democratização do Estado, ampliação da cidadania, consolidação de direitos sociais e implementação de uma política de seguridade social que articulasse saúde e previdência e assistência social, e debatiam também os rumos da sua organização sindical. Portanto, paralelamente à construção e consolidação da CUT, os assistentes sociais participavam ativamente não só do debate da sua organização sindical, mas também daquele sobre a implementação de uma política de seguridade social, que articulasse saúde, previdência e assistência social. Interferiam e elaboravam propostas para as políticas públicas, em especial, da seguridade social.

Em 1988, a Constituição reconhece a seguridade social como uma política de Estado, apontando para a universalização de direitos. Por que apenas apontando? Porque para a consolidação e universalização da política de seguridade social faltava e ainda falta muito. Ainda há muita luta, desde a regulamentação de algumas questões até efetivamente se conseguir consolidar o controle social, pelo qual historicamente lutamos. Mas a Constituição marca um grande avanço, estabelecendo parâmetros para a democratização do Estado.

E o que a Constituição de 1988 indica em relação à organização sindical? Ela retira da lei os aspectos mais explícitos de *controle* sobre os sindicatos, tais como o estatuto padrão, a obrigação assistencialista e a obrigação do registro sindical e de lista de sócios. Permite a organização dos servidores públicos que, até então, se organizavam como associações, pois não tinham direito à organização sindical, mas não regulamenta a greve no setor.

A Constituição garante o direito de organização e de greve para os servidores públicos, porém não regulamenta esse direito de greve. Desse modo, até hoje, esse direito ainda não foi regulamentado. Por isso, toda vez que uma greve do setor público vai para a justiça - e ela vai com freqüência -, ela é julgada ilegal e os sindicatos sofrem multas diárias. Ademais, ela deixa um vácuo bastante grande, na medida que não garante o direito de negociações coletivas para os servidores públicos. Logo, os servidores públicos também não têm até hoje, o direito ao contrato coletivo, nem à negociação coletiva. Como servidora pública estadual e assistente social da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, posso dizer que passamos, enquanto servidores, a ter o direito de organização sindical, mas sem um direito básico, que é o *direito de negociar*. As negociações, em geral, acontecem depois de 60 ou 70 dias de greve, mas são “raras e honrosas” as exceções de experiências de mesas de negociação coletiva para os servidores públicos. Muitas vezes, acordos são fechados nessas mesas, mas não são cumpridos, justamente porque não é um direito regulamentado.

Por isso, na marcha do dia 15 de agosto[27], um dos eixos da CUT era a luta pela negociação coletiva e direito de greve para os servidores públicos, porque além de não termos o direito à negociação coletiva, estamos enfrentando muitos ataques ao direito de greve nos serviços públicos. Diversos articulistas, membros dos governos, têm feito declarações, para cercear ou tentar retirar o direito de greve dos servidores públicos, só que eles não pensam numa questão que antecede o direito de greve, que é o *direito de negociar* até a exaustão, para não seja preciso realizar uma greve. Isso não está garantido, por isso há tanta greve no setor público. A Constituição manteve ainda o princípio da unicidade, o imposto sindical e o poder normativo da justiça do trabalho, o que significa que, mesmo a Carta Constitucional de 88 não procedeu a avanços mais substantivos quanto à nossa organização sindical.

No final da década de 80, Collor é eleito e se iniciam, nos anos 90, as reformas neoliberais dos direitos sociais e trabalhistas. Então, ao mesmo tempo, que temos uma Constituição progressista, que avança no sentido da articulação de uma política de seguridade social, da democratização do controle do Estado e da ampliação de direitos, ao mesmo tempo, tem-se no mundo uma onda neoliberal e no Brasil, é eleito o governo Collor.

Quais são as reformas neoliberais dos anos 90, em relação aos direitos sociais e trabalhistas? São várias: o trabalho por prazo determinado, as terceirizações, as cooperativas de trabalho, a remuneração variável, a suspensão temporária do contrato de trabalho, o trabalho em tempo parcial e temporário, as privatizações do patrimônio brasileiro e das políticas públicas, e, globalmente, a visão de Estado mínimo. Portanto, contra todos aqueles avanços que conseguimos, com mobilização e organização política, assegurar na Constituição de 1988, implanta-se no país um projeto neoliberal, apoiado numa concepção de Estado mínimo. Em outras palavras, o Estado não precisa mais se responsabilizar pelas políticas de inclusão social, o que requereria um Estado forte que promovesse a universalização de direitos. Basta, portanto, que o Estado seja mínimo e oferaça os serviços públicos essenciais, alguns dos quais podem, inclusive, ser prestados, por outros tipos de entidade, não necessariamente públicas. Surge aí a visão *bresseriana*[28] do público como algo não necessariamente estatal, o que equivale a dizer que a prestação do serviço é de natureza pública, porém a instituição não necessariamente é uma instituição da administração direta e pública.

---

[27] Cf. http://www.cut.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2622&Itemid=170. Acessado em 27/02/2009. (N. do E.).

[28] Diz-se do projeto de *reforma regressiva do Estado*, defendida por Luiz Carlos Bresser-Pereira – ex-Ministro da Fazenda (1987) do Gov. Sarney e Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado, durante todo o primeiro mandato do Gov. Fernando Henrique Cardoso (1995-98) -, a qual limita o crescimento do Estado, sobretudo quanto à prestação de serviços vinculados à garantia de direitos sociais, por meio de mecanismos como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Bresser-Pereira propôs ainda a exploração do setor social por grupos privados, no afã de conciliar lógica de mercado e finalidade pública. (N. do E.).

Quando falamos em privatização do patrimônio brasileiro, um grande exemplo que pode ser citado é o da da companhia Vale do Rio Doce. Já vi, posteriormente, várias companheiras assistentes sociais distribuindo material, empenhadas na realização de um plebiscito pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce, que privatizou a empresa na década de 90.

As greves, naquela época, foram tratadas com julgamentos e pesadas multas aos sindicatos, contrariando as normas da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Quem se lembra da grande greve dos petroleiros em 1995, a qual teve intervenção no sindicato, demissão da diretoria da FUP – Fundação Única dos Petroleiros, enfim, uma série de retaliações e repressão à organização sindical? O *interdito proibitório*, instrumento jurídico da legislação civil, era usado amplamente para impedir os sindicatos de realizarem assembléias, piquetes ou mesmo se aproximarem dos locais de trabalho, durante uma paralisação.

Esse interdito proibitório, até hoje, é usado. O que é esse interdito? É uma legislação, que não é sindical, de proteção ao patrimônio. Os banqueiros, por exemplo, usam muito; no comércio, ele também é muito usado. Através dessa ação jurídica, patrões e proprietários conseguem liminares de proteção ao patrimônio. Então, o sindicato não pode se aproximar, tem que ficar a uma distância mínima de "x" metros do local de trabalho, porque a alegação é de ameaça ao patrimônio. Nesse caso, não tem piquetes, não tem assembléia, não há condições de convencer o trabalhador, de que ele tem que fazer greve, pois os sindicalistas não podem se aproximar do local de trabalho. É, como se pode ver, um expediente bastante utilizado para reprimir a organização sindical, até hoje.

Nesse processo de enfrentamento das reforma neoliberais, portanto, vem à tona todo um debate bastante candente na Central Única dos Trabalhadores sobre como melhorar e fortalecer a nossa organização sindical, simultaneamente à implantação de políticas neoliberais. Em 1991, o 4º CONCUT, realizado em São Paulo, aprova a implementação de 18 ramos de atividades, entre eles o da seguridade social. Em 1994, a 6ª Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais delibera pela inserção dos assistentes sociais da categoria no ramo de atividade.

Houve muitas dificuldades nesse processo de organização por ramo, com muita disputa interna e dificuldade de unificação dos sindicatos, não só entre as assistente sociais, mas disputas no movimento sindical com um todo, nos diversos ramos de atividade. Muitas vezes, um sindicato é dirigido por uma força política "X", o outro pela força política "A", e ambos representam praticamente a mesma categoria, mas não têm interesse em se unificar, porque perde-se poder, espaço, etc., isto sem falar nas dificuldades internas a cada categoria. Muitas vezes também os sindicatos gerais não conseguem responder às demandas específicas, ou seja, não conseguem olhar e elaborar políticas para as demandas específicas das categorias. Há, ao mesmo tempo, um corporativismo muito forte, porque a nossa cultura sindical, desde a década de 30, é corporativista, sendo dotada de uma legislação, que, como disse anteriormente, não ajuda. Pelo contrário, impõe a fragmentação, a pulverização e a divisão em categorias profissionais. No entanto, o objetivo da

decisão de organização por ramo de atividade era justamente superar a fragmentação e atualizar a estratégia político-organizativa.

Ao mesmo tempo, as reformas neoliberais iam avançando. Qual o resultado de tais reformas? Algumas de suas principais consequências foram: a fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora, o aumento da terceirização e a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e da informalidade, com cerca de 52% da população economicamente ativa na informalidade, maiores exigências de especialização e escolarização, sem o correspondente incremento salarial, redução dos postos de trabalho, o enfraquecimento do sistema de proteção social, a diminuição do poder de pressão dos trabalhadores. Os sindicatos por categoria fracionam-se cada vez mais, são fundados por subdivisões. Surgem, assim, cerca de 600 sindicatos ao ano, mas, às vezes, tudo não passa da subdivisão de uma mesma categoria profissional. A unicidade impede, na prática, que categorias subdivididas se reunifiquem, da mesma forma que o imposto sindical criou e sustenta sindicatos sem sócios e que não representam, de fato, os trabalhadores.

Que dados temos no Brasil quanto ao número de sindicatos, só para termos uma idéia da fragmentação? Na época da Constituinte em 1988, tínhamos um total de 9.120 sindicatos; hoje, eles são 15.961. De trabalhadores, éramos 5.980, porque esse total abrange também os de empregadores. Então, os sindicatos de trabalhadores eram 5.980 em 2001, e de acordo com a última pesquisa sindical do IBGE, eles são hoje 11.416 sindicatos. Portanto, a nossa fragmentação é enorme, cada vez mais vamos nos dividindo em sindicatos pequenos, obviamente, com pouco poder de organização, de representação, de mobilização e de negociação diante dos empregadores. Entre 2002 e 2004, foram emitidas, pelo Ministério do trabalho, 1.013 certidões novas de registro sindical e, nesse mesmo período, foram feitos 4.547 pedidos de registro, sendo criado em média 1 (um) sindicato por dia.

Em junho de 2005, segundo o último balanço do Ministério do Trabalho, que consiste num levantamento diferente da pesquisa sindical do IBGE, tínhamos 23.077 sindicatos no país, entre patrões e trabalhadores. Fora isso, havia 5.529 novos pedidos de registro, mais 2.876 pedidos de alteração estatutária, o que perfaz, portanto, um total de 8.405 registros em análise.

Quanto aos servidores públicos no Brasil, é interessante colocar esse dado, são, ao todo, 1.707 sindicatos de servidores: 66% com abrangência municipal, 25% estadual, 8% inter-estadual e somente 1% com abrangência nacional. A maioria dos sindicatos possui, assim, uma abrangência municipal. 62% dos sindicatos, no setor público, têm até 500 filiados; 17% ente 500 e 1.000; 17,5% entre 1.000 e 5000 filiados, e somente 3% dos sindicatos do setor público têm mais de 5.000 filiados. Esse quadro demonstra claramente a nossa fragmentação.

Trouxe alguns exemplos interessantes e engraçados de sindicatos que estão pedindo registro no Ministério do Trabalho, como: Sindicato dos Proprietários de Veículos Escolares do Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Proprietários de Veículos Escolares do Município de Porto Alegre; Sindicato Portoalegrense de Proprietários de Veículos Escolares (três diferentes no

mesmo ramo e estado); Sindicato das Empresas de Desmanche de Veículos e Comércio de Peças Recuperadas; Sindicato dos Empregados em Empresas de Desmanche de Veículos (é, no mínimo, curioso que, nesse caso, o endereço seja o mesmo para o Sindicato das *Empresas* e para o Sindicato dos *Empregados em Empresas* desse ramo); Sindicato Nacional dos Proprietários de Veículos Automotores; Sindicato dos Ministros de Cultos Religiosos Evangélicos e Trabalhadores Assemelhados no Estado de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores nas Profissões de: Administrador de Empresas, Advogados, Bibliotecário, Contador, Dentista, Economista, Engenheiro, Jornalista e Médico (só que se trata dos médicos nos portos e hidrovias no estado do Rio Grande do Sul, e não de todos os médicos, o que provoca uma subdivisão no sindicato dos médicos). Como é que esses sindicatos sobrevivem? Eles funcionam a partir da cobrança de taxa compulsórias.

Vejamos dois exemplos, que são os Sindicatos das Secretárias. Durante dois anos seguidos, vamos ver que, mesmo que a categoria tenha tido um reajuste inferior em 2007, relacionado ao de 2004, a contribuição assistencial é a mesma. São cobradas 04 parcelas de 3% sobre o salário da secretária em 2004, quando ela teve 5.64% de aumento, e também, em 2007, quando ela teve 3.44% de aumento. São 04 parcelas de 3% sobre o salário da secretária, junto com o imposto sindical, mais a contribuição federativa. Esses sindicatos pequenos mantêm-se, então, dessa forma. Por quê? Porque é pequeno o número de sócios, mas é grande a base que, em tese, ele representa. Como a contribuição assistencial federativa e o imposto são descontados do conjunto da base, seja ela sindicalizada ou não, os sindicatos podem se manter, sem fazer campanha salarial, sindicalização e etc. Por tudo isso, a CUT dá continuidade e busca consolidar a sua luta, baseada nos seguintes *princípios*: defesa da liberdade e autonomia sindical; organização dos sindicatos por ramo; direito à organização no local de trabalho e direito à negociação.

É preciso dar um corte histórico e relembrar que, em 2000 foi criada a Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS. Nesse debate da organização sindical, portanto, as assistentes sociais não ficaram paradas. Foi feito esse debate, que é bastante polêmico até hoje. É importante que aprofundemos aqui, se havia necessidade ou não da retomada da FENAS, mas, enfim, ela foi retomada e é filiada à CUT. Qual o papel, então, que a FENAS pode desenvolver, no sentido de fortalecer a organização sindical dos assistentes sociais, no sentido de não pulverizar ainda mais a luta, mas no de fortalecer, essa concepção por ramo?

Alguns *desafios organizativos* postos à CUT e aos seus filiados são: implementar uma reforma sindical democrática no próximo período; ampliar a luta pela superação da estrutura sindical corporativista, fracionada em categorias, avançando no debate da unidade e fusão de entidades por ramo; realizar negociações por ramo e setor; e impulsionar a constituição e consolidação de estruturas nacionais por ramo de atividade. No que se refere à organização pela base, cabe fortalecer a luta pela organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, que é uma luta histórica da Central Única dos Trabalhadores. Temos muito acúmulo, vale dizer, nas

Comissões de Fábrica e Comissões de Organizações por Local de Trabalho. Outros desafios ainda são: combater as práticas antissindicais, ampliar a representatividade dos sindicatos, conquistar, finalmente, a liberdade e autonomia e o fim da intervenção do Estado na organização sindical, mais a independência de partidos políticos, patrões e governos.

A CUT continua, então, lutando e elaborando permanentemente. Foi para o Fórum Nacional do Trabalho defender essas propostas, tendo uma parte delas sido incorporada naquela PEC 369 (Proposta de Emenda Constitucional) e no anteprojeto de reforma sindical, para que se consiga realmente consolidar um sindicalismo classista, democrático e de massas.

Dentro desse debate do sindicalismo classista, democrático e de massas, os assistentes sociais têm um papel fundamental, seja na elaboração de políticas públicas, seja na sua organização sindical, e também dentro da CUT. Não é à toa que, nessa mesa, a representação do CONLUTAS e a representação da INTERSINDICAL não são compostas por assistentes sociais, mas por companheiros de outras categorias profissionais, pelos quais temos muito respeito. Isto se dá porque os assistentes sociais optaram, ao longo da história, por se organizar na Central Única dos Trabalhadores. Dos 07 sindicatos de assistentes sociais hoje existentes e regularmente inscritos, 05 são filiados à CUT. Fora isso, no SINDSAUD, no SINDSPREV, nos sindicatos de educação, nos sindicatos gerais, que são filiados à CUT, têm muitas assistentes sociais na presidência, na direção e em diversos outros espaços, porque a *identidade dos assistentes sociais* foi se consolidando, concomitantemente à sua organização sindical, à sua visão e luta contra o Estado mínimo, mais suas lutas por políticas públicas, por uma política de seguridade social, que traga direitos universais e fortalecimento do controle social, via Central Única dos Trabalhadores.

Temos muito orgulho de representar as assistentes sociais, seja nos sindicatos gerais ou nos sindicatos específicos. E sabemos que essa identidade se fortalece a cada dia, assim como a CUT cresce a cada dia, a cada mês e se consolida como a principal central sindical, no processo de disputa, frente a um governo em construção, na sociedade atualmente. Trata-se de um processo de disputa com o capitalismo, com os empresários e com os empregadores, buscando fazer com que as políticas que historicamente defendemos - para transformar esse país - se consolidem.

A CUT tem, assim, muito orgulho de representar o conjunto das assistentes sociais. Eu, como assistente social, membro da Executiva Nacional da CUT, testemunhei e fiz parte dessa história e espero, que continuemos avançando juntos.

Angela Amaral

Profa. UFPE

Gostaria de saudar os participantes do 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS, na pessoa da presidente do CFESS, Elizabete Borgianni e a Diretoria do CRESS do Rio Grande do Norte, que

nos acolhe. Saúdo, também, os componentes da mesa: Marcelo Braz, na coordenação do debate, José Maria de Almeida, representante da CONLUTAS, Ivan Pinheiro, da INTERSINDICAL, Denise Mota, da CUT, e Janaína Duarte, do CRESS/RN.

Agradeço a todos o convite para ser debatedora de um tema que tem uma pertinência estratégica para as lutas sociais no contexto de reestruturação capitalista e de desmonte dos direitos e da organização das práticas políticas dos trabalhadores. É um tema de suma importância também para o Serviço Social, haja vista os desdobramentos que assume a reforma do Estado brasileiro, deflagrada no governo Fernando Henrique Cardoso e aprofundada pelo atual governo, de Luiz Inácio Lula da Silva. Tais desdobramentos expressam-se nas chamadas *contra-reformas* em curso, dentre as quais destaco as reformas do ensino superior, a previdenciária, a trabalhista e sindical; todas com um impacto significativo na profissão e nos processos sociais por ela historicamente construídos.

Penso é um passo decisivo trazer essa temática para a discussão no Conjunto CFESS/CRESS, num momento em que alguns setores de trabalhadores se aglutinam no interior de uma programática que fratura as identidades de classe. Organizam-se, nesse sentido, em um campo político que não permite ultrapassar a dimensão econômico-corporativa. Outros segmentos, felizmente, buscam alternativas de resistência com base em formas contemporâneas de organização, que apontam para a articulação das lutas com setores que expressam a heterogeneidade e, pode-se dizer, novas potencialidades, da classe trabalhadora na atualidade, mesmo com todas as suas particularidades, tensões e contradições.

Esta conjuntura, debatida na mesa de abertura do Encontro, dá-nos a oportunidade de recuperar historicamente os processos de luta e os avanços que obtivemos no âmbito da organização política da profissão, materializados na construção do(a)(s): código de ética, projeto ético-político profissional e diretrizes curriculares. Essa história, vale lembrar, fez-se sob uma direção estratégica orientada pela tradição marxista, com vistas a melhor decifrar a realidade social, podendo, assim, reconhecer, na contradição entre capital e trabalho e na luta de classes, as bases e o ambiente sobre os quais se organizam novas formas de exploração, mas também de intervenção profissional. Pode-se dizer que tal intervenção é mediada pela condição de sermos profissionais assalariados subordinados às determinações dos processos mais gerais que a dinâmica da sociedade impõe aos trabalhadores.

Na condição de debatedora, gostaria de dialogar com os expositores e seus respectivos projetos de representações para as classes trabalhadoras e, a partir daí sinalizar questões capazes de contribuir para a construção, de fato, de uma unidade das lutas dos trabalhadores. Nosso objetivo é não perder a perspectiva do que nos particulariza enquanto profissão, mas, acima de tudo, não perder de vista os vetores estratégicos que nos vinculam a um projeto social mais amplo, condensado no projeto ético-político profissional.

Como ponto de partida, abordaremos o que nos foi apresentado pela CUT/Central Única dos Trabalhadores, central da qual participamos. Pertenço a essa geração, como muitos dos que aqui estão, tendo, inclusive, alguns da nossa categoria sido participantes diretos da sua fundação. Mantivemos com a CUT, em particular ao longo da década de 80, uma relação estreita e orgânica de apoio às suas lutas e encaminhamentos de enfrentamento e resistência às conjunturas dos diversos governos.

Em 1985, por exemplo, nossa posição, expressa no II Fórum da Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS, foi contrária à Nova República, por entender que se tratava de um projeto forjado "pelo alto". Ademais, representava um retrocesso do ponto de vista dos interesses das classes trabalhadoras, dada a sua referência no modelo econômico dominante à época, o qual aprofundava as desigualdades e se colocava cada vez mais subordinado aos países capitalistas centrais, resultando, mais tarde, no que muitos intelectuais qualificaram, pelo viés econômico, de uma "década perdida".

Tentarei mostrar a trajetória da CUT no cenário histórico das grandes lutas travadas nos anos 80, mais as inflexões operadas por essa Central, que levaram significativa parte dos trabalhadores, oriundos dos seus quadros de direção e da base, a optar, nos anos 2000, pela construção de outras alternativas de organização dos seus interesses. Pretendo trabalhar um pouco o panorama dos desafios de reorganização das classes trabalhadoras na sociedade brasileira, na perspectiva de que os assistentes sociais possam definir sua inserção nesse contexto.

Faço um registro especial à contribuição das professoras Maria Beatriz Abramides e Maria do Socorro Cabral, que, no livro *O novo sindicalismo e o Serviço Social,* resgataram historicamente o processo de nossa organização sociopolítica profissional. Como diz José Paulo Netto, na apresentação do livro de Abramides e Cabral, ao discorrer sobre a relação sindicalismo e Serviço Social: "estamos necessariamente colocando na ordem do dia uma análise do passado recente e a urgência de um debate sobre os diferentes projetos profissionais na conjuntura atual". Nada mais atual, portanto, que trabalhar essa questão.

Até, pelo menos, a primeira metade dos anos 80, a CUT abraçava as reivindicações dos trabalhadores, mostrava-se combativa e incisiva na defesa da classe e dos seus projetos imediatos, mediatos e estratégicos, relativos à construção de outra ordem societária. Na realidade, a Central colocava-se como uma entidade autônoma, classista e democrática. Foi na esteira desses princípios que parte dos profissionais da nossa categoria se organizou e também ajudou a fortalecer entidades que tiveram um papel fundamental naquele contexto. Inicialmente, o investimento daqueles profissionais foi direcionado para a criação dos mecanismos de articulação das lutas sindicais da categoria, representada pela CENEAS/Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e de Assistentes Sociais, fundada em 1979, e em seguida, pela ANAS/Associação Nacional dos Assistentes Sociais, surgida em 1983 e depois extinta em 1994. A

deliberação ampla da categoria em favor da extinção da ANAS deu-se em função da decisão coletiva de adotar, dali para frente, a modalidade de organização com base na nova estrutura apontada pela Central Única dos Trabalhadores.

A partir desse marco, a maioria dos sindicatos da categoria acompanhou a deliberação da CUT de se filiar aos sindicatos pertencentes ao ramo de atividade ao qual se vinculava seu trabalho. Ao mesmo tempo, no interior da CUT, procurava-se discutir táticas e estratégias que respondessem às especificidades de cada profissão, com o intuito de viabilizar uma transição. No que tange ao Serviço Social, se, por um lado, isto significava inserir sindicalmente a categoria nos diferentes ramos, por outro, buscava-se deflagrar um processo de discussão com o conjunto das entidades da categoria, que possibilitasse a construção de um espaço unitário que desse conta das questões da profissão, no caso, a entidade única (ABRAMIDES e CABRAL, 1995). Quer dizer, o desafio de articulação da *problemática específica* com a *questão político-sindical mais geral* é algo que já vem sendo tratado no âmbito da profissão há bastante tempo.

Este quadro permitiu avançar na capacidade crítica, de resistência, assim como de elaboração e de definição de táticas e estratégias. Na década de 80, importantes conquistas foram inscritas na sociedade brasileira, não somente no campo sindical. Podemos lembrar que a efervescência dos partidos políticos e a dinâmica dos movimentos social e popular do campo e da cidade consolidaram na cena política uma vertiginosa expansão da capacidade de rearticulação e de organização desta sociedade e, conseqüentemente, de ampliação dos espaços democráticos.

A já decantada década de intensas manifestações de massa e proliferação de sindicatos combativos, de aumento do número de greves e sindicalizações, bem como de organização dos chamados “setores médios” e da criação do PT/Partido dos Trabalhadores foi, sem dúvida alguma, expressão concreta do processo de socialização da política, abafado no pós-ditadura militar.

No âmbito do Serviço Social, o debate que se encaminhava desde a IV Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais (ANAS), em 1989, e que indicava a construção de uma entidade única para a categoria, não avançou. As análises sobre a inviabilidade dessa unificação resultaram na decisão de prosseguir com a inserção dos assistentes sociais por ramo de atividade, pautadas na compreensão de romper com a dinâmica corporativa e de fortalecer as lutas mais gerais, dado o cenário de refluxo dos movimentos sindicais desde o final da década de 80. Assim, é nesse período que vai ocorrer a extinção dos sindicatos da categoria, mantendo-se, entretanto, alguns deles.

Nos anos 90, com a expansão dos processos de reestruturação produtiva do capital e as condições de precarização do trabalho, desemprego, privatização acelerada, entre outras problemáticas objetivas, impede-se, na prática, os trabalhadores de imprimirem uma direção mais ativa às suas intervenções, e, portanto, de tensionar os mecanismos de reprodução utilizados pelas classes dominantes. Pôde-se, portanto, observar uma reduzida capacidade dos trabalhadores de resistirem a essa ofensiva. Naquele momento, as formas de luta mais combativas - traço distintivo

da CUT em relação às outras centrais sindicais, especialmente a Força Sindical – refluíram, dando lugar a uma nova dinâmica nas relações históricas entre Estado-empresários-trabalhadores no Brasil. A partir de então, o setor majoritário da CUT privilegiou a ação econômico-corporativa e negocial, acatando propostas que rebaixaram o seu programa de lutas, perfazendo um sinuoso movimento ideológico, posto que se realizava sem o recurso do confronto aberto — diga-se de passagem, considerado não mais necessário —, já que o Estado vai se abrir para um leque de reformas que interessam ao campo do trabalho.

Este último, por sua vez, encontrava-se completamente acuado ante o cenário de desemprego, precarização do trabalho, aumento da informalidade, privatizações e heterogeneidade das classes trabalhadoras, cujas múltiplas expressões, na realidade, dificultavam sua organização política. Este quadro intensificava o sitiamento dos trabalhadores já em marcha, devido à crescente burocratização, elitização e ausência de democracia observada nas instâncias sindicais, visto que as alusões às experiências revolucionárias foram paulatinamente afastadas do horizonte das classes trabalhadoras. Esse posicionamento mescla-se, por sua vez, a uma análise da conjuntura que lhe ressalta as possibilidades, como a luta por direitos e a perspectiva de inclusão por meio das políticas públicas. Dá-se, pois, uma inflexão estratégica, na medida em que estas passam, doravante, a ser concebidas como arena principal da disputa entre interesses conflitantes. Esse deslocamento da CUT em relação às políticas públicas - as ditas políticas de inclusão - ganhou força no momento em que se buscou substituir a referência de construção de uma classe trabalhadora autônoma, classista e combativa por uma visão e defesa do acúmulo gradual de forças no interior da ordem burguesa, a qual condicionava a atuação da classe trabalhadora ao campo estrito da emancipação política.

Pelo menos até 1988, é inconteste o papel aguerrido que a CUT teve na organização dos seus representados e nas lutas empreendidas, como, por exemplo, as campanhas salariais unificadas, as greves gerais e por categoria profissional. Vale lembrar também o esforço para qualificar seus quadros dirigentes, através da Secretaria Nacional de Formação Sindical.

A necessidade de compreensão das determinações mais gerais que reconfiguravam a economia mundial, já nos anos 80, exigia, porém, um investimento específico da CUT, no que se refere à análise dos processos de reestruturação capitalista. Estes implicavam concretamente o aprofundamento das condições de subordinação do país à mundialização do capital, com sérias consequências para as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras.

Assim, este momento de crise e as respostas exigidas para a sua superação colocavam desafios teórico-práticos, de grande monta, para a Central. Tais desafios apresentavam-se no campo da organização das lutas, vinculados ao questionamento e ultrapassagem do modelo de desenvolvimento econômico originário na ditadura e a articulação das resistências contra a ingerência dos organismos financeiros internacionais que passaram a ter um papel fundamental, nesse período, no acompanhamento dos investimentos aplicados no país.

No plano geral, podemos dizer que, durante os anos 80, a compreensão e as estratégias de resistência da CUT em relação ao processo de reestruturação capitalista — em particular, o de reestruturação produtiva — foram de firme oposição, crítica e denúncia. Como exemplo, tivemos os constantes conflitos que se estabeleceram quanto à introdução das inovações e das técnicas participativas no interior das fábricas, as quais, além de "concorrer" com as representações sindicais por local de trabalho, eram vistas como ameaças à organização política dos trabalhadores e reafirmação do domínio do capital sobre o trabalho.

No que se refere à conjuntura política, o movimento dos trabalhadores representados pela CUT foi capaz de produzir uma efervescência no debate político nacional. Todavia, as eleições presidenciais de 1989 simbolizaram uma derrota ao projeto político representado pelo Partido dos Trabalhadores e abraçado pelo movimento sindical cutista. Como consequência, deu-se um refluxo nas lutas de resistência, sinalizando profundas mudanças que adviriam no campo da organização e na concepção da entidade, e, principalmente, quanto às estratégias de intervenção na realidade dos anos 90.

Note-se que ali já estavam colocadas as ofensivas mais deletérias que as proposições neoliberais conseguiriam produzir no país, alavancadas pelo governo Collor. Sob a batuta de um novo estatuto, aprovado no III CONCUT/Congresso Nacional da CUT, a direção da Central realizou seu primeiro Congresso da década de 90 acuada pela tentativa de desqualificação e pelo sitiamento promovidos pelo novo governo. Da parte deste, era clara a tentativa de despolitizar os processos históricos protagonizados na década anterior pelos movimentos popular, sindical e partidário.

No leito dessas transformações sociais, a CUT dá continuidade a sua mudança de rota, observada na questão dos estatutos, pretendendo-se afirmar como uma Central propositiva frente às investidas capitalistas. Esse movimento foi realizado, logo no início do governo Collor, quando seus dirigentes, em uma discussão bastante polêmica, participaram do "Entendimento Nacional", espécie de pacto social proposto, com o objetivo de formular uma política de crescimento para o país, e do qual fizeram parte governo, empresários e trabalhadores.

A despeito das manifestações contrárias de algumas lideranças da CUT, não se conseguiu articular uma mobilização e resistência mais organizada em relação a esse tema. Na linha da "estratégia de pacto", houve ainda um outro episódio que ficou conhecido como "o acordo da previdência", quando a CUT, através do seu presidente, negociou o fim da aposentadoria integral dos funcionários públicos, substituindo o critério de tempo de serviço pelo de tempo de contribuição. Este fato viria a alterar, significativa e definitivamente, a relação da Central com o Estado. A partir de então, a CUT passou a ser reconhecida como interlocutora da chamada sociedade civil junto ao governo.

Dentro da nova modalidade de sindicalismo posta em marcha, a CUT aliava a "resistência propositiva", definida como a ocupação de espaços institucionais, de modo a apresentar

“claramente as nossas propostas de classe e contrapondo-as às propostas das elites brasileiras [...], apontando para um modelo diferente comprometido com a democracia, liberdade, solidariedade, justiça social e com os interesses da maioria da população”, conforme posição assumida no VI CONCUT. (CUT, 1997, p.33). Sabe-se, no entanto, que tais princípios só podem ser logrados no horizonte de negação da ordem burguesa. De outra forma, o que se tem é apenas o fetiche de que, sob o capitalismo, há possibilidade de uma sociedade igual e livre para todos, como igualmente justa para os cidadãos.

O deslocamento da intervenção da CUT para o campo das políticas públicas talvez fosse um indicativo de superação das questões econômico-corporativas. No entanto, manteve-se o elemento conservador e legitimador daquelas políticas, porque tal frente de militância não resultou em bandeiras nem em projetos efetivos de uma reorganização radical do Estado em favor dos interesses mais gerais dos trabalhadores.

As tendências políticas no interior da CUT que se opunham às posições da direção majoritária partilhavam da análise de que as relações de forças presentes na sociedade brasileira não comportavam práticas acuadas e passivas, por parte dos trabalhadores e de suas direções. Acreditavam que era preciso resistir com firmeza, mesmo se a ofensiva capitalista tinha grandes repercussões sobre a ação política e, conseqüentemente, sobre a consciência de classe. Contrariamente ao encaminhamento e linha política adotados então pela Central, apontavam para a necessidade das direções dos trabalhadores assumirem uma função ativa, com o fim de realizar uma crítica teórica e prática do processo de reestruturação e de organizar os trabalhadores para o enfrentamento das inúmeras conseqüências desse processo.

Desse modo, as estratégias de confronto aberto e de mobilização massiva contra a política econômica que haviam marcado os anos 80 perderam terreno, na década seguinte, para a prática da “discussão consensual” em torno de interesses que são de toda a sociedade. Nessa perspectiva de reconfiguração da ação do Estado, dos empresários e das estratégias dos trabalhadores representados pela CUT, os vetores de intervenção político-estratégica da Central passam a identificar nos mecanismos de participação institucional a possibilidade da inclusão social, a despeito das investidas capitalistas.

Essa perspectiva ou opção feita pela CUT – a qual consiste no abandono do sindicalismo classista - abria mão, do ponto de vista teórico e ideológico, dos elementos de análise da sociedade com base nos fundamentos marxianos (a teoria do valor, a exploração e as classes sociais), em nome dos conceitos de democracia e cidadania.

Alguns documentos da CUT, relacionados principalmente à política industrial e educacional, parecem-nos ilustrativos da nova posição assumida. Doravante, essa Central passa a incorporar as mudanças no campo da economia como elementos inexoráveis da conjuntura brasileira e a propor conteúdos, posturas e instrumentos conciliatórios. Sob o impulso dessa nova estratégia, apostava na obtenção de ganhos para os trabalhadores, convencida aparentemente das chances de

reversão das desigualdades sociais, segundo uma agenda supostamente propositiva, mas no fundo marcada por concepções liberalizantes na condução de políticas setoriais. A necessidade de redefinição da relação do Estado com o mercado é o horizonte que a CUT passa a vislumbrar .

De acordo com a compreensão dos dirigentes dessa Central, esta relação não pode mais se sustentar na idéia de que apenas o Estado ou o mercado são as instâncias mediadoras da vida social. A ampliação do arco de alianças com outros setores da sociedade para o desenvolvimento de projetos comuns passa a fazer parte das estratégias da CUT, como expressão de possibilidades de consensos em torno de programas exeqüíveis, do ponto de vista econômico.

A inflexão nos seus rumos políticos dá-se, então, a partir do momento em que o debate plural entre as suas tendências internas é cerceado pelas correntes majoritárias. Nesse contexto, muda a sua análise da sociedade, posto que parte significativa da direção propõe uma aliança de classes fundada na ampliação e negociação de temas comuns, o que se traduziu em uma "agenda cidadã" para o movimento sindical. Essa proposta de agenda cidadã é indicativa de que há uma mudança brutal no mundo do trabalho, cujas expressões surpreendem os trabalhadores, uma vez que os encontram despreparados para o enfrentamento dessa nova conjuntura. As condições objetivas também não permitiram que o debate na Central pudesse ir além da política salarial. Podemos dizer que os trabalhadores não tiveram condições de se apropriar dos conteúdos nem a agilidade de apreender o significado dessas mudanças. Nesse sentido, o caminho encontrado por suas direções foi o da ordem, o que era possível. Conseqüentemente, não houve qualquer ampliação das lutas, nem nos sindicatos nem sob o comando de suas centrais e tampouco no partido que representava o campo majoritário da entidade: o PT, que logo também se transformou no partido da ordem.

Esta referência de equilíbrio nas relações capital-trabalho é incorporada em larga medida pelos dirigentes da CUT, que apostaram e continuam apostando na possibilidade de participar de consensos estratégicos na condução da política econômica e social, garantindo, assim, uma esfera pública capaz de prover uma outra substância política aos antagonismos estruturais acima mencionados.

Tudo passa agora a girar ao redor do chamado "sindicato cidadão", preocupado com as questões mais gerais que envolvem as classes trabalhadoras e com as problemáticas que incidem na esfera do emprego, da renda e do desenvolvimento sustentável. São questões por eles consideradas estratégicas para a agenda sindical e dos organismos internacionais e que precisam contar com a mediação do governo, com vistas a elaborar políticas conjuntas, que sejam propositivas, participativas e de ganhos tanto para os trabalhadores como para o Estado. Em outros termos, a concepção é a de um Estado não apenas neutro, mas de um Estado "parceiro".

Avaliamos que houve, portanto, uma séria desqualificação da política, na medida em que os fundamentos teóricos que permitiriam a análise crítica da sociedade capitalista foram subordinados às necessidades práticas do momento histórico. O que se faz não é trabalhar junto às massas para

construir os elementos necessários à formação da consciência de classe, mas difundir genericamente a crença nas possibilidades de construção de direitos, da cidadania, da democracia, impondo às bases essa concepção.

O que temos de importante ainda a salientar é que as formas assumidas por este projeto de uma nova orientação para os trabalhadores estão associadas a uma estratégia política mais geral, para a qual a CUT se encaminhava desde os finais dos anos 80, do século passado, ou seja, o horizonte da luta pela cidadania e democracia na ordem capitalista. Um outro elemento que merece destaque foi a filiação da Central brasileira à CIOSL/Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres - confederação originada no movimento sindical de direita americano e braço sindical da política norte-americana na social-democracia européia.

Ao privilegiar a institucionalidade, a Central passa a priorizar a participação dos seus representantes nos fóruns de negociação, ficando mais longe a perspectiva de impulsionar as lutas anticapitalistas, necessárias à construção de uma outra racionalidade e realidade.

Esta escolha empreendida pela CUT encontra suas raízes na história do movimento sindical internacional e se atualiza no capitalismo contemporâneo. Sinaliza o processo de burocratização a que grande parte das direções sindicais se rendeu e para a predominância das elaborações táticas em detrimento das formulações estratégicas sobre questões fundamentais para os trabalhadores. Assim, a CUT segue firme na sua proposição de participar ativamente dos canais e espaços de diálogo social, como, por exemplo, o Fórum Social do Trabalho, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Conselho de Seguridade Social, sob a direção, inclusive, de um ministro e assessores oriundos do movimento sindical cutista, hoje presentes entre os quadros do governo.

Com uma avaliação e crítica bastante contundente sobre os rumos que processualmente vinham sendo propostos pelo movimento sindical cutista, nasce a CONLUTAS/Coordenação Nacional de Lutas. Como pudemos confirmar na exposição do José Maria, o conjunto das determinações que compreendem essa crise no movimento sindical estabelece as bases objetivas que levam à necessidade de construção de organizações alternativas à CUT. A expectativa coletiva é de que possam cumprir o papel de reestabelecer a unidade dos trabalhadores para a luta em defesa de seus direitos e interesses, numa perspectiva classista, que considere a nova composição da classe trabalhadora, mas também as mediações da realidade, como a situação dos movimentos sociais hoje, o desemprego, o processo de precarização, flexibilização e informalização do trabalho. Para falar apenas deste último, sabe-se que ele atinge mais de 50% da população economicamente ativa, quadro que tem levado a uma completa desestruturação do mercado de trabalho.

Quanto aos assistentes sociais, em particular, destacamos o desmonte dos direitos historicamente construídos, como fruto de duros embates, e o atual desenho das políticas sociais. Todos esses elementos repercutem, sem dúvida, na formação, exercício profissional, condições de trabalho e processo de organização política dos assistentes sociais. A esse cenário, somam-se,

ainda, as propostas de desregulamentação das profissões em pauta no Congresso Nacional, além da reforma trabalhista e sindical, e das ameaças ao processo de formação – caso do ensino à distância, nos moldes propostos pelo programa de reestruturação e expansão das Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Vivemos, pois, cotidianamente, a disputa de idéias em defesa de uma análise e compreensão desta realidade por um ângulo totalizante da vida social, em contraposição às intervenções que fazem apologia do presente, aos fenômenos microssociais, ao imediatismo e à burocratização dos processos sociais. Estes elementos – que integram o conjunto de determinações acima aludido e são expressão da lacuna histórica que representa a ausência ou insuficiência de um debate e de respostas políticas à altura dos desafios dessa conjuntura - têm minado o processo de formação das novas gerações. Diante desse quadro, muitos assistentes sociais parecem resistir à discussão sobre a organização sociopolítica e se distanciam, cada vez mais, da processualidade histórica que deu sentido e direção às lutas sociais.

Portanto, além de desconhecerem os porquês do caminho inconcluso de nossa organização por ramo de produção, significativa parcela da categoria profissional incorpora as construções ideológicas que desestimulam o fazer político, destituindo suas práticas de história e da possibilidade estratégica de construção de uma outra ordem societária. Daí a adesão ao imediato, às lutas corporativas, às práticas de concertação social que se colocam no limite de uma institucionalidade que nega os direitos e corta recursos para as políticas sociais. Com isso, nega-se a totalidade social e confunde-se os trabalhadores, na medida em que se responde a um conjunto de necessidades históricas do trabalho, mas sob a limitada consigna da democracia e da cidadania. Desse modo, fica-se a mercê do sentido e direção que o capital, com a mediação do Estado, lhes imprime. Lembremos que todas as reformas do governo Lula – enquanto um governo de coalizão - são feitas para capturar a subjetividade antagonista, diga-se, a dos trabalhadores, e assim, tentar impor sua forma de governar e seu projeto de modo de vida.

Nesse cenário e com avaliações que questionam a mudança e desvio de rota da CUT de sua trajetória anterior em defesa de um sindicalismo autônomo, classista e combativo, independente de governos e partidos, propôs-se, em 2004, a construção da CONLUTAS. Esta vai, então, se apresentar como alternativa à reorganização da classe trabalhadora, numa perspectiva de construção de uma central popular e sindical, reunindo desde movimentos de juventude até as formas sindicais. Esse trânsito da luta sindical para o campo das lutas e movimentos sociais mais amplos é o que a diferencia da também nova proposta de entidade geral, em que consiste a Intersindical. Cabe, portanto, aos trabalhadores avaliar se as determinações da conjuntura e a complexidade da realidade impõem e justificam ou não uma organização política mais ampla, nos moldes do que foi idealizado e vem sendo posto em prática pela CONLUTAS.

Ao meu ver, a CONLUTAS vem se colocando como o principal pólo de organização da resistência às reformas neoliberais do governo. Ela parece também ser, hoje, a organização que

mais unifica as forças sociais em presença e que se coloca como alternativa concreta de reorganização dos diversos setores das classes trabalhadoras. Na sua estrutura, acham-se definidos mecanismos de democracia direta, com uma coordenação aberta, horizontal e anti-burocrática.

Nesse sentido, foi importante que o companheiro José Maria (CONLUTAS) tenha reiterado aqui publicamente um chamamento à INTERSINDICAL para organizar as lutas, seguido também do manifesto desejo de interlocução salientado por Ivan Pinheiro, seu representante, pois não podemos nos dar ao luxo de ter as esquerdas divididas, nesse momento.

A partir dos elementos aqui esboçados, particularmente pelos representantes da CONLUTAS, da INTERSINDICAL e da CUT, gostaria de avançar na reflexão acerca da organização sociopolítica dos assistentes sociais e discutir por que, no início dos anos 2000, se retoma a idéia de ressindicalização dos assistentes sociais nos termos com os quais nos deparamos hoje. Cabe, assim, perguntar: a quem interessa este debate? A que questões ele responde no seio da reestruturação da hegemonia capitalista contemporânea?

Uma primeira questão a ser destacada é a de que as reformas em curso, especialmente a sindical e trabalhista, se aprovadas, na forma desejada pelo governo e pela CUT, acabarão com os direitos dos trabalhadores e com suas formas de defesa sindical, o que tem sérias implicações para a nossa prática profissional. Isso significa que as formas sindicais clássicas representam, cada vez mais, menos setores das classes trabalhadoras. Donde a necessidade de abandonar a perspectiva de categoria e assumir a perspectiva de classe, saindo do plano meramente econômico-corporativo para o ético-político. Essa direção só se consolidará por meio da luta dos trabalhadores, em que a autonomia sindical mostra-se fundamental.

Uma outra questão que é preciso sinalizar: ante a composição extremamente fragmentada, desigual e heterogênea das classes em presença, teremos formas de organização igualmente fragmentadas. Daí a necessidade que se coloca hoje de unificar a classe e não de dividi-la ainda mais. As práticas corporativas, a exemplo das organizações sindicais, stricto sensu, tendem a se burocratizar e a se afastar dos interesses orgânicos das classes que representam. Logo, acabam por aprofundar a dimensão defensiva dos trabalhadores e aproximá-los de uma ordem que se contrapõe àquela preconizada por sua classe.

Outro ponto que gostaria de ressaltar, para finalizar, é que as formas tradicionais de organização da classe, condicionadas pela sua subordinação alienada ao capital, não podem ser reproduzidas por dentro desta tarefa de reorganização. Devemos pensar em construir relações livres dos mecanismos capitalistas que nos empurram para disputas entre nós mesmos, quando nosso inimigo é o capital e o Estado capitalista. Este último, por exemplo, já se organiza para legislar sobre a regulamentação do direito de greve no serviço público. Tenta, assim, por meio da Emenda 3, aprofundar o processo de informalidade e de precarização do trabalho. Há, portanto, no

Congresso, um projeto de desregulamentação das profissões, que institui o congelamento salarial por 10 anos para os servidores públicos.

Um outro vetor chave na retomada do debate da organização política da categoria profissional é o de se ter atenção para não recorrer a esquemas estratificados de organização e de formação de consciência de classe inadequados. Sem dúvida alguma, eles não contribuiriam para mobilizar, de maneira qualitativa, no momento atual a correlação de forças necessárias para enfrentar a destrutividade produzida pela ordem do capital.

Não podemos, então, nos dar ao luxo de continuarmos isolados e fragmentados, acreditando que reivindicações corporativas têm alguma chance de serem atendidas com o modelo econômico que aí está. Ao contrário, as formas de organização fragmentadas são funcionais à dinâmica capitalista, embora não possamos ocultar as questões singulares que os assistentes sociais têm enfrentado nos espaços socioocupacionais.

Na conjuntura de metamorfoseamento das estratégias do capital, não podemos impedir o avanço das lutas em nome do que Gramsci chamava da pequena política, ou seja, aquilo que o capital e o Estado capitalista querem: aprisonar-nos em questões menores. Segundo a minha compreensão, tais questões têm servido exclusivamente para rebaixar a programática estratégica dos trabalhadores. Não que condições de trabalho, salários, carreira sejam desimportantes, mas são parte de uma realidade mais geral, não podendo mais ser negociadas nessa conjuntura apenas como demanda específica. As reformas em curso não comportam mais esse tipo de negociação, a não ser como estratégia que individualiza as relações sociais, que flexibiliza o trabalho e também as formas de negociação. Por isso, devemos pensar na articulação dessas demandas específicas com as questões vitais que aparecem na conjuntura.

Um desafio que se coloca para nós, assistentes sociais é a necessidade de formação política dos militantes do Serviço Social, em especial, dos jovens que vêm enfrentando as agruras de entrada em uma profissão que tem uma expressão e uma função pedagógica decisivas na construção de um projeto emancipatório das classes subalternas. São estes jovens que, a despeito das condições de precarização e flexibilização do trabalho, podem alavancar processos de luta que impulsionem a passagem do momento econômico-corporativo ao ético-político, ainda segundo a formulação de Gramsci. Esta ultrapassagem só se faz, porém, pela articulação autônoma dos movimentos sociais, pela recuperação da experiência histórica e política dos sujeitos, não no sentido de repetir os erros históricos, mas para aprender com eles e, assim, não repeti-los. Desse modo, precisamos voltar a exercer nossa função pedagógica, no sentido de retomar com radicalidade a dimensão política da profissão.

Por último, gostaria de dizer que não podemos permitir que nossos profissionais saiam das universidades disseminando a cultura de apartação entre teoria e prática, reproduzindo valores conservadores e práticas políticas organizativas igualmente conservadoras. Seria apenas reiterar a ordem burguesa, reforçando uma dimensão sincrética da prática profissional, que nega a

construção, feita com muita luta, de um projeto profissional coletivo, que tem uma referencialidade teórico-política, ética e prática bem definida, amparada na perspectiva de totalidade, bem como na decifração das determinações sociais da realidade, em particular os antagonismos classistas.

Penso que este é o momento de pensarmos na unidade dos trabalhadores e trabalhadoras e nas possibilidades de fazermos as mediações necessárias entre o projeto profissional e o projeto societário, os quais precisamos defender com autonomia, independência de partidos políticos, patrões e governos.

Mesa Redonda

A Questão Étnico-Racial no Brasil:

respeito à diversidade e desafios à construção e consolidação de direitos

Participantes:

Profª Drª Maria Palmira da Silva (SEPPIR)

Profº Drº Mario Lisboa Theodoro (Consultor Legislativo do Senado Federal)

Profª Joaquina Barata (CFESS)

Maria Palmira da Silva

Diretora da SEPPIR

Dizem que o bom filho ou a boa filha a casa retorna. Sou assistente social de formação, transitei por outras áreas do conhecimento e agora reaproximo-me do Serviço Social numa situação importante: representar aqui a Ministra Matilde Ribeiro, num convite que me honra muito.

Falarei um pouco das políticas realizadas durante a primeira gestão do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e sobre as que estão sendo formatadas agora nessa segunda gestão do governo, para os próximos três anos e pouco que nos restam pela frente.

Tive muita vontade de trazer uma *agenda social* que está sendo preparada, com eixos para as populações quilombolas, mas essa agenda ainda será apresentada publicamente pelo presidente Lula, nos próximos dias. Trabalhei intensamente na construção dessa agenda, mas seria uma indelicadeza para com o presidente anunciar qualquer medida, antes do anúncio oficial por ele.

Falarei, então, das políticas que foram implementadas nos últimos quatro anos. Estou na SEPPIR há um ano, ou seja, desde maio de 2006, trabalhando na subsecretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais[29], com foco nas comunidades quilombolas, mas dialogando com a subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas e também, com a Subsecretaria de Planejamento.

Tenho aqui um trecho do discurso do presidente Lula, em 1º de janeiro de 2003, dia da sua primeira posse:

> O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras e de todas as desigualdades e dores, que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e de

[29] Essa subsecretaria foi criada em agosto de 2004. (Nota do editor).

construção nacional, admirável. Construiu ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória.

Mais o discurso do presidente Lula em 1º de janeiro de 2007, também com um pequeno trecho que nos interessa mais de perto:

> (...) Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora, mas, é diferente, para melhor, na força da sua economia, na consistência de suas instituições e do seu equilíbrio social. O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiça contra as camadas mais pobres. Porém, é diferente para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego, é melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas, precisamos fazer muito mais.

Foi nesse contexto, então, que a SEPPIR - Subsecretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial - foi criada em 2003, como resultado das lutas das populações negras e da luta em especial do movimento negro. A SEPPIR não é um órgão finalístico, ela apenas formula políticas e articula as realizações dessas políticas, junto aos demais ministérios; e coordena políticas para superação do racismo, do preconceito e da discriminação. Suas ações têm ênfase sobre a população negra, mas voltam ainda sua atenção também para as populações indígenas, ciganas, judeus, árabes e palestinos. O foco central da SEPPIR é, assim, o combate à discriminação racial.

Qual é a base para a atuação da SEPPIR? A política nacional[30] é o marco regulatório para a promoção da igualdade racial, a qual propicia, a partir de suas diretrizes, a ampliação dos valores democráticos e, por meio de ações concretas, a superação do racismo com o suporte das políticas públicas federais. São três os principais eixos dessa política: a transversalidade, a gestão democrática e a descentralização.

O plano purianual de 2004-2007 incorporou, pela primeira vez, na história do Brasil, a idéia do *princípio da redução das desigualdades raciais*, como processo, na formulação das políticas públicas, assim como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o PLANAFIR, que está em fase de finalização, a ser publicado em breve.

Sobre o Orçamento anual, há um histórico. Em 2003, a SEPPIR, no momento de sua criação, não possuía um orçamento; em 2004, ele foi de R$ 17.000.000; em 2005, ele aumentou para R$ 19.000.000; e, em 2006, repetiu o valor de R$ 19.000.000. Para 2007/2008, no entanto,

[30] Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, instituída em 20/11/2003, pelo Decreto N° 4.886. (Nota do editor).

esse orçamento praticamente dobrou. Mesmo a SEPPIR não sendo um órgão finalístico, vamos trabalhar com políticas de formação e capacitação dos agentes, o que envolve as comunidades tradicionais e a população negra, mais as entidades do movimento negro.

As prioridades são os Quilombos e outras comunidades tradicionais. Como já disse, o programa Brasil Quilombola, é, dentre as oitenta ações do Presidente Lula, um programa prioritário, monitorado diretamente pela Presidência da República, via Casa Civil e o Gabinete do Presidente. Têm destaque ainda as comunidades de terreiro, as comunidades indígenas e ciganas, e como foco a segurança alimentar e nutricional. A título das políticas de ações afirmativas, a ênfase está voltada para educação e cidadania, desenvolvimento, trabalho e renda, saúde e qualidade de vida, cultura, organização e diversidade e relações internacionais, visto que retomamos a interlocução com os países africanos.

Com a inserção dessa temática na política Federativa, deu-se a criação do fórum intergovernamental de promoção da igualdade racial. Até 2006, o FIPIR contava com a adesão de 440 localidades, sendo 421 municípios e 23 fórum estaduais, merecendo destaque a existência, já naquela altura, de 186 órgãos executivos de promoção da igualdade racial, sendo 163 municipais e 23 estaduais. Isso sinaliza uma vontade das instâncias brasileiras, dos entes da federação, em trabalhar a política de promoção da igualdade racial.

Sobre a participação e o controle social, que é um dos eixos da SEPPIR, temos o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial / CNPIR, que é um órgão colegiado, não deliberativo, de caráter, portanto, apenas consultivo. Ele é composto por 17 ministérios, 20 representações da sociedade civil organizada, ente negros, indígenas, ciganos palestinos e judeus. Tem a finalidade de propor políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e em outros segmentos étnicos, a fim de combater o racismo e a discriminação racial, na sociedade brasileira. Ainda sobre o eixo da participação, realizamos, em 2005, a *1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial*, a qual envolveu a mobilização de 95 mil pessoas em todo o território nacional, com um total de 92.750 participantes nas etapas estaduais e municipais, e 2.823 na Conferência Nacional. Essa conferência debateu e definiu 1.085 propostas, que foram a base da elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Quanto aos convênios com os governos estaduais que formatam e orientam a ação dos FIPIRs, a partir dos planos estaduais, já foram assinados com os estados do Maranhão, Acre, Bahia, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Goiás e Distrito Federal. Esse ano vamos dar início à realização da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Ela deve ser lançada ainda agora, em setembro, juntamente com o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e ser finalizada até meados do ano que vem.

No âmbito das ações desenvolvidas em torno dos quilombos[31] e outras comunidades tradicionais, tem-se o Programa Brasil Quilombola, o qual é orientado pelo Decreto N° 4.887, que define os procedimentos para a regularização fundiária. Essa ação de regularização fundiária, antes do governo do Presidente Lula, estava sob a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares - MinC, mas, a partir da criação da SEPPIR, essa coordenação vem para o seio da nossa Secretaria, ficando sob a responsabilidade da Subsecretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais. Esse é um decreto que tem sido muito atacado, como pôde ser acompanhado pelos meios de comunicações.

Enquanto a Política de Regularização Fundiária em Quilombos se dedicava única e exclusivamente à identificação e certificação das comunidades, ela não estava produzindo qualquer desconforto ou incômodo junto aos setores mais conservadores da sociedade brasileira. A partir do momento, porém, em que o governo federal começa o processo de publicação dos relatórios, que implicam na demarcação da terra e no pagamento das indenizações para desapropriação das terras que estão "intrusadas" [*ocupadas irregularmente por terceiros*], e começa, de fato, o processo de titulação das terras de quilombos, começa, então, o embate com a opinião pública e os setores mais conservadores da sociedade. Logo, essa é uma política que, hoje, está ameaçada, assim como o Decreto N° 4.887. Existe um Projeto de Lei na Câmara, o PL N° 3.654, por exemplo, o qual conta também com o apoio do Senado, da autoria de um Deputado chamado Valdir Collato (PMDB/SC), que quer derrubar o Decreto N° 4.887, sob a alegação de que ele é inconstitucional. Essa ação tem contado com o apoio forte da bancada ruralista. Derrubar o Decreto N° 4.887 é uma prioridade para a bancada ruralista[32]. Estou socializando essa informação aqui, porque acho importante que outros setores da sociedade se envolvam também na defesa dessa política de reparação histórica que o governo federal vem implementando.

Ainda sobre o Programa Brasil Quilombola, a SEPPIR responde pela coordenação desse programa, no entanto ela envolve também o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a Fundação Cultural Palmares - MinC e a Casa Civil da Presidência da República. Esta última é quem cuida e monitora, na verdade, a realização das propostas do programa, enfim, daquilo que o presidente definiu como prioridade.

Ainda dentro do Programa Brasil Quilombola, incorporado no Plano Plurianual (PPA), houve uma priorização na destinação de recursos. Vale dizer que a SEPPIR conta com os recursos definidos no orçamento, mas não são só apenas aqueles. Há recursos que vêm também de outros ministérios (MDA e MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e da

---

[31] "Existem 3.524 comunidades remanescentes de quilombos identificadas no território nacional. Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul concentram a maior quantidade de comunidades quilombolas do país". (Cf. http://www.fadurpe.com.br/mda/docs/Agenda_Social_Quilombola_FINAL.ppt.). Acessado em 23/01/2009. (Nota do editor).

[32] Sobre a luta contra a aprovação do referido PL, ainda em 2008, ver o informe presente no site do Movimento Negro Unificado (http://mnu.blogspot.com/2008_10_01_archive.html). Acessado em 21/01/2009.
(Nota do editor).

Fundação Cultural Palmares - MinC, de onde vem recurso para fomento do desenvolvimento local e capacitação dos representantes das comunidades quilombolas. A SEPPIR incentiva, então, a organização dessas comunidades e oferece cursos de capacitação, para que eles conquistem maior autonomia; apóia o desenvolvimento sustentável, efetua o pagamento das indenizações e procede ao reconhecimento de demarcação e titulação das terras. Trouxe aqui, para ilustrar, uma cartilha *Caçandoca, a Luta do Quilombo*. Ela é resultado desse trabalho de formação e de capacitação de representantes de um quilombo em Ubatuba[33], litoral do Estado de São Paulo. Esta terra foi muito disputada, porque a comunidade é pequena. São aproximadamente 100 famílias, que tinham as suas terras "intrusadas" [i. é.,*ocupadas e ainda não demarcadas*] por uma grande imobiliária, para fins de especulação. Aquela terra tinha ainda, ao seu redor, juizes, desembargadores, políticos e senadores, todos construindo os seus condomínios na terra dos quilombos. A partir da organização e do apoio da sociedade civil e de outros movimentos sociais, eles tiveram a terra "desintrusada" [ou seja, *demarcada e registrada*]. Em 27 de setembro de 2006, o Presidente Lula fez a publicação da titulação dessa terra, desapropriando 210 hectares aproximadamente. Então, agora a terra é deles, e essa cartilha é resultado do trabalho que eles vêm fazendo depois de várias perseguições que sofreram, como: casas queimadas, famílias ameaçadas, mulheres violentadas e toda sorte de agressão.

A questão dos quilombos vai aparecer muito, como se viu aqui, porque é um programa monitorado pela Presidência da República, então as ações da SEPPIR, em seus primeiros quatro anos de existência, focaram, fundamentalmente, os quilombos. Mas temos parceria ainda com o Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde - FUNSA, para trabalhar a questão da atenção à saúde das populações e o saneamento básico. Os municípios, por exemplo, que têm comunidades quilombolas, ao aderirem ao Programa de Saúde da Família, recebem um incentivo de 50% a mais para o pagamento das equipes, para levarem o Programa de Saúde Bucal, dentre outros, para tais comunidades. No âmbito dessas ações de saúde, ocorrem ainda investimentos em ações de saneamento básico (melhorias sanitárias, mais captação, tratamento e distribuição da água tratada), geralmente inexistentes nessas localidades.

No campo da educação, há apoio à distribuição do material didático para o ensino fundamental, levando-se em consideração a história dessas comunidades, e apoio à capacitação de professores desse nível de ensino, bem como apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar. Para os próximos anos, está prevista a construção de 948 novas salas de aulas. Dentro ainda desse programa, dá-se a inserção, a partir de 2005, das metas presidenciais, como o programa "Fome Zero" e o programa "Luz Para Todos", o qual foi muito importante para o

[33] "Até conseguir a posse da terra, a comunidade do *Quilombo da Caçandoca* enfrentou uma luta de 18 anos. Primeiro quilombo do país a ter o título de propriedade da terra, o Caçandoca ocupa 210 hectares de uma área de Mata Atlântica de 890 hectares, situada em Ubatuba, um dos balneários mais valorizados do litoral norte paulista". (Cf. http://www.planetaverde.org/modules/news/article.php?storyid=448). Acessado em 21/01/2009 (Nota do editor).

desenvolvimento das comunidades, a ponto de já estarmos quase conseguindo zerar o déficit de eletrificação nas comunidades quilombolas. Avançou-se bastante, a partir dessa iniciativa do "Luz Para Todos", a qual levou a energia elétrica para aqueles lugares mais difíceis, onde não havia nem estrada para inserir o poste. Esse foi efetivamente um esforço do presidente.

Ainda sobre os serviços de infraestrutura, para além do "Luz Para Todos", pode-se falar sobre a habitação nos quilombos. Começou-se implantando no Kalunga[34] - remanescente de quilombo no sertão de Goiás -, e agora, estamos tentando levar para as outras comunidades, com vistas a melhorar as condições de moradia da população. Dentro disso, uma questão importante é a de produzir informação sobre quilombos e territórios quilombolas, que é algo que não temos. Nunca se fez, até então, um censo sobre quilombos, logo não se sabe exatamente quantas pessoas vivem nessas comunidades. Hoje temos um total de 3.524 comunidades identificadas. Isso não significa que todas essas comunidades sejam de fato reconhecidas como territórios quilombolas. Estima-se, assim, que há aproximadamente 1.700.000 pessoas vivendo em quilombos, se considerarmos a população que vive na área rural, mais uma média de 80 famílias em cada comunidade. Mas não são ainda dados oficiais.

No que se refere à regularização fundiária, chegamos a 1.170 comunidades certificadas e temos 590 processos de regularização instaurados. É isso que tem despertado, na verdade, o incômodo dos latifundiários e de todos aqueles que "intrusaram" as terras de quilombo e, portanto, não querem ver esse direito reconhecido. Se considerarmos a titulação de 31 comunidades no âmbito federal, mais as iniciativas também dos governos estaduais (estatística que, até esse momento, ainda não temos, pois os Institutos de Terra dos estados, também, produzem titulação em quilombos) então, temos um número bem maior. Mas esses são resultados da primeira gestão do Presidente Lula.

Sobre as Comunidades de Terreiros, há uma iniciativa em curso de vinculação dessas comunidades à política nacional de saúde da população negra, transformando os terreiros em espaço de promoção de saúde, conforme deliberação da 12ª Conferência Nacional de Saúde. A SEPPIR começou um mapeamento das comunidades de terreiros na Bahia, mas outros lugares também estão desenvolvendo o mesmo projeto e realizando seminários. Os terreiros são, hoje, por exemplo, responsáveis pela distribuição das cestas alimentares para as populações mais carentes, que freqüentam esses espaços. Então, estamos potencializando os terreiros como espaço também de promoção de cidadania. Pode-se citar ainda o projeto A Cor da Cultura, de produção de materiais didáticos, o qual tem uma interface com as comunidades de terreiro.

Embora o apoio às comunidades indígenas não faça parte do foco da SEPPIR, porque concretamente quem trabalha com a população indígena é a FUNAI, temos também investido

[34] Para saber mais sobre a história desse quilombo, ver (http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1007/kalunga). Acessado em 21/01/2009. (Nota do editor).

nessa frente e estabelecido uma interlocução, para promover e fortalecer as atividades realizadas, através das assinaturas dos termos de cooperação e convênios com os governos estaduais. Podemos citar o apoio a algumas experiências em andamento, como o apoio à realização dos jogos indígenas e o credenciamento de duas rádios comunitárias, junto ao Ministério das Comunicações.

A título de curiosidade e de exemplo das estratégias políticas e sociais que fortalecemos, esse ano, a tocha olímpica dos jogos passou por uma aldeia indígena e também por uma comunidade quilombola lá em Parati. Foi uma estratégia que utilizamos, para que esses segmentos populacionais conquistassem maior visibilidade junto à sociedade brasileira.

Quanto às comunidades ciganas, esse ano foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial - GTI cigano, responsável também por pensar a política para esse segmento. Esse ano, celebramos, pela primeira vez, o "Dia Nacional do Cigano" - dia 24 de maio - [35], o qual foi resultado de uma luta dessa comunidade e de um pleito apresentado na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Eles levaram ainda esse pedido até o Presidente Lula. Então, criou-se esse grupo de trabalho, que coordenou, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, a primeira celebração oficial do *Dia Nacional do Cigano*. Deu-se também esse ano a criação de um selo, em parceria com os correios, o qual circulou em homenagem a esse dia.

No que se refere às ações na área de segurança alimentar e nutricional, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, vale destacar uma pesquisa realizada, em 2006, para investigar a situação nutricional de crianças que vivem em quilombos. Conhecida como "Chamada Nutricional Quilombola", essa pesquisa divulgou, pela primeira vez, as condições de alimentação e a situação nutricional das crianças quilombolas, com resultados inquietantes. O quadro de desnutrição de tais crianças é, por exemplo, mais agudo do que o quadro das crianças que vivem no semiárido[36]. Os dados foram, então, bastante divulgados. Um outro achado dessa pesquisa foi constatar, paradoxalmente, a situação de obesidade que começa a se configurar em algumas comunidades, sobretudo naquelas mais próximas dos centros urbanos. Começa a haver ali, assim, uma descaracterização dos hábitos alimentares dessas populações. Foi a primeira vez que esse estudo foi realizado e vamos realizá-lo novamente no próximo ano, para que consigamos criar uma série comparativa, e, desse modo, poder avaliar, se, a partir da intervenção do programa "Fome Zero" e do programa de Segurança Alimentar e Nutricional, estamos conseguindo modificar essa realidade.

Ainda na área da Educação, o principal destaque, na verdade, é para a Lei N° 10.639/ 2003, cuja implementação exigiu formar professores para trabalhar em sala de aula, com conteúdos

---

[35] Instituído pelo Decreto Presidencial de 25 de maio de 2006. (Nota do editor).

[36] Na região Nordeste do país. (Nota do editor).

sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Para tanto, organizou-se uma grande parceria com as universidades federais, sobretudo com os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros - NEABs, que receberam recursos nos primeiros anos, para desenvolver pesquisa e ajudar na capacitação de professores nessa temática. Foi realizado ainda um censo, incluindo o item "cor/raça", para identificar a situação educacional das crianças, nas escolas.

O PROUNI, que atende, aproximadamente, 300 mil alunos, conta com um número significativo de alunos negros. O censo que vai ser realizado, agora, por meio do PROUNI, identificará assim qual é o total de alunos negros que temos matriculados nas universidades. Há ainda o programa de cotas, que atingiu, até o momento, 40 universidade públicas, também com um resultado interessante. Quando se falou na implementação de ações afirmativas, via programa de cotas nas universidades públicas, houve um debate muito intenso na sociedade. Uma das posições contrárias dizia, por exemplo, que essa política ia degradar a qualidade do ensino, no entanto pesquisas realizadas com os alunos cotistas têm mostrado, que, em termo de desempenho e rendimento acadêmico, esses alunos têm tido um aproveitamento igual ou superior aos demais alunos, que ingressam pelos meios convencionais. O que nos anima a dizer o seguinte: quando os setores historicamente excluídos ou historicamente não incluídos têm oportunidade de acesso à política educacional, eles a abraçam com muito afinco e dedicação, apresentando resultados surpreendentes.

É preciso falar um pouco também das *relações internacionais*, as quais dizem respeito ao diálogo que o governo brasileiro vem fazendo com países africanos. Doravante, estaremos investindo, sistematicamente, no processo de capacitação e formação de professores, conforme prevê a Lei N° 10.639. Falar em intercâmbio cultur al consiste, na verdade, em trazer professores de lá, para ajudar formar os nossos quadros docentes em História da África, e também em levar professores daqui, bem como tecnologias, sobretudo as tecnologias sociais do governo brasileiro, para impulsionar as trocas culturais, de modo geral.

Em julho de 2006, realizamos a II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora (II CIAD), em Salvador. No âmbito do monitoramento das ações da Agenda de Durban[37], o Brasil também deve sediar finalmente a próxima Conferência Mundial Contra o Racismo, prevista para 2011. Enfim, estamos potencializando o diálogo com esses países, para que possamos recuperar um pouco daquilo que é também nossa história e que acabou se perdendo.

Esse é o conjunto das ações que vimos realizando em três níveis: nas Relações Internacionais, no Programa Brasil Quilombola e no Programa de Ações Afirmativas. No âmbito das Ações Afirmativas, estamos potencializando o *processo de formação da trabalhadora e do trabalhador doméstico*. Sabemos que, nesse segmento, temos um índice importante de população negra, que não necessariamente tem uma escolarização boa. Por isso, estamos fazendo parcerias

[37] *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas*, realizada em 2001, em Durban, África do Sul. (Nota do editor).

com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério da Educação, com o intuito de atender um número maior de trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

A SEPPIR, desde a sua criação, potencializou bastante, como vimos, sua ação, mas há ainda muito por fazer, nesse segundo momento, da gestão do Presidente Lula. Estamos trabalhando, cada vez mais, dentro de uma perspectiva e dinâmica de descentralização, incentivando governos estaduais e municipais a trabalharem com políticas de promoção da igualdade racial, com vistas à construção de uma sociedade mais plural, mais democrática e mais respeitosa, em relação aos setores sociais e segmentos que historicamente foram excluídos dos processos de distribuição de riqueza e de participação nas instâncias de decisão da nossa sociedade.

Agradeço a oportunidade de poder ter falado aqui, diante desse público e dessa platéia, que também colaborou para o meu processo de formação e engajamento nas lutas sociais.

Mario Lisboa Theodoro
Consultor Legislativo do Senado Federal

Meu tema é “Questão Social no Brasil e a Política de Cotas”. Pode-se dizer que a questão racial ainda está por se construir, visto que a sociedade como um todo ainda não a incorporou como um problema, logo não se constitui propriamente numa questão. A *questão* é aquele problema social, a respeito do qual todos os segmentos tendem a ter e a dar uma resposta, ou seja, um posicionamento com relação a isso.

Com a problemática racial, isso ainda não aconteceu. Imaginamos que isso venha a acontecer em algum momento, mas por enquanto temos, na verdade, uma problemática. Diríamos que, enquanto o Brasil não perceber que a *questão racial* é um problema de todos, ou seja, um problema nosso, do país, ela não vai conseguir ser resolvida, colocada a contento. Esperamos que, um dia, ele chegue ao estatuto de uma questão de fato. Minha posição, assim, é de esperança que um dia tenhamos essa questão racial como um problema de todo o país.

Nesse momento, gostaríamos de chamar a atenção de vocês para alguns temas que consideramos *chave* nessa problemática racial brasileira, em particular a relação do racismo com a desigualdade e com a pobreza, mais outras conexões, inclusive com o papel do Estado.

Ao falarmos sobre racismo e desigualdade, veremos que há uma dimensão racial dentro da desigualdade brasileira. Embora muitos queiram passar a idéia de que se trata da mesma coisa, isto é, de que o problema do Brasil é um problema social e não racial, acreditamos que não é bem assim. Na verdade, são problemas enormemente interseccionados, mas são fenômenos distintos. Desigualdade é uma coisa, questão racial e racismo são outra. Eles se justificam, muitas vezes, mas não são necessariamente iguais.

O racismo serve para, de alguma maneira, naturalizar a desigualdade. Na medida que temos um estereótipo negativo com relação a determinado fenótipo, fica mais natural e palatável que esse grupo permaneça em situação de pobreza e de vulnerabilidade, porque isso não necessariamente atinge a nós, os *outros*, que são diferentes, mas apenas aqueles. Então, o racismo vem, na verdade, estigmatizar o pobre, fazer a *definição de pobre*, em geral associado à questão da cor, o qual, com isso, torna-se naturalizado.

O racismo também faz estabelecer uma ordem de prioridades. Chamaríamos de *cidadanias mais ou menos plenas*. Temos o exemplo dado por um colega que estava em contato com uma associação de donas de casa no Rio de Janeiro, a qual resolveu ajudar os "favelados", a um certo momento, nos anos 70. Perguntaram, então, na ocasião, do que os meninos favelados precisavam e essa pessoa que estava trabalhando com eles falou: "precisam de iogurte...". Ao que a moça respondeu: "espera aí, iogurte para menino negro de favela?!". Quer dizer, na verdade o que estava implícito era que existiam dois tipos de cidadãos. Uns, os nossos filhos, que comem iogurte naturalmente e os outros, os meninos da favela, que não necessariamente vão precisar disso. Essa desigualdade explícita é reproduzida no Brasil. Ela tem, em grande medida, a ver com o racismo e com a *visão social* que classifica as pessoas de acordo com determinados *fenótipos*.

A partir desse caso, gostaríamos também de fazer um contra-ponto acerca do papel do Estado, a despeito dos grandes avanços, inclusive depois da criação da SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial[38] e de uma série de ações que estão sendo feitas no âmbito do Governo do Presidente Lula. Historicamente, o Estado tem sido um algoz dentro da questão racial. Quando ele faz abolição como mero ato jurídico, sem nenhum tipo de complemento ou apoio, ou seja, simplesmente, do dia 13 para o dia 14 de maio, quem era *escravo* passou a ser *pessoa procurando emprego*, e não alguém empregado. Adquiriu um novo estatuto de cidadania, mas sem nada mais.

Nos Estados Unidos, por sua vez, mesmo com todos os problemas que ainda têm, o Estado, após a fazer a abolição dos escravos, construiu mais de 5 mil escolas para a população negra. Distribuiu ainda para as famílias dos negros rurais um pedaço de terra e uma mula. Ou seja, a abolição foi acompanhada de algum mecanismo que fizesse com que esse novo grupo social tivesse condição de começar a andar com as próprias pernas, dentro de um mercado de trabalho, agora livre.

No caso brasileiro, diferentemente, a abolição consistiu num simples ato jurídico, sem nenhum tipo de gasto do governo, exceto pela indenização que eles pagaram aos proprietários dos escravos. Supostamente a parcela maior dessa indenização deveria ser investida pelos proprietários na educação dos filhos dos escravos, mas isso nunca aconteceu. Os proprietários ficaram com a indenização toda e gastaram em outra coisa.

---

[38] Sobre a SEPPIR, ver nessa coletânea o artigo de Maria Palmira da Silva (N. do E.).

Nunca houve, então, da parte do Estado, nenhum tipo de gasto com a população negra no Brasil. Por outro lado, ao investir fortemente, na política de imigração, buscando uma europeização do país, o Estado também contribuiu para que a população negra fosse ainda mais alijada, dando espectro revelando o projeto de um país que queria ser mais branco do que era e fez um esforço para isso.

Temos que lembrar que a política de branqueamento, que não deu certo no Brasil, deu certo, por exemplo, na Argentina. No século XIX, logo, há dois séculos atrás, a população de Buenos Aires era composta de 30% de negros. A Argentina, então, num processo de branqueamento, conseguiu expulsar os negros, ou seja, tal política deu mais certo lá do que aqui. Felizmente para nós.

É preciso falar também da questão da pobreza. Como economista, lembro de um professor que falava: “por que você mexe com pobreza? Economia é a ciência da riqueza!”. Mas, no caso brasileiro, não se pode trabalhar com economia, sem falar na pobreza.

Gostaríamos, pois, de destacar três dimensões da pobreza, para resgatar essa discussão de maneira geral. A primeira é a dimensão histórica, em seguida a dimensão política e, finalmente, a dimensão racial da pobreza.

Com relação à dimensão histórica, pode-se adiantar que há, primeiramente, o passado escravista. Se dividirmos a nossa história em uma semana, de segunda a sexta, fomos escravocratas, ou seja, tivemos uma sociedade escravista, e somente o sábado e o domingo corresponde ao tempo que se tem de trabalho livre. Ou seja, mais de 2/3 da nossa história deu-se sob o regime de escravidão. Além disso, o Estado contribuiu para essa pobreza histórica com o advento de duas não-respostas ou duas respostas institucionais muito ruins, a saber: a Lei de Terras e a Lei da Abolição. A Lei de Terras é de 1850. No Brasil, após a independência, as pessoas começaram a ocupar as terras. O Império vai, então, por intermédio dessa lei, dizer: a terra não é de quem está nela, mas do antigo sesmeiro, da época de D. João. O Estatuto da Terra, portanto, fez com que todos os trabalhadores da terra virassem *sem-terra*. Ou seja, a opção feita pelo Estado na época foi colocar terra nas mãos dos grandes proprietários, descendentes dos sesmeiros da época de D. João.

A segunda resposta muito ruim foi a própria Lei da Abolição, a qual fez com que o escravo deixasse de ser um trabalhador para ser escanteado do mercado de trabalho. Isto porque, na medida que o mercado se abriu para novos contingentes de mão-de-obra importada, criou-se a informalidade. A informalidade, no Brasil, nasce, assim, logo após a Abolição, com o trabalho livre. Tínhamos muito mais trabalhadores do que postos de trabalho, o que vai resultar nos *informais* - pessoas fazendo biscate -, o que acontece até hoje. A pobreza, então, é, na verdade, historicamente, indissociável das opções feitas pelo Estado, sempre em favor de grupos minoritários e em detrimento da maior parte da população.

Um segundo ponto refere-se à dimensão política da pobreza, sobre o qual gostaríamos de ressaltar três aspectos. O primeiro diz respeito à pobreza como resultado de um processo de concentração de riqueza. Existe a pobreza, porque existe, de outro lado, a riqueza. Na verdade, a pobreza brasileira não é a *africana*, onde todos são pobres. Aqui, temos pobreza, porque o Brasil é um país extremamente desigual, isto é, existe um excesso de riqueza nas mãos de poucos. Isso significa que 5% da população mais rica detêm 50% de toda a renda nacional, o que mostra que há um processo histórico de concentração de riqueza, que nunca se conseguiu reverter.

O segundo aspecto relativo à dimensão política da pobreza está associado ao seu caráter de força motriz de uma transformação social. Isso quer dizer que, pela própria contradição e fato de haver cada vez mais pobres ou uma história de pobreza recorrente, tem-se aí, paradoxalmente, um gérmen de transformação social.

O terceiro aspecto vê a pobreza como elemento constitutivo de uma agenda política, ou seja, a pobreza do ponto de vista de um *projeto de país*. Logo, trata-se não apenas da pobreza em si, mas do enfrentamento da pobreza como uma perspectiva de agenda política que se colocou muito no Brasil, em algum momento, até os anos 80, e depois a pobreza vai assumir um outro papel. Torna-se, então, doravante, *campo de ação de políticas técnicas* do Banco Mundial, entre outros organismos internacionais, e menos uma questão política. Pode-se falar, assim, em uma *tecnificação da pobreza* ou mesmo em uma "bancomundialização" da pobreza. Isso corresponde à idéia do Banco Mundial de que a pobreza nada mais é do que um campo de ação para as políticas públicas e não uma questão política, que exige uma transformação social.

Trata-se, nesse caso, da "digestão" da pobreza. Hoje, o papel dos Estados é, portanto, digerir a pobreza e não acabar com ela. Tudo isso faz parte do seu processo de tecnificação, que é justamente o contrário da idéia de politização. Encontra-se em marcha, assim, uma *despolitização da idéia de pobreza*, de forma a se trabalhar apenas com esses programas que vocês, assistentes sociais, conhecem melhor do que eu.

E, por fim, resta falar ainda sobre a dimensão racial. Vamos trabalhar, então, mais de perto a idéia de que o racismo, a discriminação e o preconceito funcionam como elemento de diferenciação social. As pessoas vêem, assim, as pessoas negras como não tão cidadãs quanto elas. Uma segunda idéia remete à *pobreza naturalizada*, sobre a qual já falei. Tal como na costa da Índia, a dicotomia do preto e do branco, no Brasil, serve como elemento ordenador. Por isso, pode-se falar em síndrome da Escrava Isaura e da Grabriela, Cravo e canela. A *Escrava Isaura* foi um romance escrito e publicado ainda no século XIX, cujo autor – Bernardo Guimarães -, para sensibilizar a sociedade, clareou a escrava. Ou seja, para que as pessoas - a classe leitora, em particular, que era branca - conseguissem sentir empatia com o sofrimento da escrava, ele teve que clareá-la. A personagem teve que virar branca, e assim o público pôde sentir pena da escrava Isaura. Se ela fosse negra, talvez ele não conseguisse tanta empatia quanto conseguiu. E no caso da *Gabriela*, passou-se algo parecido, pois a história contada no livro de Jorge Amado traz a

personagem de Gabriela descrita como uma mulata daquelas bem mulatas da Bahia. Na novela, escolheu-se, então, uma atriz branca e deu-se uma escurecidinha nela. Mas o estereótipo da Sônia Braga não era, no fundo, o da Gabriela mulata. Isso significa que cem anos depois da *Escrava Isaura*, continua-se repetindo a mesma idéia e estratégia de tentar branquear os nossos negros, para que eles tenham alma. Isso é uma coisa muito importante e impressionante ainda no Brasil de hoje. Logo, se se desconsidera as três dimensões da pobreza - a dimensão política, a dimensão histórica e a dimensão racial -, acaba-se despolitizando o debate da pobreza e engessando a pobreza.

E despolitizando como? Reduzindo o problema da pobreza ao debate meramente do Banco Mundial. Ao se falar de pobreza, como se se tratasse de um buraco para tapar na estrada, em razão da quantidade de pobres que se tem para cuidar na cidade. Essas são formas de ver a questão que submetem a pobreza a espaços de ação e a uma política que é meramente técnica, uma política que não tem a ver com transformação política, mas com a mera gestão de uma situação de pobreza. A partir dos anos 80, todo discurso que o Brasil teve sobre a questão da pobreza não visa, no fundo, ao fim da pobreza, mas, sim, ao que fazer com os nossos pobres, para que isso não vire um barril de pólvora. A idéia é mais ou menos essa.

Ainda com relação à despolitização da pobreza, na prática, o debate sai da agenda política e passa para a esfera das agências internacionais, seguido da constituição de um *programa de políticas federalizadas*. Cada vez menos, a universalização é invocada a dizer algo com relação à pobreza. Cada vez mais, trata-se de *políticas focalizadas*. Já há algum tempo, a pobreza passou a ser uma questão técnica, que gira apenas em torno de qual é a melhor opção, porque que possui maior eficácia. Fala-se, inclusive, muito nisso: “é preciso ser eficiente e eficaz”.

Quanto à situação de tecnificação, ela destrói todo discurso político, que é transformador, paralelamente a um “engessamento” da pobreza, o que faz com que a pobreza seja vista como algo intrínseco e natural à sociedade. Existem pobres como existem pessoas, como existe a chuva, enfim. Não é algo a ser transformado, não é algo que cause mais indignação. Ao contrário, é algo que vai ser sempre objeto de uma política de gestão ou de gerenciamento, o que revela falta de perspectiva de mudança e de transformação social. Até os anos 80, o debate político, principalmente entre os partidos de esquerda, focava a transformação social para pôr fim à pobreza.

Hoje, porém, vê-se que subjacente à idéia de pobreza prevalece a da sua expressão continuada, como se fosse algo intrínseco à história e a qualquer sociedade. Assim, diante do fato de que a pobreza persiste, o que fazer com ela? O que o Banco Mundial faz? O discurso sobre a questão social transforma-se, então, no mais medíocre dos últimos cem anos. Por quê? Porque ele não trabalha com a idéia de mudança. A *questão social*, sob esses termos, entra no debate, portanto, apenas para naturalizar o que já está aí, o que gera um conformismo gigantesco.

Queríamos chamar a atenção, ao falar sobre essas *dimensões da pobreza*, para três estudiosos que nos inspiraram a pensar um pouco dessa forma, a saber: José de Castro, quando fala da dimensão política da pobreza; Milton Santos, quando destaca a dimensão histórica da pobreza; e Florestan Fernandes, quando exprime a dimensão social. É com base na contribuição deles que se está precisando repensar tudo isso: esse modelo de intervenção, mais o que vem a ser essa pobreza e, ainda, como a questão racial funciona para apaziguar o discurso acerca da pobreza.

Se considerarmos, por exemplo, o que acontece hoje com a população pobre, vamos falar: "ah! Não. O problema da pobreza só vai acabar com políticas universais". No entanto, o que se está vendo, no Brasil, é que, para além da questão da desigualdade, a questão racial faz com que as políticas educacionais atinjam com maior ênfase e resultados os pobres brancos do que os pobres negros. Os meninos negros na escola não conseguem ter o mesmo grau de atenção da professora que os meninos brancos. Isso está demonstrado, inclusive, em pesquisas feitas pelo IPEA. O mesmo acontece no atendimento de saúde paras mulheres negras e mulheres brancas, em que aquelas têm, por exemplo, um número de consultas pré-natal muito menor do que essas últimas e assim sucessivamente, em várias áreas. Isso significa que, para além de todo o instrumental de políticas universais de que necessitamos, precisamos, também, de cuidar de um outro tipo de política que tenha a ver, mais especificamente, com a questão racial, sem o que se vai estar cada vez aumentando mais o fosso entre brancos e negros.

Política para acabar com a pobreza é política de distribuição de renda. Nenhum país acabou com a pobreza sem redistribuir renda. E isso aconteceu em todos os países que acabaram com a pobreza. Mas o que é distribuição de renda? É reforma agrária. É reforma tributária, de forma que quem ganhe mais, pague mais, quem ganhe menos, pague menos, ou seja, os superlucros dos bancos têm que ser tributados. É preciso, assim, tributar o patrimônio e não só a renda. É necessário uma política de rendas, combinada ao aumento do salário mínimo e à proteção social.

A *questão racial*, por seu turno, precisa ainda de outros mecanismos. Além desses, tem que haver mecanismos de combate ao racismo, porque senão o que vai acontecer é que os negros vão ficar com os últimos lugares da fila das políticas universais.

Desse ponto de vista, faço aqui uma defesa das cotas. Talvez seja a primeira política que seja realmente contra esse grande mecanismo de redistribuição da pobreza. O Brasil, até hoje, primou com perfeição pela geração de desigualdade. Acostumamo-nos com essa desigualdade. Mais do que isso, a classe média precisa da pobreza. Se as empregadas domésticas começarem a ganhar R$3.000,00, que seriam salários de Suécia, estaríamos perdidos. Toda a infra-estrutura da classe média brasileira está em função dos serviços, que são muito baratos. *Serviço* barato é país desigual. Um país onde se estica o pé na rua e, com apenas uma nota de R$2,00, aparece uma pessoa ali para engraxar o seu sapato, é um país extremamente desigual. Então, é preciso reverter isso.

Convive-se, assim, no Brasil, com a modernidade e com a reprodução da pobreza o tempo todo. Somos campeões de reciclagem de alumínio. Ultrapassamos o Japão, há mais de dois anos. Reciclamos mais do que o Japão, do que a Alemanha e do que os Estados Unidos. Como? Com menino catando lata de cerveja na rua à meia-noite. É assim que reciclamos o alumínio, com a ajuda dessa informalidade gigantesca. A quebra desse processo vai se dar a partir de alguns mecanismos e a cota é um deles.

Na medida em que a cota tira esse segmento de pobres do "caminho natural" da prestação de serviços às pessoas de classe média, muitos jovens negros vão entrar na universidade e vão, posteriormente, continuar reforçando suas famílias. A cota vai, portanto, contribuir para quebrar um pouco a lógica e dinâmica atuais. Gostaríamos ainda de lembrar duas coisas em defesa das *cotas*. A primeira: a cota é para entrar e não para sair, ou seja, só sai da universidade formado quem tiver condição de terminar a universidade. A segunda é que grande parte dos nossos PHDs, que foram formados nos EUA, entrou na universidade lá pelo sistema de cotas. No entanto, esquece-se isso. As cotas de acesso à universidade americana teve como um dos objetivos a incorporação de alunos de outras nacionalidades, principalmente da América Latina. Desse modo, pode-se dizer que elas contribuíram para a formação de grande parte dos nossos ministros que estão aí.

Não vamos pensar também que a cota é uma coisa nova. A *cota* existiu na lei dos 2/3 de Getúlio Vargas, quando se precisou aumentar a participação dos trabalhadores brasileiros. A cota existiu na "lei do Boi", que era a lei que garantia aos filhos de trabalhadores rurais e de proprietários rurais vagas nas universidades e escolas técnicas agrícolas. Pode-se falar que a cota existiu ainda, de uma certa maneira, quando foi criada a SUDENE, porque, também de certo modo, privilegiou-se recursos para determinados direcionamentos, em detrimento de outros. Enfim, não é uma coisa nova, mas é algo, que, do ponto de vista racial, vai ser muito importante para que se possa reverter esse mecanismo, vigente há, pelo menos, duzentos anos, que faz com que as coisas, no Brasil, sejam previsíveis, como, por exemplo, que as pessoas que vão ascender sejam sempre as mesmas. Ademais, esse país, tão colorido e bonito, precisa se colorir também. Não basta apenas no futebol e na música. Precisamos nos colorir na medicina, na ciência e em todo lugar. Precisamos muito disso, pois, do contrário, vamos continuar a ser um país muito medíocre.

Joaquina Barata
Conselheira do CFESS

Minha intervenção vai ser muito despretensiosa e sintética. Vai se limitar a alguns comentários sobre a situação dos povos indígenas, a partir de pesquisa empreendida nos estados

do Amazonas e Pará, e do trabalho que venho desenvolvendo no Programa Raízes[39], nos últimos meses. São trinta e oito etnias que se encontram sob a jurisdição do Estado do Pará. Dada a natureza desse trabalho, farei algumas referências a negros e quilombolas.

A *luta por direitos*, em sua formulação abstrata, genérica, reúne num só campo uma ampla e diversa gama de movimentos, organizações e instituições religiosas, liberais, social-democratas, socialistas, comunistas e anarquistas. Isto se dá ao ponto de suscitar um "provinciamento" quanto àquele que é considerado o documento político mais universal do mundo, a Declaração Universal de Direitos Humanos.

Já os direitos étnico-raciais, por sua especificidade, e especialmente, seu enfoque na territorialidade e no etno-desenvolvimento, acirram as mais violentas controvérsias e dão visibilidade a posições, que lhe são contrárias, as mais reacionárias e preconceituosas. Isto ocorre mesmo nestes tempos em que indígenas, negros, quilombolas e demais povos tradicionais avançam impressões e conquistas de direitos, não só pela via de instrumentos jurídico-políticos, mas principalmente de lutas políticas.

Como diz David Harvey, não estamos numa fase em que o capitalismo, ante sua capacidade de acumular por meio da reprodução ampliada, vem tendo como saída da crise sua expansão geográfica por todo o planeta. Não se trata, portanto, mais da lógica de modernização conservadora, como na década de 70, mas de lógica destrutiva e especulativa. Sabemos que, entre as formas que assume essa expansão, destrói-se e subordina-se, não sem resistência, formações sociais não capitalistas. Alguns chamam-lhes formações sociais pré-existentes, como a dos indígenas e quilombolas.

Na Amazônia e no Brasil, está por ser apurada a perda irreparável de um extenso grupo de etnias inteiras. Gosto sempre de dar o exemplo dos "Neengaíbas", que é um grupo indígena que viveu na Amazônia e para quem a liberdade era um supremo bem, mais do que o pão, mais do que a água, mais do que o abrigo. Esse grupo lutou contra o colonizador até a morte. Se, como eu disse, os direitos humanos, em sua formulação genérica, reuniram no mundo uma força política de alguma pluralidade e não obstante os avanços que lhes são próprios, no que toca aos povos indígenas – inclua-se também os negros e quilombolas -, esses direitos parecem ainda na pré-história da humanidade.

O que vimos, por exemplo, em Washington, no centro do poder político imperial, perto da Casa Branca, logo, próximo ao Capitólio e ao prédio do Tesouro americano, onde se encontra um dos maiores estoques de riqueza e de reserva de ouro do mundo? Negros dormindo nas ruas, nas noites geladas, envoltos em maltrapilhos cobertores. Vimos negros idosos sendo expulsos por

[39] "O *Programa Raízes* foi criado pelo governo do Pará em 12 de maio de 2000 por meio do **Decreto Nº 4.054**. Sua missão é articular dentro do governo estadual o atendimento das demandas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Trata-se de uma iniciativa pioneira que busca estruturar uma política governamental específica para esses setores da sociedade". Cf. **http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_conquistas_raizes.html**. Acessado em: 19/02/2009. (N. do Editor).

guardas da estação rodoviária, onde tentavam se abrigar. Vimos, na Austrália, aborígenes *sem teto*, perambulando nas praças.

No Brasil, por sua vez, no que toca aos indígenas, é conhecida a contraditória trajetória da relação entre a FUNAI e os indígenas. Sabemos que a FUNAI – Fundação Nacional do Índio - é um órgão federal que se responsabilizou por políticas indígenas específicas. São longos anos de triste memória, de contribuição à devastação, à destruição cultural e de cooptação, sob a farsa da proteção. Mas mesmo a FUNAI, com todas as suas ambigüidades, tem sofrido, nos últimos anos, no seu lado que quer se identificar com o interesse dos povos indígenas, a investida neoliberal e podemos dizer que ela se encontra sucateada.

Não é novidade nenhuma que os Estados modernos se constituíram todos, tentando destruir uma diversidade étnica pré-existente. O processo de unificação territorial foi marcado, assim, pela violência e expropriação, impondo, pela força, uma nacionalidade e uma só cultura contra uma pluralidade étnica, algumas das quais em conflito no mundo, até hoje. É o caso dos Curdos, por exemplo.

Pluralismos culturais sempre foram considerados obstáculos não só à criação de uma unidade nacional, mas sobretudo à expansão da subjetividade do capital, em que o individualismo é o ideário proclamado e consagrado como cultura. Sociedades indígenas e quilombolas contrariam a expansão desses “patológicos” valores individualistas e de uma estrutura social que cimenta a sociedade de classes.

Na Amazônia, é possível perceber que o capital não só avança e se apropria dos territórios indígenas e quilombolas, mas destrói formações que demonstram serem possíveis outras relações sociais. Ao faze-lo, o capital desvaloriza e extingue princípios e valores de socialização do produto do trabalho, de socialização do poder, considerados perigosos para o modo de produção capitalista.

Gosto sempre de lembrar de um exemplo descoberto numa pesquisa que fizemos em 1976, lá no alto Rio Negro, em Cecília. Deparamo-nos, lá no estado do Amazonas, com um grupo tribal, para o qual a igualdade de acesso aos bens tinha tal centralidade na sociedade que, para eles, os missionários salesianos eram criminosos hediondos. Por quê? Porque estocavam alimentos num grande armário, enquanto alguns indígenas passavam fome. No que toca à territorialidade, sabemos que, no Brasil, a Constituição de 88 ensejou o fortalecimento de um *pluralismo jurídico* que ganhou força e que permite, hoje, que seja contemplado o direito à diferença cultural, inclusive para o reconhecimento da propriedade coletiva definitiva da terra, no caso dos quilombolas e da homologação coletiva para os indígenas.

Na década de 90, entretanto, o neoliberalismo, como força global, induziu uma mudança de conjuntura e conseguiu travar essa política étnica, já assegurada por lei. Passou a diluir demandas específicas, étnicas, em demandas gerais das políticas sociais. Uma série de obstáculos se manifestaram, portanto, no que toca às políticas étnicas, mais fortemente, quanto à titulação e

reconhecimento do território das comunidades e à homologação de terras indígenas - ambas tidas, juridicamente, como terras tradicionalmente ocupadas, o que lhes asseguraria por lei a propriedade coletiva. É justamente aí que se espera uma ação contundente do poder público e da CP (?), no sentido de assegurar esse reconhecimento.

Vocês lembram do Sérgio Vieira de Mello, aquele diplomata brasileiro morto num atentado? Ele afirmava que "onde o terrorismo inflige misérias, a resposta responsável é a lei. Resolve-se o conflito e a violência, com a restauração e defesa da lei". Diríamos, mais precisamente, que, na perspectiva de transformar o preceito moral em direito legal, temos que admitir a importância da lei, assegurando direitos étnicos e quilombolas, com instrumentos jurídicos em políticos. Isso é muito importante, mas a realidade nos obriga a perguntar se o caminho da luta pelos direitos humanos esgota-se e resolve-se apenas na conquista de instrumentos jurídico-políticos liberais.

Na Amazônia, mesmo terras quilombolas tituladas sofrem hoje um processo de *intrusão*, invasão e expropriação real, o que acirra os conflitos. Somos obrigados, então, a invocar a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel,* elaborada por Marx, para lembrar a rejeição radical dessa obra à concepção liberal e ilusória de lei, sem que se entenda, evidentemente, que toda a esfera legal é ilusória. O problema é que os direitos humanos, dentro do arcabouço jurídico literal, padecem de uma abstração contraditória no seio da realidade da sociedade em que se contextualizam, ou seja, uma sociedade capitalista.

O conjunto CFESS/CRESS defende o destaque dado aos direitos dos índios, dos negros, quilombolas, povos tradicionais, porque uma transformação radical não pode jamais ignorá-los. Pelo contrário, realiza-os no plano real. Sabemos, porém, que nada se resolve apenas pela proclamação de direitos, por mais solene que seja. A esfera legal só se torna eficaz, se puder se entranhar no corpo da sociedade como materialidade concreta, como cultura, como estrutura e como referência ética e étnica.

As teorias liberais que defendem, de maneira abstrata, os direitos humanos são, como diz Mézaros**,** suspeitas. Poderíamos mesmo dizer cínicas, porque também asseguram o latifúndio e a exploração do trabalho, invalidando, paradoxalmente, os direitos que parecem defender. A solução para isso está, portanto, ao nosso ver, no terreno da prática social e política. Sem a extinção do latifúndio e da exploração no Brasil, os direitos dos indígenas ao território reduzem-se a uma "chacota obscena da sua própria retórica".

Na perspectiva de ancorar uma visão avançada e comprometida com os direitos indígenas e quilombolas, o conjunto CFESS/CRESS deve, entao, prosseguir referenciado em seu projeto ético-político, com protagonismo na luta pela homologação das terras indígenas e titulação dos territórios quilombolas, como orientação também ao trabalho da categoria.

Não podemos ignorar que há grandes embates para travarmos a favor e em cooperação com os povos indígenas. Com os povos quilombolas, há grandes enfrentamentos de natureza ético-política e de natureza institucional. Alguns mais visíveis irrompem na mídia, outros invisíveis e

silenciosos entravam a consolidação dos direitos indígenas, os quais atravessam a relação Estado-Sociedade. Um diz respeito ao preconceito histórico dos que não reconhecem e não celebram as diferenças. Essa não é, porém, uma realidade apenas dos segmentos menos letrados da sociedade e do entorno das regiões onde habitam as etnias, mas invade a sociedade como um todo, inclusive as esferas do poder público - das pós-graduações e aos chamados setores que têm a missão de executar políticas públicas voltadas para as etnias e para o país.

É o que os movimentos sociais chamam de *racismo institucional*. Sabemos da existência de instrumentos jurídico-políticos nacionais e internacionais que fundamentam e respaldam a ação ofensiva e contundente a favor das etnias e do domínio do território coletivo. Sabemos ainda que muitos governos já reconhecem o caráter multiétnico e pluricultural da sua sociedade, no âmbito de suas jurisdições estaduais ou nacionais, especialmente após a aprovação da Convenção 169 da OIT / Organização Internacional do Trabalho[40], no entanto, vemos crianças indígenas morrendo de fome, de desnutrição, de diarréia, de dengue e outras doenças de fácil prevenção e tratamento.

Vemos etnias desintegrando-se, sob a ameaça da decadência, da auto-desvalorização e do alcoolismo, pondo em risco patrimônios culturais e ambientais de um extraordinário valor para a humanidade. Pergunta-se: por que persiste a dificuldade de garantir os direitos étnicos à terra? Por que se deixa para depois o reconhecimento à demarcação e, finalmente, à homologação dos territórios indígenas, quando se sabe que o tempo corre contra os índios e a favor de madeireiros, fazendeiros, mineradoras e garimpeiros? Quando se sabe que o tempo perdido favorece à dilapidação dos saberes da cultura? Quando se sabe que a vida está em jogo - a vida coletiva, a vida das etnias e a vida das gerações? Se olharmos o quadro da situação dos territórios indígenas no Pará, dos 74 territórios de ocupação, 30% sequer foram reconhecidos. 25% arrastam-se em longo processo de demarcação, paralisado desde 2003, e somente 40% foram homologados. Mesmo as terras homologadas têm esse problema, aqui já referido, de invasão por madeireiros, fazendeiros, posseiros, garimpeiros, estando muitas vezes, portanto, cercadas de rios contaminados de mercúrio, mineradoras, rodovias, entre outros.

A Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu (PA), por exemplo, se for incorporada no PAC / Programa de Aceleração do Crescimento, impactará 70% de áreas indígenas. Quando uma fazenda é invadida, a justiça, como todos sabemos, é ágil para exigir a reintegração de posse, o que não ocorre quando as terras indígenas homologadas são invadidas. A compreensão da questão indígena parece exigir mais do que uma consciência da defesa dos direitos indígenas, como imperativo legal e ético. Exige, também, um rigoroso conhecimento das especificidades

---

[40] A *Convenção N° 189 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais* foi promulgada em 27 de junho de 1989, em Genebra, e entrou em vigor internacional em 05 de setembro de 1991. O Governo Brasileiro aprovou em Decreto Legislativo de N° 143 (de 20/06/2002) o texto da Convenção e ratificou-o junto à OIT em julho de 2002. Em 19 de abril de 2004, o Presidente da República sancionou o Decreto N° 5.051 que ratifica a Convenção N° 189 no Brasil, conforme os termos previstos na Constituição de 1989. Para a visualização do Decreto e do texto da Convenção, da qual o Brasil é signatário, conferir o link: **http://www.institutoamp.com.br/oit169.htm,** acessado em 19/02/2009. (N. do E.).

étnicas e seus universos culturais, para uma implementação de políticas étnicas na perspectiva de sua autonomia.

A partir de uma crítica ao eixo da ação governamental, feita pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida[41], no que diz respeito aos quilombolas, podemos estendê-la a algumas políticas em relação às etnias indígenas. Ele falou que a ação governamental tem deslocado a *dimensão étnica* para outros instrumentos das ações e políticas padronizadas para o país. Por exemplo: para os instrumentos de política agrária, no caso da terra; para os instrumentos de políticas sociais no caso da ”pobreza”. Segundo ele, há obstáculos políticos de difícil transposição e não há recursos orçamentários para executar as *ações desapropriatórias* requeridas, na linha de garantia da principal expressão da afirmação étnica, a saber, a gestão do território. Por isso, diz ele, a ação governamental tem-se deslocado, concentrando-se em prestação de serviços básicos às etnias.

Ainda de acordo com Wagner, sob esse prisma, a estratégia governamental pode ser descrita segundo três planos de ação que se entrecruzam: o primeiro, aquele que os órgãos têm como função: animar os demais a tomarem as providências cabíveis, como é o caso do Programa Raízes, no Pará, e como é o caso da SEPPIR, no governo federal, o que não é suficiente. Nesse plano, índios e quilombolas reivindicam junto a organismos que detêm e aplicam recursos nas políticas étnicas.

No plano federal, isso parece ter sido atendido no que toca aos negros e quilombolas, porque eles se identificam com a criação da SEPPIR., como uma secretaria com estatura de ministério. Mas ela ainda tem essa função de animar.

No que toca aos índios, o modelo de fundação, materializado na FUNAI e FUNASA / Fundação Nacional de Saúde, são exemplos de fracasso de políticas públicas. Independentemente de uma avaliação do modelo, pasmem, estão querendo criar uma nova fundação para melhorar essas políticas. Isso é mentira, porque a FUNAI já é uma fundação, a FUNASA é também outra fundação.

O último e terceiro plano, considerado fundamental, o chamado Planejamento Territorial Participativo / PTP, tem buscado assegurar a participação de representantes indígenas em instâncias consultivas. Esse plano precisa ser completado com fóruns específicos, de modo que não sejam diluídas as especificidades numa discussão padronizada e genérica.

O PTP busca implementar ações de política social, confirmando que o eixo da ação operacional sofreu um deslocamento da questão da terra para o de provimento de serviços básicos às etnias. Tem-se, por exemplo, a informação da inclusão de indígenas no plano de aposentadoria

[41] Cf. “Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais”. *Boletim Informativo do NUER / Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas – UFSC: Territórios Quilombolas – reconhecimento e titulaçao das terras*. Florianópolis, NUER, v. 2, N° 2, fevereiro 2005. (N. do E.).

/ LOAS e de distribuição de cestas de suprimentos pelo projeto Fome Zero. Os índios vêm reclamando que não querem o Bolsa Família. Eles querem o Bolsa Aldeia.

Não somos contra a políticas sociais que reforcem o empoderamento indígena, mas temos que reconhecer, sim, a pertinência do comentário de Alfredo Vagner, quando chama a atenção para o fato de que a ênfase em políticas sociais padronizadas detona o *princípio étnico da coletividade*. Individualiza pessoas que se tornam "beneficiárias" de programas, projetos e planos governamentais, as quais passam a ser classificadas como "público-alvo", "público-metas", englobadas por classificações abrangentes, inadequadas para as etnias. Esta é uma parte bem polêmica, justamente porque é preciso ter cuidado na hora de ousar definir os índios apenas como "pobres", "populações carentes", "excluídos", "população de baixa renda", "população vulnerável" e "desassistidos". Os indígenas correm o risco, ainda, de serem submetidos aos mecanismos gerais de políticas, que privilegiam a iniciativa individual em detrimento da etnia. Ser indígena não é um atributo que funciona como agravante da condição de "pobre".

Finalizo valorizando esse momento como uma oportunidade de partilharmos propostas e reflexões a favor dos povos indígenas. Que o nosso trabalho e o poder público avancem no reconhecimento das etnias como herdeiros de valores éticos, como a liberdade, a igualdade, a justiça e a solidariedade, perto dos quais sequer conseguimos chegar. Que avancem ainda no reconhecimento dos seus saberes e cultura milenares, em que há um profundo respeito pelo meio ambiente e pela terra, cujos segredos eles conhecem bem mais do que nós.

Como disse Dom Erwïng Krautler, presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e bispo de Altamira (estado do Pará), "derrubemos o castelo de nossa pseudo-autosuficiência e superioridade cultural para comungar com os indígenas o sonho de uma terra sem males"[42].

[42] Cf. *Povos Indígenas no Pará e Amapá*. Belém, CIMI II, 2002. (N. do E.)

Deliberações e Recomendações por Eixo Temático

FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Propostas

1.Elaborar a normatização referente à emissão de pareceres conjuntos entre assistentes sociais e profissionais de outras categorias, no âmbito sócio-jurídico e outros campos onde se desenvolvem ações interdisciplinares, com base no Parecer Jurídico nº 20/07.

2.Aprofundar a discussão sobre a descaracterização da profissão no Sistema S (SESI, SESC, SESEF – Serviço Social das Estradas de Ferro, SENAR – Serviço Social dos Rodoviários, SEST – Serviço Social do Transporte) visto a relevância dessas instituições, inclusive, ao apropriarem-se da expressão "Serviço Social".

3.Aprofundar o debate e construir posição política com base em fundamentos teóricos e jurídicos sobre praticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social; o resultado desses estudos e proposta de normatização será deliberado no próximo Encontro Nacional.

4.Fazer campanha nacional em defesa de concurso público para assistente social, considerando:

a) Determinação judicial de elaboração de estudos sociais e emissão de parecer pelo assistente social nos âmbitos do Ministério Público, do Judiciário – nas esferas nacional e estaduais – e nos Juizados Previdenciários;

b) Implantação da NOB-RH do SUAS que demanda concurso público, garantindo quadros próprios de trabalhadores.

c)Concretização dos direitos previdenciários (Ministério da Previdência Social/INSS).

d) As peculiaridades regionais e dos campos de atuação profissional;

e) A importância do profissional na composição da equipe técnica social nos Programas de Desenvolvimento Urbano e Habitacional da Caixa Econômica Federal.

f) A importância do profissional na composição da equipe técnica social nos Programas de Desenvolvimento Urbano e Habitacional.

g) A tabela de honorários do Assistente Social instituída pelo conjunto.

h) Necessidade do Serviço Social na Previdência, com vistas, inclusive, às determinações da NOB/SUAS com relação aos benefícios assistenciais.

5.Elaborar material pedagógico que aponte as novas configurações profissionais do mercado e a importância do fortalecimento da identidade profissional do assistente social nessas inserções, com prioridade para discussão sobre cargo genérico.

6.Estabelecer parâmetros de referência sobre a média de atendimento de usuário, por assistente social, nas diversas áreas de atuação.

7.Realizar levantamento da legislação existente no que se refere à carga horária de trabalho de outras categorias profissionais na perspectiva de balizar a tomada de decisão do Conjunto acerca desta questão

8.Intensificar a fiscalização nas Unidades de EAD para conhecer as atribuições dos professores especialistas, tutores eletrônicos e tutores de sala e dinâmica de funcionamento das aulas e do estágio supervisionado com vistas a garantir o previsto no inciso V e VI do artigo 5º, da Lei 8662/93.

9.Avaliação do processo de implementação da Resolução nº 493/2006 sobre condições técnicas e éticas do exercício profissional, incorporando outras estratégias de defesa de condições condignas de trabalho dos assistentes Sociais, com sistematização e socialização dos procedimentos adotados pelas COFIs frente às infrações

10.Instituir Resolução pelo CFESS sobre o lacre de material técnico.

11.Fazer estudos, em conjunto com a Comissão de Ética e Direitos Humanos, para definir posição do Conjunto CFESS/CRESS sobre a experiência denominada "Depoimento sem danos", que se encontra em execução na Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que confere ao Assistente Social a função de porta-voz do Juiz ao abordar crianças e adolescentes em audiência, visando facilitar o depoimento destes a respeito de possíveis situações de violência de que teriam sido vítimas. Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei e intervir na perspectiva de garantir a defesa do exercício profissional do Assistente Social.

12.Contemplar no estudo jurídico sobre a relação do assistente social com o poder judiciário as seguintes matérias:

a) O não cumprimento de determinação judicial de busca e apreensão de crianças, adolescentes e idosos pelos Assistentes Sociais;

b) "Depoimento sem Danos".

13.Elaborar Resolução que regule a relação do assistente social na função de assistente técnico com aquele que está na função de perito judiciário.

14.Incluir no estudo do Grupo de Trabalho sobre Serviço Social na Saúde, considerando as contribuições dos CRESS (7ª e 15ª Regiões) no que se refere às competências dos Assistentes Sociais no processo de alta e remoção de pacientes em unidades de saúde, comunicação de óbito e demais atribuições.

15.Intensificar a mobilização em âmbito nacional para a fiscalização de irregularidades identificadas nos campos de estágios, estabelecendo uma interface com a ABEPSS no monitoramento dos Cursos a Distância.

16.Ficam instituídos os seguintes instrumentos como anexos da Política Nacional de Fiscalização:

a) Relatório de visita de fiscalização;

b) Termo de visita de fiscalização;

c) Relatórios de averiguação de irregularidades.

17.Elaborar material informativo (cartaz, folder, cartilha) sobre supervisão direta de estágio em Serviço Social.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Propostas

1.Intensificar a aproximação da Categoria com o Projeto Ético Político Profissional por meio de atividades que tenham como referência o curso Ética em Movimento.

2.Confeccionar material de divulgação destacando o posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS na defesa dos direitos humanos, contemplando material audiovisual.

3.Fortalecer a Comissão ampliada de Ética e Direitos Humanos, promovendo ações de defesa dos direitos humanos, construindo uma agenda que contemple as temáticas de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, pessoas com deficiência, dentre outras, garantindo articulação e ações conjuntas com os movimentos de direitos humanos, contemplando a transversalidade nas políticas públicas.

4.Aprofundar o debate junto à Categoria e construir posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS sobre as políticas de ações afirmativas na perspectiva da garantia da igualdade racial, com vistas ao estabelecimento de estratégias político - profissionais de enfrentamento da questão.

5.Concluir, envolvendo os parceiros, avaliação da Campanha de Orientação e Expressão Sexual até o final da gestão 2005-2008.

6.Dar continuidade à elaboração do compêndio sobre jurisprudência dos recursos éticos julgados pelo CFESS.

7.Elaboração do projeto da edição comentada do Código de Ética.

8.Aprofundar o debate do Conselho da Comunidade e fazer gestão junto ao legislativo para propor alteração do texto legal referente às finalidades, composição e papel do Conselho da Comunidade, previstos nos artigos 80 e 81 da Lei de Execução Penal, na direção de um Conselho de Controle Social, integrado por diversas organizações da sociedade, em defesa dos direitos de sentenciados e familiares, desatrelado do aparato estatal, na construção da transparência da gestão prisional. Constituído o Grupo de Trabalho com os seguintes CRESS: SP/ PR/ GO/ BA/PA e o CFESS.

9.Promover a capacitação para os profissionais que representam o Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos com a ótica da universalização dos Direitos Humanos.

10.Confeccionar cartaz sobre a ética profissional como instrumento de apoio ao trabalho político-pedagógico dos CRESS, remetendo ao CFESS os modelos existentes nos CRESS, até 30 de setembro de 2007

11.Realizar debate sobre os dilemas éticos e bioéticos que se manifestam no cotidiano profissional, durante o Seminário Nacional de Saúde que acontecerá em 2009.

12.Promover, a cada gestão, uma Campanha Nacional, de Defesa dos Direitos Humanos, em articulação com os movimentos de defesa de direitos humanos.

Sugestão de tema: “Direitos Humanos, Trabalho e Riqueza no Brasil”.

Recomendações

1.Apropriar-se da discussão da construção do Sistema Nacional de Segurança e dos Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos.

2.Realizar e participar de atividades considerando o calendário de lutas em defesa dos direitos humanos, e em particular, o dia 10 de dezembro.

3.Elaborar estratégias para capacitação do 4º módulo aos agentes multiplicadores que já participaram do Curso Ética em Movimento.

4.Desenvolver estratégias coletivas frente à violação de direitos vivenciados pelos assistentes sociais no seu exercício profissional, fomentando a interlocução com outras categorias profissionais.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Propostas

1.Fortalecer ações políticas contra a precarização do ensino superior para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a preservação de seus direitos, conforme as seguintes estratégias:

a) Aprofundar a discussão sobre o exame de proficiência como uma das estratégias de defesa da qualidade do exercício profissional, garantindo um amplo conhecimento das possibilidades e implicações jurídicas e políticas de sua realização;

b) Realizar os seminários regionais (até maio de 2008) e o nacional (em junho de 2008), de formação profissional em conjunto com ABEPSS e ENESSO, intitulado Precarização da Formação Profissional e Impactos sobre o Exercício Profissional - Estratégias de Enfretamento: O Exame de Proficiência – Possibilidades e Implicações.

c) Manter atualizado o levantamento dos projetos de lei em andamento bem como possibilidades e implicações jurídicas para sua eventual implementação;

d) Acompanhar os debates e definições nos Fóruns dos Conselhos Federais e Estaduais das profissões regulamentadas.

e)Divulgar as posições existentes, e que as mesmas sejam utilizadas como instrumento norteador do evento a ser realizado em junho de 2008.

f) Construir com as demais entidades da categoria, e movimentos sociais estratégias de reivindicação e pressão junto ao MEC/CNE para que cumpra suas atribuições de autorização, avaliação e regulamentação de cursos em unidades de ensino.

g) Tomar a decisão sobre a adoção ou não do exame de proficiência em Serviço Social, no Encontro Nacional CFESS/CRESS 2008.

2.Estabelecer agenda entre entidades nacionais (CFESS, ABEPSS, ENESSO) de debates e lutas em defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional por meio de uma campanha nacional em defesa da qualidade da formação profissional, com as seguintes estratégias:

a) Intensificar ações efetivas para se contrapor aos cursos de graduação à distância em Serviço Social e ao posicionamento do MEC por não contemplarem a qualidade da formação para o exercício profissional, tais como: divulgação ampla do manifesto já aprovado; publicar nota em jornais de grande circulação, através da qual o Conjunto CFESS/CRESS torne público seu posicionamento contrário aos cursos de graduação à distância;

b) Efetivar a fiscalização, promovendo discussões entre as entidades da categoria (ABEPSS/ENESSO/CFESS/ALAETS) tendo em vista a realização de visitas às unidades de ensino, com ênfase no estágio em Serviço Social, recuperando o parecer sobre a supervisão direta e estágios de extensão;

c) Publicar análise prospectiva sobre as implicações do crescimento do ensino privado na formação e no exercício profissional;

d) Efetivar alianças junto aos demais sujeitos: associações de docentes, outros Conselhos Federais de profissões regulamentadas, Ministério Público, movimento estudantil e outros que comunguem da contraposição dos cursos de graduação à distância;

e)Realizar ações conjuntas junto ao(s) avaliador(es) do MEC e dos Conselhos Estaduais de Educação pelo comprometimento com as diretrizes curriculares da ABEPSS, estabelecendo agenda de discussão e monitoramento;

f) Defender a ampliação de vagas presenciais no ensino público superior em contraposição à reforma universitária, combatendo a transferência de verba pública para compra de vagas em universidades privadas (PROUNI) e medidas desregulamentadoras como o REUNI

g) Aprofundar o conhecimento da estrutura dos cursos de graduação em Serviço Social à distância, em articulação com ABEPSS e ENESSO, quanto ao seu funcionamento (locais, instituições responsáveis, profissionais envolvidos, número de turmas existentes) e à qualidade dos aspectos pedagógicos, para orientar, fortalecer e subsidiar o exercício da fiscalização desses cursos no que diz respeito às determinações expressas nos art. 4º e 5º da Lei nº 8662/93.

3.Instituir uma Política Nacional de Capacitação Continuada para os Assistentes Sociais, envolvendo os CRESS e as unidades de ensino locais, a partir das seguintes estratégias:

a) Estabelecer diretrizes nacionais para Política Nacional de Capacitação Continuada;

b) Adotar mecanismos nacionais de incentivo e apoio aos CRESS para elaboração de sua política local de Capacitação Continuada, em conjunto com as entidades de ensino locais e nacionais, evitando ações isoladas e cursos fragmentados;

c) Estabelecer parcerias institucionais entre as instituições de ensino superior e os CRESS, para oferecimento de cursos de pós-graduação a partir das demandas dos Assistentes Sociais e em conformidade com a Política Nacional de Capacitação Continuada.

d) Incentivar a sistematização das práticas profissionais como forma de educação permanente, destacando o seu conteúdo político - pedagógico, através da criação de publicação, em periódico próprio, sobre experiências profissionais e seus desafios;

e) Instituir Fórum Nacional e Regional sobre a educação permanente, como estratégia de contraposição às iniciativas de precarização do ensino e avaliação da Política de Educação Permanente em âmbito regional e nacional.

4.Efetivar a realização do segundo Curso de Especialização à Distância do CFESS/ABEPSS.

5.Estimular/manter a articulação dos Fóruns de Supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, ABEPSS, Unidades de Ensino e as instituições campos de estágio, socializando informações entre os CRESS e o CFESS no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.

6.Remeter ao GT do CFESS a questão das residências de Serviço Social que não são reconhecidas pelo MEC para verificar a viabilidade de gestão junto a esse, em parceria com a ABEPSS.

7.Estabelecer uma interlocução junto ao MEC a respeito do conteúdo do diploma que vem sendo emitido pelas Unidades de Ensino, de forma a conferir ao formando o título de bacharel em Serviço Social, e não de Assistente Social (que implica em registro nos Conselhos Regionais), como vem ocorrendo atualmente.

Recomendações

1. Propor parceria com as universidades objetivando abertura de campos de estágio de Serviço Social junto à estrutura política- administrativa e de fiscalização dos CRESS.

SEGURIDADE SOCIAL

Propostas

1.Articular junto à União, Estados, DF, municípios, e respectivas instâncias de controle social e FENTAS, a inclusão do profissional de Serviço Social nas equipes do Programa de Saúde da Família, definidas pelo Ministério da Saúde.

2.Participar e acompanhar o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social/SUAS, entendendo e defendendo que sua exeqüibilidade requer:

a) Aumento real de recurso nas três esferas de governo mediante vinculação de recursos da seguridade para a AS conforme deliberação da 5ª Conferência Nacional de AS e destinação para o Fundo de AS, com pisos nacionais condizentes com os custos dos Serviços Sócio Assistenciais.

b) Fortalecimento dos Conselhos e Fóruns de Assistência Social, pelo Conjunto CFESS/CRESS, e incentivo à participação dos usuários em articulação com os movimentos sociais.

c) Efetivação da Resolução do CNAS – que regulamenta o Artigo 3º da LOAS, Resolução nº 191/2005.

d) Gestão articulada do BPC pelo MDS e MPS, com revisão de critérios que restringem sua abrangência: per capita, conceito de pessoa com deficiência e revisão bianual conforme deliberação da V Conferência Nacional de Assistência Social.

e) Implantação da NOB/RH SUAS nos Municípios e Estados e DF, com ênfase na educação permanente de trabalhadores, gestores e conselheiros.

f) Legislação federal que autorize repasse de recursos para pagamento de trabalhadores do quadro próprio**.**

g) Regulamentação de serviços com composição de equipes de referência.

h) Garantia do comando único, da universalização da cobertura da rede sócio-assistencial e da formação de um amplo quadro de trabalhadores, mediante concurso público.

i) Articulação com as demais políticas de proteção social.

j) Efetivação da Resolução nº 212/2006 que regulamenta os benefícios eventuais.

3.Acompanhar o processo de implementação da NOB/RH-SUAS nas três esferas de governo, por meio da seguinte agenda:

a) articulação com outras categorias profissionais, sindicatos e demais forças sociais para instituição das câmaras/mesas de negociação para defesa e regulação das condições e relações de trabalho;

b) defesa de capacitação própria para os trabalhadores da AS.

4.Efetivar o trabalho do GT do Serviço Social na Educação, apresentando seus resultados no Encontro CFESS-CRESS-2008.

5.Elaborar e aprovar a Carta de Natal no 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS a ser encaminhada à sociedade, sinalizando os desafios colocados hoje diante da ofensiva destrutiva da desregulamentação das relações econômicas e sociais e a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais, contemplando:

a) Necessidade de alterar a política econômica do Governo Federal, particularmente, o fim da transferência de verbas das políticas públicas para efeitos de superávit primário;

b) Reafirmação dos valores e princípios do Projeto Ético-Político Profissional;

c) Denúncia da precarização da formação profissional e expansão acelerada dos Cursos de Serviço Social, privados presenciais e à distância;

d) Desafios ao trabalho do assistente social no âmbito do SUAS e das Políticas Sociais;

e) Reafirmar as Políticas Sociais como direito social e dever do Estado, manifestando posição contrária às reformas do Estado de caráter neoliberal, que desregulamentam direitos, precarizam as relações e condições de trabalho e terceirizam a gestão dos serviços públicos.

6.Fortalecer e acompanhar a reestruturacão do Serviço Social do INSS, de modo a contemplar a realização dos serviços específicos a serem prestados a população previdenciária e aos usuários do BPC, através de:

a) Ampliação do quadro de profissionais de Serviço Social, por meio de concurso público, de acordo com as necessidades apresentadas;

b)Acompanhamento do processo de reestabelecimento dos instrumentos técnicos do Serviço Social junto ao INSS (parecer social, recursos sociais, etc).

7.Adotar estratégias políticas para a representação do CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas Públicas e de Defesa de Direitos, considerando a fundamentação jurídica que os caracteriza como representação de trabalhadores e de defesa de direitos, por meio de:

a)Manutenção atualizada do mapeamento, acompanhamento e avaliação das representações do Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas Públicas;

b) Realização de encontros estaduais de assistentes sociais com assento nos Conselhos, com o objetivo de ampliar e capacitar a categoria, discutindo os critérios de indicação das representações e os instrumentais de acompanhamento, socialização e monitoramento dessas representações, remetendo a discussão para os Encontros Descentralizados e Nacional;

c) Realização de Seminário Nacional de Assistentes Sociais, Conselheiros de Direitos e Políticas, antecedendo ao Encontro Nacional CFESS/CRESS de 2008, garantindo tempo necessário ao aprofundamento dos debates.

d) Capacitação e fortalecimento de representação da categoria nos Conselhos de Políticas e Direitos com enfoque no controle e acompanhamento da execução orçamentária nas três esferas de governo.

8.Manter debate no âmbito dos Conselhos e Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o Projeto de Lei n° 1756/2003, qu e dispõe sobre a Lei Nacional de Adoção e dá outras Providências, propagando campanha que denuncie para a sociedade o seu teor discriminatório.

9.Estimular e\ou deflagrar ações nos Estados junto aos parlamentares e a sociedade em geral, expressando a posição do Conjunto CFESS\CRESS em defesa do ECA, e em especial no que diz respeito a:

a) Não alteração da idade de responsabilidade penal;

b) Não alteração de tempo de internação dos adolescentes autores de ato infracional;

c) Acompanhamento e monitoramento do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo – SINASE;

d) Acompanhamento e monitoramento da implantação do Plano Nacional de Convivência familiar e Comunitária;

e) Combate à violência sexual doméstica e exploração comercial contra a criança e adolescente.

10.Promover estudos sobre a proposta da Fundação Estatal de Direito Privado para fortalecer estratégias de resistência junto às diversas entidades e movimentos sociais e nas Conferências Estaduais e Nacional das Políticas de Saúde, Assistência Social e Criança e Adolescente.

11.Aprovação da moção nº 06 apresentada pela região Sudeste como moção do Encontro Nacional em apoio ao CNS contrária à criação da Fundação Estatal de Direito Privado.

12.Promover Seminário Nacional de Serviço Social na área da Saúde em 2009 a fim de contemplar a decisão da plenária ampliada realizada em abril de 2007.

13.Promover articulações políticas com os movimentos sociais em defesa da agenda da Seguridade Social do conjunto CFESS/CRESS e contra as reformas previdenciárias, trabalhista e universitária.

14.Promover debates em âmbito nacional sobre o ECA e o SUS e a atuação profissional nas áreas da infância e juventude e saúde, marcando a passagem dos 18 anos destas Leis, que ainda não foram implementadas na íntegra.

15.Aliar-se aos movimentos sociais na realização de campanhas sobre a importância do voto nas eleições municipais, combatendo o uso indevido das Políticas Públicas nestas ocasiões.

16.Acompanhar o processo de implementação do Sistema Nacional de Habitação de interesse social, defendendo a luta pelo direito a cidade com:

a) Criação e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais;

b) Fortalecimento e participação nos Conselhos das Cidades e dos Fóruns pela Reforma Urbana;

c) Realização de debates sobre os vários instrumentos e medidas que dão diretrizes para uma Política Urbana participativa e democrática.

Recomendações

1.Realizar um balanço crítico do SUAS e da NOB-RH no âmbito da Seguridade Social, por meio da seguinte agenda:

a) Fortalecer a ação política e Encontros dos assistentes sociais nos eventos realizados pelo CNAS e MDS.

b) Continuar realizando debates locais e regionais sobre o SUAS, pelos CRESS, envolvendo outras categorias profissionais que atuam na Assistência Social.

2.Reafirmar a importância e fomentar a criação de Fóruns de Seguridade Social, em médio prazo, em articulação com os colegiados de Conselhos profissionais estaduais e nacional e movimentos sociais organizados.

3.Estimular estudos, mapear as práticas e sensibilizar a categoria dos assistentes sociais para a transversalidade das questões ambientais, urbanas e agrárias em todas as Políticas Públicas, através de debates e acompanhamento sistemático da atuação profissional nestas áreas e com populações tradicionais, contemplando a discussão sobre a importância de instituir mecanismos de proteção à propriedade intelectual dos conhecimentos dessas populações, formando uma rede (internet, encontros etc.) de discussão sobre a questão ambiental.

4.Aprofundar os debates em relação da PLS 268 nos Regionais, juntamente com as entidades envolvidas e interessadas na discussão assegurando a defesa dos princípios do SUS, socializando as informações junto ao Conjunto CFESS/CRESS.

5.Firmar posição contrária à reedição dos fundos de solidariedade, uma vez que ferem frontalmente o comando único da gestão da Política Pública de Assistência Social, efetivando representações junto aos Ministérios Públicos Federal e Estaduais.

6.Defender nos espaços de representação o controle social sobre as verbas oriundas das empresas privadas, no sentido de que suas destinações sejam submetidas à deliberação dos Conselhos de Políticas Públicas.

7.Fortalecer a luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, articulando com outras entidades e conselhos profissionais visando à efetivação da legislação existente.

8.Manter a discussão sobre a importância do controle social nos Conselhos de Previdência Social (nacional e regionais), enfatizando seu caráter deliberativo e paritário.

9.Defender a Seguridade Social como amplo e universal Sistema de direitos sociais, conforme art. 6º da Constituição Federal, com financiamento baseado nos lucros do capital e gestão participativa, submetida ao controle da sociedade.

10.Firmar posição contrária aos fundos públicos paralelos, uma vez que ferem frontalmente o comando único da gestão da Política Pública de Assistência Social.

11.Defender nos espaços de representação a extinção das emendas parlamentares.

12.Estimular estudos para a criação de um índice que revele o risco social no Brasil polarizando com os índices de risco do capital, a exemplo do risco País.

GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Propostas

1.Dar continuidade ao estudo do perfil do inadimplente em cada regional, tendo como objetivo identificar as razões da inadimplência, divulgando os resultados através dos meios de comunicação dos Conselhos Regionais e Federal, com prazo para a execução até agosto de 2008.

2.Manter ação educativa e fiscal no sentido de esclarecer a importância das anuidades, conseqüências do não pagamento, bem como notificação de cobrança no início de cada ano aos profissionais inadimplentes no exercício anterior, com a revitalização da Comissão de Inadimplência, socializando os resultados das ações nos Encontros Descentralizados e Nacional.

3.Corrigir em 4,5% (IPCA/IBGE - setembro de 2007) o patamar máximo e mínimo das anuidades do exercício de 2007 a serem praticadas em 2008, para pessoa física, conforme Resolução a ser expedida pelo CFESS, mantendo o parcelamento da anuidade em até 06 (seis) meses sem juros, a contar de janeiro. Data de vencimento das parcelas da anuidade: do dia 05 ao dia 10 do mês subseqüente.

4.Corrigir em 4,5% (IPCA/IBGE – setembro de 2007) a anuidade do exercício de 2007 a ser praticada em 2008, da pessoa jurídica. Data do vencimento da anuidade: do dia 05 ao dia 10 do mês subseqüente.

5.Corrigir em 4,5% os valores de taxas e emolumentos praticados em 2007.

6.Estabelecer descontos de 15%, 10% e 5% sobre o valor da anuidade quando paga em parcela única nos meses de janeiro, fevereiro e março, respectivamente.

7.Concluir estudos com vistas à alteração da Resolução nº 354/98, que trata do cancelamento e suspensão de inscrição quando do não pagamento de anuidades por 2 anos consecutivos, cujos resultados deverão ser apresentados no Encontro Nacional de 2008.

8.Verificar junto ao Sistema Implanta a possibilidade de consulta restrita dos CRESS em casos de suspensão e cancelamento de registro profissional do Conjunto.

9.Manter a mesma composição regional da Comissão Gestora do Fundo de Apoio aos CRESS e Seccionais até o Encontro Nacional CFESS/CRESS de 2008.

10.Que os CRESS encaminhem ao CFESS o levantamento da legislação existente, sobre a liberação dos conselheiros para o exercício de suas atividades no Conselho e após sistematização o CFESS encaminhe aos CRESS para subsidiar as ações políticas.

11.Socializar, até o mês de março de cada ano, na página eletrônica do CFESS, os seguintes dados referentes à movimentação dos registros profissionais de cada CRESS/Seccional Estadual, dados compilados com as informações fornecidas pelos CRESS, até fevereiro de cada ano:

- número de novos inscritos;
- número de inscritos ativos;
- número de dispensados dos pagamentos por ter completado 60 anos;
- número de reinscritos;
- número de novos cancelamentos.

12.Rever e atualizar a Resolução nº 378/98 (Consolidação das Resoluções do CFESS).

13.Realizar consulta junto a Implanta para analisar a possibilidade do SiscafWeb visualizar a inadimplência em exercícios lançados na dívida ativa ou cobrança judicial.

Recomendações

1.Que o primeiro Encontro Nacional CFESS/CRESS, no início de cada gestão, seja realizado em Brasília, a fim de possibilitar a participação de um número maior de delegados e que, nos anos subseqüentes, seja garantido o sistema de rodízio.

2.Enviar deliberações dos Encontros Nacionais CFESS/CRESS para os Regionais até o dia 30 de setembro, de forma a permitir que elas subsidiem os Planos de Metas de cada Regional para o exercício posterior.

3.Debater e socializar as informações acerca dos encaminhamentos das ações das Comissões de Inadimplência dos Regionais.

4.Finalizar estudos de avaliação até junho de 2008 para subsidiar as discussões dos próximos encontros descentralizados sobre:

a) A resolutividade do Sistema "Implanta", custos, viabilidades e vantagens de continuidade para o Conjunto CFESS/CRESS, a partir do estudo já realizado em 2004;

5.Efetivar ações políticas que visem assegurar a liberação dos conselheiros para o exercício de suas atividades nos Conselhos, dentre elas a apresentação de um Projeto de Lei em nível nacional, envolvendo no debate os Fóruns dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas e Fórum dos Conselhos Federais Profissionais da Área da Saúde (FCFAS)

COMUNICAÇÃO

Propostas

1.Fazer estudos no sentido de verificar a viabilidade do Projeto da Revista Inscrita, de forma acessível à categoria.

2.Promover capacitação técnica e prática para aperfeiçoar a comunicação do assistente social com a sociedade e a mídia, tendo como público prioritário os conselheiros e profissionais de base integrantes das Comissões de Comunicação.

3.Viabilizar a divulgação das ações do Conjunto CFESS/CRESS para além da publicação de seus balancetes financeiros nos materiais das entidades.

4.Realizar no mês de novembro do ano anterior uma consulta aos CRESS para definição dos temas e distribuição de peças publicitárias para o dia do Assistente Social, garantindo compartilhamento de despesas (CFESS/CRESS) e fortalecendo a participação dos regionais no processo de construção dos conteúdos.

5.Produção de material de divulgação (Cartilha Nacional do Assistente Social, DVDs, e vídeo institucional) para a visibilidade da profissão em nível nacional que contemple o que é o Conjunto CFESS/CRESS e quais as instâncias deliberativas e de participação, rotinas administrativas, entre outras, voltadas aos usuários, empregadores e a sociedade.

6.Divulgar nos meios de comunicação interna dos CRESS as experiências relativas à supervisão direta de estágio em Serviço Social e seus desdobramentos, com interface nas comissões COFI e de Formação Profissional.

7.A partir dos resultados do Seminário Nacional de Comunicação, redimensionar, ampliar e reafirmar a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS, dando-lhe visibilidade interna e externa através das seguintes ações:

a) Debates, eventos;

b) Publicação de brochura para a divulgação interna e externa; Publicação nos meios eletrônicos;

c) Publicizar os posicionamentos políticos do Conjunto nos meios de comunicação de massa e alternativos;

d) Difundir tais posicionamentos nos espaços das entidades representativas, movimentos sociais e outros parceiros do Projeto Ético-Político.

8.Definir no Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS um tema para ser trabalhado em campanha nacional.

9.Sugestão para campanha da próxima gestão: Defesa e fortalecimento da profissão e do profissional de Serviço Social em contraponto a perspectiva de Serviço Social como ajuda/caridade e à perspectiva do assistente social como profissional exclusivamente da esfera das Políticas de Assistência Social.

10.Disponibilizar as Resoluções do CFESS na página eletrônica.

Recomendações

1.Contratar assessoria de comunicação social para os CRESS.

2.Ao buscar patrocínios e parcerias em diferentes atividades e em produção de materiais, deve-se avaliar se estes se coadunam com os fundamentos do Projeto Ético-Político-Profissional.

3.Implementar a prática de divulgação de clipping e periódico, com matérias relacionadas ao exercício e a formação profissional.

4.Potencializar a utilização da internet como mecanismo da Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS garantindo as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência (criação, manutenção e articulações de sites, boletins eletrônicos, links de acesso a temas específicos, documentos das gestões anteriores entre outros), desenvolvendo ações estratégicas sistemáticas junto à categoria sobre a inclusão digital.

5.Promover encontros regionais entre representantes das Comissões de Comunicação dos CRESS com objetivo de fomentar o debate e efetivar a implementação da Política Nacional de Comunicação.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Porpostas

1.Incorporar e intensificar debates no Conjunto CFESS/CRESS e desse com a categoria e outras entidades da sociedade civil, sobre as relações internacionais no âmbito do exercício e da formação profissional, com estratégias como:

a) Inserção em Fóruns de debate sobre a regulamentação da circulação de profissionais nos países do Mercosul;

b) Articulação com entidades e instituições de ensino para realização de debates sobre acesso a direitos nos Estados fronteiriços;

c) Demandar às instituições de ensino e/ou de pesquisa o desenvolvimento de estudos sobre agências financiadoras internacionais de Políticas Sociais no Brasil e suas conseqüências sobre os direitos sociais;

d) Potencializar a relação do Comitê de Mobilização criado para a Conferência Mundial com os CRESS, fortalecendo debates locais para divulgação e socialização dos acúmulos e formulação de estratégias para divulgar a Conferência Mundial.

2. Intensificar estratégias para que os CRESS acumulem o debate acerca das relações internacionais, através de Fóruns, debates, textos, etc.

3. Divulgar a agenda de eventos na América Latina com a Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais e o Comitê Mercosul e ALAETS.

4. Envolver o Conjunto CFESS/CRESS em uma campanha de mobilização e articulação política e apoio financeiro com outros organismos e instituições (preferencialmente parceiros que estejam em consonância com o Projeto Ético-Político), visando a Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais, a ser realizada em Salvador/BA, no período de 16 a 19 de agosto de 2008.

5.Produzir material com análise crítica sobre a definição de Serviço Social da FITS convidando pessoas de referência na categoria a produzir textos que a problematizem, tendo em vista a preparação da Conferência Mundial de 2008, assegurando um discurso pedagógico no material a ser produzido, envidando esforços para seu lançamento no 12º CBAS.

6.Criar estratégias para publicização do Fórum Social Mundial e incentivar a participação da categoria no evento, a ser realizado em Belém – Pará em 2009

7.Realizar evento do Conjunto CFESS/CRESS com a participação dos movimentos sociais com a pauta Relações Internacionais e Conjuntura Brasileira antes do Seminário Nacional sobre Controle Social.

8.Criar estratégias para envolvimento dos CRESS na discussão do Comitê Mercosul, para fortalecer a incorporação das relações internacionais no âmbito dos CRESS.

9.Priorizar, em 2008, a mobilização e o debate sobre a definição de Serviço Social a ser apresentada na Conferência da FITS, envolvendo o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO.

DELIBERAÇÕES GERAIS

1. Composição da Comissão Especial

- Região Norte – CRESS 15ª. Região/ AM/ RR
- Região Nordeste – CRESS 3ª. Região / CE
- Região Sudeste – CRESS 17ª. Região/ ES
- Região Centro- Oeste – CRESS 21ª. Região/ MS
- Região Sul – CRESS 11ª. Região/ PR

2. Local do próximo Encontro Nacional CFESS/ CRESS (2008)

- Brasília – DF

3. Aprovação de membro suplente para compor a Comissão Nacional Eleitoral

- AS Neimy Batista da Silva

PROPOSTAS DE CAMPANHAS

COMUNICAÇÃO – Proposta nº 09 – Sugestão para campanha da próxima gestão: Defesa e Fortalecimento da Profissão e do Profissional de Serviço Social em contraponto a perspectiva de Serviço Social como ajuda/caridade e à perspectiva do assistente social como profissional exclusivamente da esfera das Políticas de Assistência Social.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS – Proposta nº 12 – Promover, a cada gestão, uma Campanha Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, em articulação com os movimentos de defesa de direitos humanos.

Sugestão de tema: “Direitos Humanos, Trabalho e Riqueza no Brasil”.

FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – PROPOSTA nº. 04 – Fazer campanha nacional em defesa de concurso público para assistente social.

CARTA DA CIDADE DE NATAL

O Conjunto CFESS/CRESS reunido no seu XXXVI Encontro Nacional, realizado entre os dias 02 e 05 de setembro de 2007, na cidade do Natal – RN, expressa seus posicionamentos face aos desafios colocados pela conjuntura, cujos principais vetores colidem com as bandeiras históricas defendidas pelo Serviço Social Brasileiro nas ultimas três décadas.

A humanidade ingressou no século XXI ainda sob os rumos do modo de produção capitalista que impõe suas premissas destrutivas aos quatro cantos do mundo. As conseqüências econômicas, sociais e ideo-culturais são catastróficas, imprimindo as marcas da desumanidade do capital ao conjunto das relações sociais. No plano da economia, o capitalismo do século XXI operou modificações significativas nos processos produtivos. Ainda que não tenha recuperado as taxas de crescimento econômico e não tenha superado plenamente as crises provocadas pela tendência de queda da taxa de lucro – índices que lhe foram amplamente favoráveis entre 1945 e a entrada dos anos 70 – pode-se dizer que as estratégias capitalistas engendradas a partir da década de 70 do século XX – fundamentalmente a reestruturação produtiva e o neoliberalismo – possibilitaram ao capital amenizar as conseqüências econômicas da crise estrutural ainda em andamento.

A despeito deste relativo sucesso econômico, as conseqüências sociais são as piores possíveis. Aumentou o fosso social que separa países ricos e países pobres e, no interior dos mesmos, também aumentaram as distâncias entre as classes sociais. O grau de dependência econômica também se elevou junto à mundialização financeira que subordina todos os países periféricos do mundo capitalista. Ademais, pioraram as condições gerais de vida e de trabalho de suas populações, ao mesmo passo em que se elevaram os níveis de concentração de renda, riqueza e propriedade. Expandiu-se o desemprego mundial, degradaram-se as relações de trabalho, suprimiram-se direitos e foram subtraídas conquistas históricas da classe trabalhadora.

O poder de destruição do capitalismo não se restringe às esferas sociais e econômicas, mas compromete as condições socioambientais, necessárias à sustentabilidade da própria existência de vida no planeta. Todos os indicadores oriundos das fontes mais diversas têm afirmado que o mundo avança para um possível colapso ecológico, provocado pela busca incessante do lucro.

No Brasil, o modo de produção capitalista conseguiu se renovar de maneira surpreendente. Se ao longo do século XX se desenvolveu aliando modernização e conservadorismo, articulando um bloco de classes dominantes formado pelas velhas oligarquias rurais e as forças do grande capital internacional e da burguesia nacional, na última década do século passado e no ingresso do século XXI, o capitalismo renovou-se: manteve as

velhas classes dominantes secundarizadas e pôs em evidência o capital financeiro de ponta, operado por uma pseudo social-democracia nos anos 90 e por uma social-democracia tardia da década atual. O resultado é que o capital instalou entre nós o seu paraíso: uma política econômica que é a sua própria auto-imagem e um tratamento de "questão social" que lhe é extremamente funcional.

Para tanto, o Estado brasileiro foi absolutamente capturado. Ele é máximo para o capital e mínimo para o trabalho. Tem-se com isso que os seus recursos são sistematicamente direcionados para favorecer os interesses capitalistas, quais sejam: o pagamento de juros e dos serviços da dívida (daí a necessidade do superávit primário), o financiamento dos grupos monopolistas aqui instalados (indústrias e bancos), as generosas isenções fiscais e tributárias, as facilitações para remessas de lucros e repatriamento de capital, etc.

Os números dos governos da década de 90 e da década atual dizem por si mesmos:

- a carga tributária saltou de 29% do PIB para 37%, entre 1995 e 2005;
- o total dos tributos pesa muito mais sobre o trabalho – 29% sobre a renda, 67% sobre consumo e apenas 4% sobre patrimônio;
- entre 1994 e 2004, a elevação de carga tributária penalizou os mais pobres – quem ganhava até dois salários mínimos teve acréscimo de 20% da carga tributária. Já quem ganhava acima de trinta salários mínimos, teve um aumento de apenas 8% em tributação.

Mas os dados que envolvem os recursos atinentes às políticas públicas são ainda mais reveladores dos rumos dos governos dos últimos 17 anos. Em 2005, o governo federal gastou 157 bilhões de reais com pagamento de juros da dívida, valores correspondentes a 65% dos gastos com seguridade social. Nos últimos três anos, 45 bilhões foram retirados do orçamento da seguridade social para realizar o superávit primário, o que equivale a 4,8% do PIB, percentual maior que o exigido pelo FMI para os países periféricos (4,35%), configurando-se uma política econômica "mais realista que o rei"! Todo esse quadro econômico e social traz impactos diversos sobre o Serviço Social Brasileiro.

No campo das políticas sociais, vivemos o duplo desafio de reafirmar nossos princípios universalistas e de buscar uma inserção critica nas novas propostas que o governo federal vem apresentando. Se, por um lado, temos o compromisso de resistir às contra-reformas que avançam sobre a saúde, a previdência e os direitos trabalhistas, por outro lado, vivenciamos as questões que envolvem a assistência social. O SUAS abre possibilidades novas para a profissão que precisam ser pensadas no conjunto das políticas de seguridade social. O seu avanço depende dos seguintes fatores articulados:

- Reafirmação de sua vinculação à Seguridade Social;
- Expansão do orçamento global da seguridade social;

- Aprofundamento das discussões em torno de suas concepções de família e de território;
- Garantia de condições de qualidade para sua operacionalização, especialmente no que tange à política de gestão do trabalho;
- Compromisso com os pressupostos democráticos que devem orientar sua efetivação, principalmente no que diz respeito à participação popular e ao controle social.

Esses fatores reúnem os desafios colocados à profissão pelo SUAS e devem ser objeto de debates sistemáticos no interior do conjunto CFESS/CRESS.

Somam-se a esses aspectos da conjuntura anteriormente levantados um outro que rebate simultaneamente no exercício e na formação profissional. Trata-se do avanço das contra-reformas no âmbito da educação superior. Aqui, o governo Lula parece decidido a implementar as políticas do Banco Mundial voltadas para as economias periféricas, não plenamente realizadas pela Era FHC. A ofensiva nesse campo vem articulada num tripé: aligeiramento da formação profissional, afirmação de uma perspectiva desregulamentadora das profissões de nível superior e expansão precária de vagas nas instituições de ensino superior, sob o falso argumento de democratização do acesso. Tal tripé, por sua vez, quer se realizar a partir de três principais estratégias:

- mercantilização/privatização do ensino superior, onde se verifica um impressionante crescimento da rede privada de todos os tipos;
- flexibilização das modalidades de ensino, nas quais se encontram os cursos de graduação à distância, cuja monumental expansão vem se dando a partir do decreto presidencial de dezembro/2005;
- reestruturação das universidades do sistema público federal, que a partir do decreto que instituiu o REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades Brasileiras) prevê a criação de bacharelados interdisciplinares de curta duração, aligeiramento da formação e flexibilização dos currículos.

As conseqüências dessas diretrizes são inúmeras e estão a exigir de nós a construção de formas de enfrentamento aos efeitos claramente precarizadores, desregulamentadores e mercantilizadores da formação dos assistenciais sociais brasileiros, o que acarretará em óbvios impactos ao exercício profissional e ao perfil da profissão consolidado no Brasil. Não há dúvidas de que se trata de uma conjuntura inédita, que tem potencial de trazer drásticas alterações no Serviço Social Brasileiro. Estão em curso vetores que impactam simultânea e fortemente sobre a formação, o exercício e o mercado de trabalho profissional no país. As implicações desse processo envolvem questões políticas, éticas, teóricas, ideo-culturais, jurídicas e organizativas.

Tal quadro exige do Conjunto CFESS/CRESS um esforço monumental de enfrentamento e reação. Além das estratégias com as quais enfrentamos e combatemos outros cenários adversos, devemos redobrar nossas ações de defesa da profissão e dos princípios que elegemos historicamente.

A valorização da profissão, sabemos, passa pela reafirmação de princípios ético-políticos. Qualquer forma endogenista de resistência não será capaz de nos fortalecer frente à conjuntura atual. As estratégias devem emanar dos princípios fundamentais que se encontram em nosso Código de Ética, considerando:

- a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça social, da eqüidade social e a real efetivação de um Estado de Direito democrático e laico;
- a liberdade como valor ético central;
- a luta contra toda forma de dominação de classe, de gênero, de raça/etnia e orientação sexual.
- a construção de padrões societários emancipatórios que requerem a luta pela socialização da política e da riqueza socialmente produzida;
- a articulação com os movimentos sociais das classes trabalhadoras, a partir da construção de alianças com setores da sociedade que partilham de nossos princípios ético-políticos, defendendo as lutas democráticas e combatendo as formas de criminalização dos movimentos sociais.

Dessa forma, as/os Assistentes Sociais reunidas/os no XXXVI Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS reiteram seus compromissos de luta e seu Projeto Ético-Político e reafirmam suas perspectivas de construção de um Brasil livre das desigualdades sociais, soberano frente aos interesses contrários aos de suas massas trabalhadoras, justo e igualitário nas formas de produção e de distribuição da riqueza social do país.

Natal, setembro/2007.

CARTA DA AMAZÔNIA

O(a)s assistentes sociais e estudantes de Serviço Social reunidos no *Encontro Descentralizado da Região Norte: 50 anos de Profissão Regulamentada*, realizado em Porto Velho – Rondônia, nos dias 06 e 07 de julho de 2007, reafirmam o seu posicionamento frente ao paradigma da emancipação social e o princípio da liberdade como valor incomensurável ético-classista do agir profissional na sociedade brasileira. Reiteram o princípio da eqüidade e justiça social de redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade, que deveriam levar à superação da desigualdade. Homens, mulheres e crianças devem ter direitos assegurados de forma eqüitativa, respeitando a diversidade étnica, racial, geracional, de gênero, orientação sexual, inserção social, situação econômica e regional.

A Amazônia vem sendo dizimada desde os primórdios da colonização, sempre em favor dos interesses do grande capital, não gerando melhoria da qualidade de vida ao seu povo. A região não é somente uma grife internacional da bio-sociodiversidade, é também um paradigma etno-social, tanto na formação social, quanto na resistência e bravura de sua gente. Os povos da Amazônia indagam ao Estado brasileiro sobre o limite de sua soberania em face da cobiça internacional. Neste contexto, as políticas públicas não constituem uma resposta às demandas e necessidades sociais do povo brasileiro. A Amazônia é um compósito de múltiplas faces da questão social que não envolve só o aspecto econômico. Inclui, também, o desequilíbrio regional no campo dos recursos para a pesquisa e produção do conhecimento, passa pelo preconceito étnico que reduz os habitantes locais a meros povos da floresta, sendo, pois, mais valorizados pelos organismos internacionais do que pelo Estado brasileiro. O poder público deve assumir o seu papel de principal ente promotor dos direitos sociais, tratando a educação como fator propulsor da qualidade de vida, combatendo a sua mercantilização.

Hoje, a sociedade brasileira assiste estarrecida à crise dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que são instituições centrais na garantia do zelo e respeito ao bem público. Os participantes deste evento exigem do Estado a implementação da legislação nacional e aplicação dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de enfrentamento à exploração sexual comercial e à rota do tráfico de seres humanos, a exemplo do que acontece na fronteira Acre/Peru/Bolívia. Requerem urgência e agilidade na definição da reforma política, buscando criar estratégias para a punição da corrupção neste país.

Conclamamos a categoria dos assistentes sociais a não ficar alheia a esta situação, pautando com prioridade em sua agenda política a luta contra todas as formas de exploração e usurpação dos direitos humanos.

Encontro Descentralizado dos Conselhos Regionais de Serviço Social da Região Norte

Porto Velho, 07 de julho de 2007.

CARTA ABERTA

CARTA ABERTA AOS PARTICIPANTES DO 36ª ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS – NATAL /RIO GRANDE DO NORTE 02 A 05 DE SETEMBRO DE 2007.

O CRESS- 5ª Região-Bahia, vem tornar público a defesa às Políticas de Ações Afirmativas**,** inclusive o Sistema de Cotas, por entender que estas se afinam com o nosso Projeto Ético-Politico e o Código de Ética dos assistentes sociais.

As ações afirmativas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criam meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir nas mesmas condições na sociedade. Trata-se de uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico de responsabilidade do Estado, que ao implementar políticas públicas sai do lugar de suposta neutralidade na aplicação das políticas sociais e passa a considerar a importância de fatores como sexo, raça e cor nos critérios de seleção existentes na sociedade.

O histórico de exclusão se inicia com o trabalho escravo no Brasil colônia (reificação dos negros), seguindo, pós-escravidão, com a inserção precária no mercado de trabalho e ao acesso tardio às políticas de saúde e educação, bem como a outros serviços. Pensar em política de reparação é reconhecer a necessidade de assegurar o desenvolvimento social, cultural, político e econômico da população negra.

O **Projeto de Lei nº 73/1999 (referente ao Sistema de Cotas)** é resultado da trajetória histórica de luta do Movimento Negro e tem provocado intenso debate na sociedade em relação às desigualdades sociais e raciais no Brasil.

Assim, este Conselho entende que as políticas de Ações Afirmativas surgem na perspectiva de reparar anos de negação de direitos e/ou diversas formas de exclusão social que distorcem ou anulam a participação plena dos afro-descendentes.

Neste contexto, defender as Ações Afirmativas encontra total respaldo nos princípios do Código de Ética referentes ao respeito à diversidade; eliminação de todas as formas de preconceitos e construção de uma nova ordem societária sem dominação de classe, gênero ou etnia.

Desta forma, conclamamos o Conjunto CFESS/CRESS para o envolvimento necessário e urgente nesta luta legítima da população brasileira com a publicação de ***Carta Aberta da(o)s Assistentes Sociais em Defesa das Políticas Afirmativas no Brasil***.

Natal, 05 de setembro de 2007.